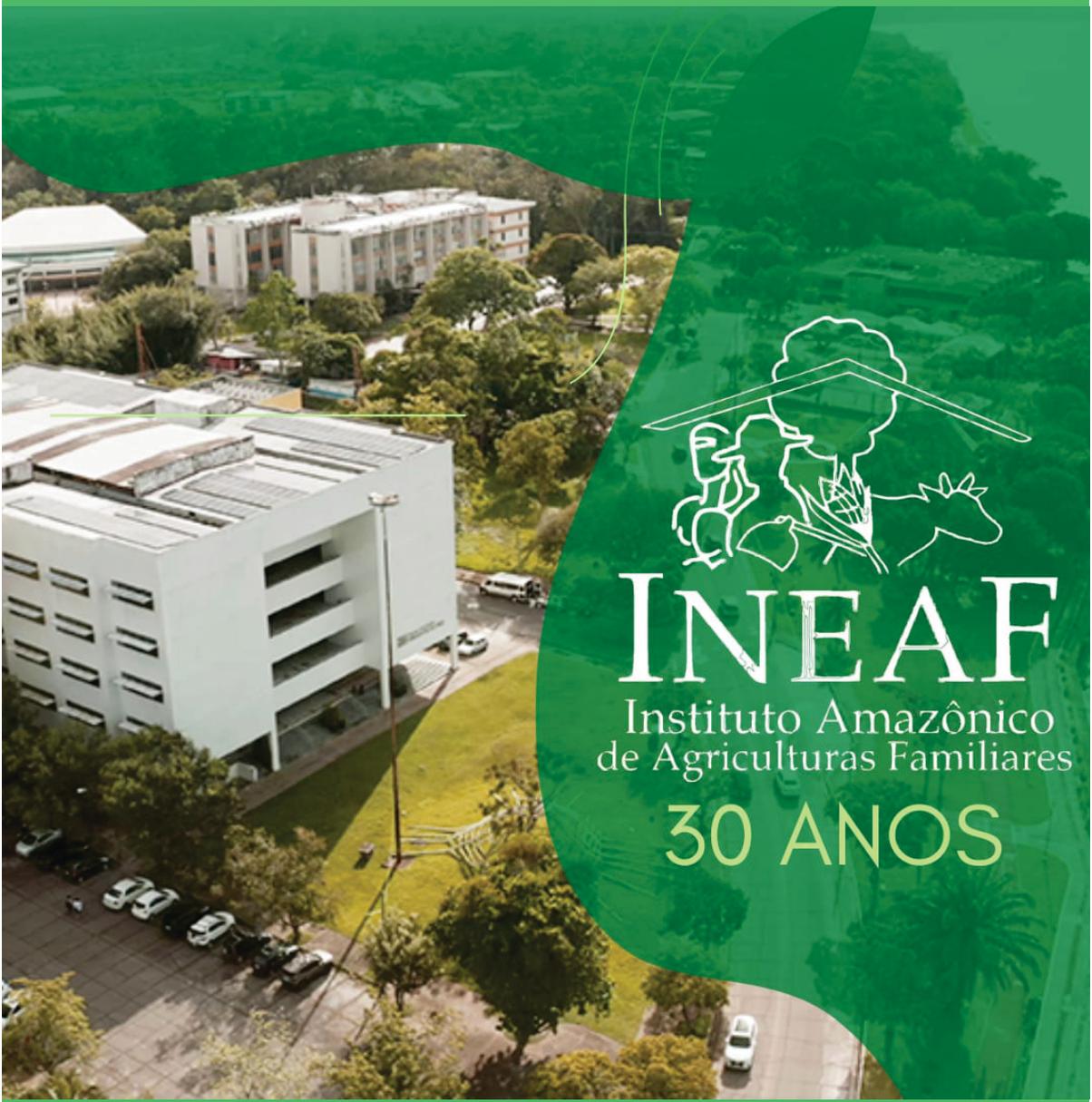


Gutemberg Armando Diniz Guerra
Luís Mauro Santos Silva
Organizadores



INEAF

Instituto Amazônico
de Agriculturas Familiares

30 ANOS



EDITORA
INEAF

INEAF 30 ANOS



UFPA



Universidade Federal do Pará – UFPA
Reitor – Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitora – Loiane Prado Verbicaro

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF
Diretor – Luis Mauro Santos Silva
Diretora-Adjunta – Soraya Abreu de Carvalho



EDITORA
INEAF

Editora do INEAF

Editora-Chefe – Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos
Editor-Assistente – Carlos Valério Aguiar Gomes
1ª Secretária – Naiara Soraia Lisboa Lima

Conselho Científico

Brian Garvey – Universidade de Strathclyde
Carlos Valério Aguiar Gomes – UFPA
Elder Andrade de Paula – UFAC
Fábio Leandro Halmenschlager – UFPA
Gregory M. Thaler – Universidade da Geórgia/USA
Gutemberg Armando Diniz Guerra – UFPA
James Fraser – Universidade de Lancaster
Jeffrey Hoelle – Universidade da Califórnia/USA
Laure Emparaire – Institut de Recherche pour le Développement (IRD)
Maurício Gonsalves Torres – UFPA
Paulo Fernando da Silva Martins – UFPA
Sônia Barbosa Magalhães – UFPA

Gutemberg Armando Diniz Guerra
Luis Mauro Santos Silva
Organizadores

INEAF 30 ANOS



INEAF
Belém
2025

Editoração

Moacir J M Pereira

Normatização

Naiara Soraia Lisboa Lima

Capa

Ruan Pinheiro

Revisão

Gutemberg Armando Diniz Guerra e

Luis Mauro Santos Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do INEAF/UFPA/Belém-PA

I59 INEAF 30 anos / Organizadores: Gutemberg Armando Diniz
Guerra, Luís Mauro Santos Silva – . Belém: INEAF, 2025.
1 recurso online (317 p.) : il. color.

Modo de acesso: <https://www.ineaf.ufpa.br/editora-ineaf>

Inclui bibliografias

ISBN 9786589473244

1. Universidade Federal do Pará. Instituto Amazônico de
Agriculturas Familiares – História. 2. Ensino superior -
História. I. Guerra, Gutemberg Armando Diniz, org. II. Silva,
Luís Mauro Santos, org.

CDD – 22 ed. 378.811

Elaborado por Naiara Soraia Lisboa Lima – CRB- 2/1563

Realização

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA)

Rua Augusto Corrêa, nº 1, Campus Universitário do Guamá,

Belém, Pará CEP: 66075-110 – Fone: (91) 3201-7913

E-mail: editora@ineaf.ufpa.br

Website: ineaf.ufpa.br/editora-ineaf

SUMÁRIO

Apresentação	... 9
Gutemberg Armando Diniz Guerra	
Luis Mauro Santos Silva	
Soraya Abreu de Carvalho	
Prefácio	... 12
Flávio Bezerra Barros	
Ineaf, 30 anos de sucesso	... 22
Antônio Cardoso	
Solange Ferreira	
Ineaf e as Agriculturas Familiares na Amazônia	... 27
César Martins de Souza	
Gutemberg Armando Diniz Guerra	
Monique Medeiros	
Depoimentos	
Alciene Oliveira Felizardo	... 37
Alfredo Kingo Oyama Homma	... 40
Ana Julia Mourão Salheb do Amaral	... 45
André Carlos de Oliveira Rocha	... 54
Antônio Carlos Reis de Freitas	... 59
Antônio Gabriel Lima Resque	... 61
Aquiles Vasconcelos Simões	... 64
Arthur Brito	... 70
Augusto Menezes	... 72
Carla Giovana Souza Rocha	... 75
Dalva Maria da Mota	... 80
Delma Pessanha Neves	... 84

Diego Levi Manos Carvalho	... 103
Diocélia Antônia Soares do Nascimento	... 105
Edfranklin Moreira da Silva	... 110
Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini	... 114
Emmanuel Wambergue	... 119
Fernando Michelotti	... 127
Francinei Bentes Tavares	... 131
Gutemberg Armando Diniz Guerra	... 135
Haroldo de Souza	... 139
Heribert Schmitz	... 143
Hueliton Pereira Azevedo	... 147
Ima Célia Guimarães Vieira	... 151
Iná-Camila Ramos Favacho de Miranda	... 155
Iris Conceição Silva Rodrigues	... 157
Jean François Tourand, Jonas Bastos da Veig e Paulo Waquil	... 160
João Marcelo Intini	... 163
José Antônio Herrera	... 167
José Sebastião Romano de Oliveira	... 171
Kátia Cavalheiro	... 174
Luciana Moreira dos Reis	... 178
Luis Mauro Santos Silva	... 182
Luiz Carlos Neves da Fonseca	... 188
Luke Parry	... 195
Manuel Amaral Neto	... 197

Manuel Fábio Barros	... 201
Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata	... 205
Marcos Antônio Leite da Silva	... 209
Maria Grings Batista	... 210
Maurício Gonsalves Torres	... 215
Moacir José Moraes Pereira	... 217
Moysés Dias	... 220
Natália Ribas Guerrero	... 224
Noemi Sakiara Miyasaka Porro	... 228
Paulo Fernando da Silva Martins	... 231
Paulo Roberto Lopes de Souza Júnior	... 236
Philippe Sablayrolles	... 240
Raquel Rodrigues dos Santos	... 242
Renata Kelly Costa de Vilhena	... 245
Sérgio Roberto Martins	... 248
Sílvia Teixeira da Silva	... 253
Sônia Maria Barbosa Magalhães Santos	... 256
Soraya Abreu de Carvalho	... 260
Tatiana Deane de Abreu Sá	... 264
Teófila da Silva Nunes	... 268
Thomas Ludewigs	... 270
Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral	... 274
Logomarcas no percurso do Ineaf	... 278
Lista de Diretores e Coordenadores do Ineaf	... 281

APRESENTAÇÃO

Os 30 anos que vem como motivo de celebração do que se constituiu institucionalmente como Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) é uma oportunidade para registrar a importância deste ambiente caudatário de relações acadêmicas, científicas e profissionais que marcaram e fazem parte da vida de muitos profissionais que atuam, em especial no Estado do Pará, e na Amazônia, como um todo, estejam eles vinculados a organismos públicos, organizações não governamentais, movimentos sociais, partidos políticos e uma miríade de configurações espalhadas tanto no país quanto no mundo.

Cabe ainda salientar que, ainda no final da década de 1980, o embrião do INEAF estava sendo gerado, por meio de um coletivo de docentes e pesquisadores, além de parceiras internacionais, especialmente da França. Neste momento de abertura democrática brasileira e a prevalência do terceiro setor (ONGs) e fundos internacionais de apoio a preservação ambiental, a ideia de se ter um espaço institucional de apoio as agriculturas familiares germinou.

Esta coletânea reúne depoimentos de pessoas que participaram da história do INEAF em seus mais diversos momentos. Vamos nela encontrar relatos que remontam às primeiras ações de apoio aos camponeses organizados em associações, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, vinculados ou inspirados pela Comissão Pastoral da Terra, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e outras formas de apoio e assessoria ao campesinato aguerrido da fronteira, em busca de apoio técnico e científico para a validação de seus conhecimentos, acesso à pesquisa, formação e ações de

desenvolvimento ajustadas à sua cultura, modos, meios de vida e produção.

Não podemos deixar de considerar a importância do engajamento da Universidade Federal do Pará e de pessoas que tiveram uma importância essencial nas ações de mobilização de quadros formadores, dos que se formaram e assumiram o projeto de engajamento em conteúdos inovadores e renovadores do pensar e se relacionar com a natureza. Os Professores Jean Hébette, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA) e Vincent De Reynal, da Universidade das Antilhas e Guiana (UAG), em particular, representam muito bem o desafio dessa empreitada. Não podemos esquecer dos seus colaboradores próximos como o professor Raul Navegantes, durante os momentos cruciais de construção das primeiras ações do Centro Agroambiental do Tocantins, vinculado ao mesmo NAEA, e Emmanuel Wambergue, originalmente da Comissão Pastoral da Terra, mas em seguida diretor executivo da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia, em Marabá, e tampouco podemos omitir os jovens agrônomos recém-formados que fizeram parte das primeiras e exaustivas experiências de apreensão da lógica de funcionamento dos estabelecimentos camponeses nas travessões da Transamazônica do final da década de 1980 e toda a de 1990. As articulações até a materialização do que encontramos hoje envolveu também a cooperação de organismos estaduais como o Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico do Pará (IDESP) e nacionais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária através do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e internacionais como o

Groupe de Recherches et Échanges Technologiques (GRET), Université de Toulouse – Le Mirail, Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement (CCFD), Christian Aid, Overseas Development (ODA). Os relatos aqui reunidos exaltam a gratidão dos que se identificam com a trajetória do INEAF, seja por terem interagido, seja porque tenham sido acolhidos e, por conta do espírito de celebração, minimizam-se as tensões, dificuldades e embates internos e externos, que não foram poucos e nem desprezíveis durante todo esse processo.

A infinidade de colaborações e interações que propiciaram a formação e desenvolvimento do INEAF/UFGA está firmada em singelas abordagens testemunhais que podem inspirar a que outros possam entender o grau de consistência do projeto que esse Instituto encarna.

No INEAF, podemos dizer que somos poucos para o tamanho dos desafios e das demandas que chegam até nós. Sejam demandas acadêmicas ou da sociedade amazônica. Assim, pouco tempo dedicamos para celebrar nossa existência e, por conseguinte, reafirmarmos a UFGA como referência no apoio as agriculturas familiares. Não comemoramos os dez, nem os vinte, mas não poderíamos deixar de celebrar os trinta, especialmente em tempos de COP-30.

Que se reproduzam por muitos e muitos anos!

Gutemberg Armando Diniz Guerra
Luis Mauro Santos Silva
Soraya Abreu de Carvalho

PREFÁCIO

UMA DECLARAÇÃO DE AMOR AO INEAF

Flávio Bezerra Barros¹

Há quase duas décadas e meia, quando pisei pela primeira vez no chão do território da Transamazônica e Xingu, para assumir o cargo de professor na Universidade Federal do Pará, no campus universitário de Altamira, não imaginava os contornos que assumiriam a minha vida. O destino me reservava muitas surpresas. Nascia naquela altura o início de uma experiência que marcaria para sempre a existência daquele jovem pesquisador, com atravessamentos tanto no plano pessoal, como profissional. Era o início dos anos 2000. Eu chegava de João Pessoa/PB, cidade onde havia concluído o curso de mestrado em Zoologia, na Universidade Federal da Paraíba. Então, peço de antemão desculpas, pois, ao exercitar a tecitura deste prefácio, não posso e não devo abrir mão das memórias e vivências que circunscreveram essa trajetória em que o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) se fez (e faz) presente de maneira muito especial e particular.

Prefaciando este livro constitui tarefa desafiadora e com alto grau de responsabilidade, dado o contexto comemorativo da obra; afinal, temos um livro que festeja o aniversário de 3 décadas de uma unidade acadêmica da UFPA que, neste decurso, viveu processos que carimbaram definitivamente, com estilos muito próprios, a história das agriculturas familiares que povoam os diversos mundos das

¹ *Professor Associado do INEAF/UFPA*

Amazônias das águas e das florestas. Vindo de uma formação em Licenciatura, numa das escolas mais antigas e tradicionais de ciências agrárias do Brasil, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o encontro com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) foi um presente divinal, dada sua concepção, estrutura filosófica e contornos epistemológicos. O modo de pensar, produzir conhecimento sobre as múltiplas dimensões da vida camponesa amazônica e, mais que isso, sua perspectiva de desenvolvimento entrecortada a partir de abordagens sistêmicas e interdisciplinares, atraíram-me de um jeito, por assim dizer, quase visceral. Eu pensei: é este o meu grupo... é com essas pessoas que escolho seguir. Soraya Carvalho e Carla Rocha, minhas companheiras de trabalho e amigas de longa data, são as culpadas disso tudo, a quem agradeço muitíssimo.

A experiência de uma iniciação científica que se desenhou com famílias camponesas do agreste pernambucano, num lugar de beleza celestial, conhecido como Brejo dos Cavalos (Caruaru/PE), uma ilha de floresta e cursos d'água totalmente destoante do ambiente agreste das suas cercanias, me revestiu de uma empiria que, não fosse minha inquietação com o modelo ortodoxo da formação acadêmica da UFRPE e a busca incessante por outras epistemologias, não sei o que sucederia comigo. Ainda bem que o destino me transportou por outros caminhos. De modo particular, conhecer a Prof^a Severina, que ministrava aulas para os filhos dos agricultores numa classe multisseriada, foi fundamental para eu compreender o papel e a estrutura pedagógica de uma escola camponesa, de um lado, e a dedicação da professora, de outro, empenhada em alfabetizar, limpar

a escola, fazer a merenda, buscar os alimentos na cidade quando não havia mais o que comer, cuidar de documentação; isso tudo sem contar os quase 15 km de caminhada que fazia todos os dias indo e voltando da escola numa estrada de chão, embaixo de sol escaldante.

O encontro com o pensamento social e as visões de uma educação problematizadora de Paulo Freire, sempre levando em consideração o ser humano em situação, exerceria influência total nessa trajetória em comento. Como era importante, nos idos dos anos 1990, a presença daquela professora leiga ensinando os filhos dos camponeses a ler, escrever e executar as 4 operações matemáticas. Mas o que isso tem a ver com a Amazônia, a UFPA e o INEAF? Vejamos.

Minha porta de entrada na UFPA foi pela então Faculdade de Pedagogia do campus de Altamira, época em que o número de professores dessa unidade acadêmica não passava de 20. Estando aí ministrando aulas no curso de Pedagogia, já me encontrava a trabalhar na equipe do LAET, quando comecei a conhecer a estrutura do Centro Agropecuário (CAP), formado pelo NEAF (Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar) e NECAN (Núcleo de Estudos de Ciência Animal). A equipe vinculada ao NEAF se dividia numa tríade, ficando uma parte em Belém, cujos professores se dedicavam ao Mestrado em Agriculturas Amazônicas, e mais duas outras equipes, uma sediada em Altamira (LAET) e outra em Marabá (Laboratório Socioambiental do Tocantins-LASAT).

Na Transamazônica, passei a conhecer as realidades dos agricultores familiares e dos conflitos agrários complexos. Com efeito, as marcas de uma colonização colocada em curso durante a ditadura militar exerceriam múltiplas e fortes influências à questão agrária da

região. Foi neste cenário, em que uma rodovia rasgou a floresta, esta concebida na época como um território desprovido de pessoas, história e cultura, que camponeses, sobretudo oriundos das regiões Sul e Nordeste do país, se estabeleceram a partir dos anos 1970 para reproduzirem suas vidas material e simbolicamente num território novo, em todos os sentidos. O Governo Militar transportou as pessoas, colocando em prática o Plano de Interesse Nacional, sob o lema “*Terras sem homens, para homens sem-terra*”, entretanto, sem as condições materiais apropriadas. Estradas, moradia, saúde, escolas, e mesmo o ambiente selvagem natural da floresta em sua tênue fronteira com os estabelecimentos agrícolas, constituíam desafios tremendos para essas famílias em sua diáspora.

É nos anos 1990, nestas circunstâncias ainda em transformação, que se insere o papel da UFPA, mas, sobretudo, do NEAF e, de modo mais particular ainda, do LAET, para compreender a vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em situação, em seus contextos produtivos, políticos, organizacionais, fundiários, socioculturais, técnicos, educacionais. Nasce então o curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, a fim de formar profissionais para atuarem nas vilas, ramais, vicinais, comunidades, seja como educadores, seja como profissionais para atender demandas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Em princípios dos anos 2000, é o curso de Agronomia que se estabelece, formando principalmente os filhos de camponeses da região, com vistas ao atendimento de demandas impostas pelas famílias em seus estabelecimentos. Estes cursos, distintos dos modelos concebidos na maioria das escolas brasileiras, apresentavam concepção curricular e pedagógica completamente alinhavada a partir

de uma visão sistêmica e interdisciplinar, totalmente inclinada para a realidade da agricultura familiar camponesa. Formar agrônomos sob o sustentáculo das relações entre as ciências agrárias e as ciências sociais e humanas, da agroecologia, do bem viver, dos ensinamentos de Freire, colocando na linha de frente os sujeitos principais da cena, ou seja, os camponeses, colocou a UFPA e o NEAF em posição de reconhecimento nacional e internacional, pois inovações dessa envergadura não se viam país afora.

Mais que uma experiência de ensinar, existia a experiência de aprender! Mais que o desafio da sala de aula e da teoria, era no chão da roça e dos quintais das famílias, que as vivências alcançavam seu clímax. O problema do solo que não deixava prosperar o cultivo, a agonia para escoar a produção de alimentos numa estrada que no inverno virava lamaçal e nada passava, e no verão a poeira suscitava acidentes por conta da invisibilidade, a associação que não andava, a falta de acesso ao equipamento de saúde, a “escola rural” que nunca chegava. Viver e estar envolvido completamente nestas realidades, nos instigavam reflexões que exigiam dos pesquisadores e pesquisadoras engajados, compromissos éticos, metodológicos, epistemológicos, que o academicismo cartesiano e cientificista não dava conta de responder.

Reuniões, formações nas comunidades e na universidade, captação de recursos via projetos, trabalho de “campo de verdade”, atendimento dos camponeses na sede do LAET para ouvir suas problemáticas, foram, para mim, um laboratório vivo de como uma universidade pública deveria honrar os investimentos a ela destinados, os quais deveriam estar a serviço de uma produção científica baseada no compromisso com a transformação das realidades das pessoas, no

nosso caso, dos trabalhadores rurais. Por esta razão, tenho uma dívida impagável com o INEAF por ter esse privilégio de fazer parte dessa história e dessa formação outra que só se vive no chão, de pés descalços, com o coração aberto para acolher o novo. Tenho dito, e preciso reforçar sempre que oportuno: na Amazônia, vivendo com as comunidades tradicionais, com os camponeses, e com meus colegas do INEAF, me fiz de novo. Recompus percursos, epistemologias, sendo atravessado o tempo todo por mundos, perspectivas e cosmologias que me fizeram reescrever páginas, revisitar diários e permitir travessias, redesenhando este novo homem, educador, pesquisador, pai e companheiro de uma grande mulher. O velho, que trouxe de lá, no encontro com os saberes dos humanos e dos mais que humanos das Amazônias, permitiu por completo as revisitas. É como se fosse um diploma que universidade nenhuma do Planeta poderia me conceder. Não é de papel, não tem assinatura, nem idioma definido, tampouco ainda não o recebi; estou a buscá-lo, incessantemente. São apenas vicissitudes que penetraram minha vida de forma contundente, contudo, sigo em formação.

Nessa trajetória de tantas memórias e experiências que, neste prefácio não há espaço para compor e, confesso até que estou sendo abusivo com a delicadeza e generosidade do convite do Prof. Luis Mauro. Sinto a necessidade de narrar as experiências de formação na educação básica e profissional, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e o estudo desenvolvido junto aos ribeirinhos da Terra do Meio, mais especificamente da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio. A primeira, tinha como foco a formação de jovens filhos de agricultores de todos os municípios da

Transamazônica no Curso Técnico Agropecuário no nível de Ensino Médio, financiado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Novos desafios surgiram para todos nós da equipe, num processo rico e instigante em torno da Pedagogia da Alternância e do exercício de formação sistêmica e interdisciplinar com as condições de infraestrutura física, pedagógica e sociocultural que se descortinavam, pois, educandos e educandas se deslocavam de suas cidades para vivenciar o tempo escola em Altamira. Eram cerca de 150 sujeitos de direitos em formação sob nossa responsabilidade. Como se vê, era o compromisso de transformar a realidade social das famílias de trabalhadores rurais que estava sempre à frente do nosso trabalho no INEAF, como até hoje.

Na Resex Riozinho do Anfrísio, num outro contexto muito distinto da Transamazônica, se configura o novo trabalho, agora num contexto modelado pelas águas grandes e selvagens do Xingu e da grilagem e conflitos em ebulição neste território de patrimônios impressionantes. Foi neste cenário de infinitas formas de belezas humanas, mais que humanas, paisagísticas, sociobiodiversas, produtivas, que aprendi sobre o modo de existir e as inúmeras maneiras de criar e reinventar a vida numa Amazônia profunda, muito profunda. Tudo o que experienciei no Riozinho do Anfrísio, com as pessoas cujos ancestrais num dado momento da história também fizeram a travessia de suas regiões de nascimento, principalmente o Nordeste, para trabalhar na frente de exploração da seringa, igualmente valeu a pena. Foi neste lugar, por exemplo, que compreendi o incontestado significado que a floresta exerce, por meio do extrativismo, nas vidas das famílias. Vivendo por cerca de 10 dias num

castanhal, num dos tantos trabalhos de campo que realizei na região, conheci a reciprocidade, o cuidado, a estrutura do mutirão, a cooperação, em evidência, a fim de que a coleta da castanha-do-pará, um trabalho penoso e perigoso, e que se conduz longe de casa, acontecesse com sucesso.

Neste período, já entre o fim da primeira década dos anos 2000 e início da segunda, as Universidades estavam passando por reestruturações de vagas e o Curso de Agronomia foi assumindo novos contornos, tanto em Altamira, como em Marabá, com a chegada de novos docentes com concepções distintas daquele projeto original pensado e colocado em prática pelo INEAF. Não havendo mais espaço para este projeto seguir sua estrada, as equipes atuantes em Marabá e em Altamira, passam a se concentrar toda em Belém, fortalecendo o Programa de Pós-Graduação, as pesquisas e ações de extensão, pois, neste período, funcionávamos como Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), ou seja, sem curso de graduação.

Em 2012, um novo desafio para mim foi colocado à mesa: assumir, logo de chegada em Belém, a coordenação do Mestrado em Agriculturas Amazônicas, ficando nesta função por quase 4 anos. Foi um novo tempo, em que a maioria dos colegas de Marabá e Altamira veio para Belém, ao passo que alguns que, administrativamente estavam vinculados ao INEAF, optaram por se transferir para o campus de Altamira, como foi o caso da Carla Rocha. Em 2018, vivenciamos outras conquistas importantes nessa história de 30 anos – a criação do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e sua respectiva Faculdade, a aprovação do Doutorado em Agriculturas Amazônicas e, ao mesmo tempo, a criação do Instituto Amazônico de

Agriculturas Familiares (INEAF) pois, com a aprovação pelo MEC do curso de graduação, dávamos um passo importante para a criação do Instituto.

Em forte diálogo com os movimentos sociais camponeses, com um legado histórico de valorização e produção do conhecimento no campo da diversidade das agriculturas familiares, e numa história mais recente a partir da graduação em Desenvolvimento Rural, o INEAF segue pulsante em seus propósitos de formar recursos humanos para atuação nas Amazônias. Mais que isso, segue pautando processos fundamentais de estudos, pesquisas e ações de desenvolvimento, na linha de frente, na resistência, em engajamentos com as lutas dos camponeses e comunidades tradicionais por direitos territoriais, políticas públicas de valorização da produção familiar e fortalecimento da agroecologia.

Este livro, que converge e aglutina tantas histórias, experiências e memórias de professores e professoras, estudantes, egressos, lideranças, parceiros e parceiras, todos e todas conhecedores de nossa história e compromisso ético com uma formação de qualidade, com foco nessa identidade que nos é tão cara e única, as agriculturas familiares, nossos sinceros agradecimentos pelo atendimento ao chamado para esse movimento de comemoração de 3 décadas, cujas páginas aqui compartilhadas não dão conta, com certeza, de narrar todo o legado desse Instituto inconfundível. Que as palavras e a iconografia que se descortinam a cada texto desta obra sirvam-nos de inspiração para seguirmos fortes nessa caminhada que, apesar de muito jovem, produziu e escreveu uma historiografia memorável, respeitada e prestigiada mundo afora. Aos que estiveram na linha de

frente na arquitetura desse projeto como nossos ancestrais, antecessores, em tempos em que as condições dadas eram outras, devemos vivas e gratidão! Aos que vivem o tempo presente, temos o compromisso e a honra de continuar escrevendo essa história. Aos que virão, que estas memórias textuais e imagéticas possam trazer luz para dar continuidade ao processo, afinal, não foi, não é, e não será nunca fácil defender um projeto dessa magnitude em tempos de avanços do agronegócio, dos grandes projetos econômicos, de parlamentares não-republicanos e modelos de desenvolvimento que insistem em perseguir a ordem da produção de *commodities*, da devastação da natureza, do crescimento dos agrotóxicos e do esfacelamento de nossas soberanias alimentares, econômicas, culturais, levando à destruição da vida e das riquezas de nossas Amazôniaas. Que nunca, em nosso Instituto, possamos flertar com tais sujeitos e projetos de mundo.

Que esta festa possa se repetir por muitas e muitas décadas, pois, somente por amor ao ofício, fé num projeto grandioso e senso de coletividade, é que estamos aqui. Mas, não estamos prontos! Espero que este compilado de manuscritos possa nos trazer saudades, alegrias e inspirações e que, nunca nos falte emoções, cujos textos também nos brindam. Obrigado, amado INEAF!

INEAF, 30 ANOS DE SUCESSO!

Antônio Cardoso²

Solange Ferreira³

Decorridos 30 anos de criação e implementação do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), atualmente conhecido como Instituto sob a sigla INEAF, vale a pena resgatar um pouco da sua história construída com muitas lutas, mas recheada de muitos avanços e grandes contribuições a esse segmento considerado de grande importância para a agricultura paraense, bem como ao da educação do campo.

Ao longo do período do nosso exercício como Engenheiros Agrônomos e Professores Universitários, sempre buscamos moldar a nossa atuação profissional em benefício da Agricultura familiar. Essa nossa intensa jornada teve início ainda como docentes da Faculdade de

² Engenheiro agrônomo formado em 1972 pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP). Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela ESALQ/USP. Fundador e diretor geral do Centro Agropecuário da UFPA. Diretor da diretoria de sistemas produtivos do IDEFLOR-Bio. Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal. Criador e diretor geral da Escola Agrotécnica Federal de Marabá, atual Campus Rural vinculado ao Instituto Federal do Pará (IFPA). Laureado com o título de Engenheiro Agrônomo do ano (1990) pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pará.

- Bolsista do CNPq e coordenador de projeto de pesquisa;

³ Engenheira Agrônoma graduada pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, em 1973 e pós-graduada em nível de Mestrado pela Universidade Federal do Ceará - UFC, em 1978. Professora Adjunta da FCAP de 1974 à 1992. Pesquisadora Associada da Embrapa/CPATU. Professora Visitante do Núcleo do Meio Ambiente - NUMA/UFPA de 1992 à 1998, exercendo os cargos de Coordenadora do Curso de Especialização em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento da Amazônia - DAZ. Participação no processo de Criação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá, exercendo o cargo de Diretora de Pesquisa, de 2006 à 2008. Coordenadora do Polo Avançado Vigia e Diretora do Campus Avançado Vigia - CAV/IFPA de 2008 à 2017, sendo agraciada com dois títulos um outorgado pela Câmara dos Vereadores como Cidadã vigiense e outro pela Prefeitura Municipal, por serviços prestados ao município de Vigia.

Ciências Agrárias do Pará (FCAP), quando um grupo de professores, alunos e servidores técnico administrativos de diversas áreas das ciências agrárias (solos, fitotecnia, zootecnia, sociologia, entomologia, ecologia e construções rurais), participaram do projeto “Tecnologias Apropriadas para a Agricultura Familiar”, com apoio financeiro da SUDAM.

O projeto foi implantado em uma área localizada em Santa Izabel do Pará, na comunidade de Conceição do Itá, pertencente a uma Associação que cedeu 25 ha para a realização dos estudos que se fizessem necessários. Em que pese os excelentes resultados obtidos e os pareceres favoráveis da SUDAM, encontramos muitos obstáculos por parte da direção da FCAP que não nos proporcionou o devido apoio à continuidade do projeto, o que culminou com o seu cancelamento.

Em função da nossa insatisfação com esse acontecimento aliado ao fato de que o Programa de Pesquisa da FCAP não possuía, como uma das suas prioridades, o segmento da Agricultura familiar, decidimos então nos transferir para a Universidade Federal do Pará (UFPA) que prontamente nos acolheu, com o compromisso de implementarmos o Centro Agropecuário que, apesar de já constar do seu estatuto, ainda não havia sido materializado.

A nossa transferência se deu de imediato para o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), onde funcionava o Centro Agropecuário do Tocantins (CAT), sob a coordenação do Professor Jean Hebette. O Programa CAT, como ficou conhecido, que tinha por finalidade estabilizar a agricultura familiar, melhorar a gestão dos recursos naturais e fortalecer os sindicatos de trabalhadores rurais do

Pará, se estruturava em cinco entidades principais: a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), o Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins (LASAT), o Laboratório Sócio Agrônomo da Transamazônica (LAET) a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT) e a Escola Família Agrícola (EFA) de Marabá.

Para sua implantação o Centro Agropecuário contou com o apoio do NUMA/UFPA (Núcleo de Meio Ambiente), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) que, inclusive, cedeu um espaço na sua estação de pesquisa em Ananindeua, para o funcionamento das suas atividades acadêmicas que haviam sido iniciadas no NAEA. Com o seu retorno para a UFPA, este Centro se instalou no prédio do Centro de Geociências onde foi implantada a sua infraestrutura de salas de aulas, laboratório de Informática, biblioteca, gabinetes de professores e seu setor administrativo.

Uma das maiores preocupações da coordenação do CAT era com o perfil dos engenheiros agrônomos que deveriam executar as suas atividades, especialmente no LASAT e LAET, haja vista que a formação dos profissionais oriundos das instituições da região, pouca proximidade tinha com a problemática da Agricultura familiar. Foi então criado o Curso de especialização em Agricultura Familiar Amazônica e Desenvolvimento Agroambiental (DAZ), para requalificar a formação desses profissionais a partir da real problemática desse segmento social. Em decorrência disso, surgiu a necessidade de se instalar o Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), que passou a constituir a primeira unidade acadêmica do Centro Agropecuário.

Esse curso teve a participação de professores remanescentes do grupo de pesquisa da FCAP citado anteriormente, pesquisadores da EMBRAPA Amazônia Oriental e professores da Universidade da Antilhas-Guianas e contou com a parceria e o apoio financeiro do Convênio CAPES-COFECUB (Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil). Para a seleção dos alunos participantes da primeira turma do DAZ foram realizadas viagens à vários Estados (Amazonas, Acre, Rondônia e São Paulo) e Brasília.

Cumprida essa etapa e concluída a primeira turma do DAZ selecionou-se candidatos desse curso para continuarem sua formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado, principalmente em instituições francesas.

Um outro desafio além da Direção do Centro Agropecuário e da Coordenação do NEAF foi, finalmente, estruturar o seu corpo docente. Para tal, o CONSUPE (Conselho Superior Universitário de Pesquisa e Ensino), numa reunião bastante concorrida e disputada por vagas entre os Centros da UFPA, aprovou 10 vagas para o Centro Agropecuário constituir o seu corpo docente inicial. Embora alguns diretores de Centros, tentassem inviabilizar essa aprovação, alegando que o Centro Agropecuário não deveria existir na UFPA, em função da existência da FCAP, o reitor manteve a decisão anterior, garantindo as 10 vagas já aprovadas.

O corpo docente do Centro Agropecuário foi formado essencialmente por profissionais oriundos da 1ª turma do DAZ que haviam concluído a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, os quais foram distribuídos para atuarem no âmbito do NEAF em Belém, do LASAT em Marabá e do LAET em Altamira. Além desses, o

NEAF contou também com a participação de professores visitantes e pesquisadores de reconhecida competência acadêmica.

A partir da estruturação do seu corpo docente, o NEAF passou a ofertar o curso de Agronomia em Marabá e em Altamira dentro de uma outra concepção, priorizando a Agricultura familiar com abordagem sistêmica e utilizando a Pedagogia da alternância, rompendo com a formação tradicional de agrônomos oriundos de instituições universitárias situadas essencialmente no ambiente urbano e com um currículo muito tecnicista voltado para o Agronegócio.

O NEAF surgiu com uma proposta inovadora, para atuação no meio rural, rompendo com o tradicionalismo da formação de agrônomos na Amazônia e em particular no Estado do Pará. Uma outra geração de agrônomos surgiu cientes dos novos desafios que enfrentariam, mas conhecendo a realidade rural.

A semente plantada em 1995 nos permitiu colher os frutos de uma árvore frondosa semelhante a exuberante floresta amazônica, graças a coragem e a união de um grupo destemido de profissionais capazes de mostrar ser possível romper com o tradicional e propor ações que viessem ao encontro dos interesses da sociedade, em especial da AGRICULTURA FAMILIAR.

**PARABÉNS INEAF PELA SUA BRILHANTE TRAJETÓRIA
AO LONGO DE 30 ANOS DE EXISTÊNCIA!**

INEAF E AS AGRICULTURAS FAMILIARES NA AMAZÔNIA: DA SEMENTE AO FLORESCER DA CONTRA-HEGEMONIA

*César Martins de Souza*⁴

*Gutemberg Armando Diniz Guerra*⁵

*Monique Medeiros*⁶

Uma semente germinando

O Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (Ineaf) aos 30 anos ainda é semente ou será que podemos considerar o projeto germinado e em processo de maturação? Essa é uma indagação que podemos fazer depois de percorrer a história de dedicação, junto aos diferentes povos, comunidades e vilas camponesas dos que pensam e vivem o fazer formação, pesquisa e ações com intensidade na Amazônia Oriental. Houve tentativas de expansão do projeto para toda a região, mas as condições objetivas eram insuficientes e precisavam ser criadas para que assim pudesse acontecer. As tentativas se estenderam por estados da região norte em cursos de especialização em um esforço de fazer a ideia de preparar quadros para a assistência técnica diferenciada, em diálogo com os saberes produzidos e acumulados por populações tradicionais, combinados

⁴ Professor Associado do INEAF/ UFPA, atuando junto a programas de pós-graduação. Bolsista Produtividade do CNPq. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

⁵ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Socio-economia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris). Professor aposentado e voluntário no PPGAA do INEAF.

⁶ Doutora em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do INEAF, vinculada ao PPGAA e ao PPG em Estudos em Etnodiversidade (Altamira) da Universidade Federal do Pará.

com pesquisadores e professores engajados e criativos, mas os tempos e as condições políticas, econômicas e educacionais do país se modificaram ao longo dessas três décadas, exigindo reflexões e adequação das estratégias ineficazes.

Desde inícios da década de 1970 ganharam densidade as críticas ao modelo de modernização da agricultura posto em prática por uma articulação internacional de instituições, com fortes demandas se apresentando principalmente em áreas de ocupação recente como a Amazônia. Entre os engenheiros agrônomos, sociólogos e economistas, entidades de assessoria aos movimentos sociais e universidades que trabalhavam associadas a lideranças sindicais camponesas, populações tradicionais e povos indígenas, estava evidente que havia ajustes a serem feitos nos conteúdos e metodologias de formação, pesquisa e promoção de ações junto às comunidades.

É nesse contexto que se formam redes articulando interesses comuns e se experimentam modalidades ancoradas na realização de pesquisas, atividades de formação e atuação junto às comunidades que na Universidade Federal do Pará (UFPA) ganhou corpo e se consolidou institucionalmente no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares.

Do CAT ao Centro Agropecuário

O início do Ineaf pode ser considerado a partir das reflexões e engajamento do Professor Jean Hébert na formulação do inicialmente Centro Agrário do Tocantins, rapidamente transmutado em Centro Agroambiental do Tocantins, justamente por conta da crescente

importância do diálogo entre naturezas humanas e não humanas e das políticas públicas em surgimento com perspectivas de negociação, contornando radicalismos ideológicos que o termo agrário evoca. A presença de camponeses, em particular às margens e na zona de influência da Rodovia Transamazônica, mas também em toda a região norte do país, cobrava uma efetiva produção de conhecimentos tecnológicos ajustados à chamada pequena produção agrícola familiar.

Os profissionais formados nas escolas de agronomia e de ensino médio voltados para técnicas agrícolas tinham como premissa o uso intensivo de sementes melhoradas, agroquímicos e maquinário agrícola, insumos que exigiam mobilização de capital, o que era escasso nas comunidades rurais que, por sua vez, eram abundantes em mão de obra.

Instituições solidárias aos movimentos sociais, sob a forma de organizações não governamentais, prestavam apoio e tentavam estabelecer redes de trocas de conhecimentos e difusão de tecnologias intensivas em mão de obra, seleção massal e insumos produzidos localmente, contrapondo-se aos pressupostos da Revolução Verde. Entre os engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e produtores inovadores se formou um movimento originalmente tratado como Agricultura Alternativa, cujo fórum no Brasil eram os Encontros Brasileiros de Agroecologia, os EBAS.

O Professor Jean Hébette, na Universidade Federal do Pará, propôs no colegiado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em 1987, um Projeto denominado Centro Agrário do Tocantins (CAT). Esse projeto articulava pesquisadores, professores, técnicos e docentes das áreas agrônoma, sociológica e antropológica com sindicalistas

camponeses filiados aos sindicatos de trabalhadores rurais e associações de pequenos e médios produtores do Sudeste Paraense. Articulado com a Universidade das Antilhas e Guiana e a Embaixada da França, e contando com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP), o projeto teve início sob a coordenação do pesquisador Jean Hébette. Vincent De Reynal, da Universidade das Antilhas e Guiana, foi convidado a integrar a equipe, e as primeiras ações foram iniciadas em Marabá, com o objetivo de formar engenheiros agrônomos especializados em novas abordagens no campo voltadas à compreensão da lógica de funcionamento dos estabelecimentos camponeses e seus desdobramentos em ações que contribuíssem para a construção/consolidação dos projetos das famílias camponesas.

No CAT havia duas estruturas distintas: o Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins (LASAT) e a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA). O LASAT reunia ou deveria reunir e articular pesquisadores da Universidade Federal do Pará, da Universidade das Antilhas e Guiana, da Embrapa Amazônia Oriental, da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e de quantas instituições e parceiros se dispusessem a produzir e validar conhecimentos que pudessem colaborar no desenvolvimento da agricultura camponesa.

Insistimos no conceito de camponês por reconhecê-lo como referência fundamental da proposta do Ineaf.

Contingências históricas, divergências políticas e acadêmicas, inviabilizaram diversas vezes a permanência do Programa nos espaços

que lhes abrigaram temporariamente. Do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, passando pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e com proposta inviabilizada de a UFPA encampar a UFRA, a presença do programa em instâncias institucionais findou com a criação do Centro Agropecuário dentro da Universidade Federal do Pará com duas unidades de pós-graduação: o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal.

O Centro Agropecuário mantinha seus quadros atuando nos Campi de Marabá e Altamira até que transformações importantes implicaram em outra configuração. Em Marabá o LASAT e a FATA mantiveram uma relação de parceria principalmente em torno dos cursos de Engenharia Agrônômica, até a emancipação da FATA com uma vinculação direta com a FETAGRI. Posteriormente, com o Campus se transformando na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e a vinda dos quadros pertencentes ao LASAT para Belém, procedeu-se a um processo de transição em que as atividades em Marabá se tornaram independentes e completamente autônomas. Em Altamira, o Laboratório Agroecológico da Transamazônica, que inicialmente liderava o curso de Engenharia Agrônômica, foi gradualmente perdendo coesão, à medida que as relações entre seus membros se diluíam naquele campus. Com a transferência da maioria desses integrantes para Belém, houve um reforço dos quadros da pós-graduação na capital, ao mesmo tempo em que se mantiveram atividades de pesquisa em Altamira.

Do Centro Agropecuário ao INEAF

Em Belém, o Centro Agropecuário se constituiu como um Núcleo de Estudos sobre a Agricultura Familiar que, se tinha duas pós-graduações, elas não tinham afinidades nas abordagens acadêmicas, o que findou por uma separação. Circunstâncias operacionais e institucionais levaram o Núcleo a criar uma graduação e se constituir como um Instituto, mantendo-se a sigla anterior incorporando uma letra para identificar a unidade acadêmica com outro status.

A proposta original de Jean Hébette e Vincent De Reynal, tanto quanto dos quadros que se incorporaram ao projeto do INEAF desde o início, era e permanece arrojada no sentido de expandir ao máximo a pesquisa, formação e ações de impacto social coladas aos sujeitos do campo em toda a extensão amazônica. Ensaios de criação de unidade de pesquisa ocorreram em Santarém, no Oeste Paraense, tanto quanto práticas de formação no nível de especialização envolveram jovens engenheiros agrônomos de todos os estados da região norte.

Momentos conjunturais ora favoráveis, ora desfavoráveis permitiram avanços na proposta do Ineaf, o que, entretanto, não atingiram a maturidade esperada pelos seus membros.

Atualmente, o Ineaf configura-se como uma unidade acadêmica da Universidade Federal do Pará, com atuação destacada nas áreas de ensino, pesquisa e extensão voltadas às agriculturas familiares e aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Herdeiro de uma trajetória marcada por engajamento político e epistemológico com os sujeitos do campo, o Instituto tem buscado reafirmar seu compromisso com a construção de uma universidade

pública socialmente referenciada, engajada nas lutas por justiça territorial, soberania alimentar e valorização dos conhecimentos locais.

Além de abrigar o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), criado em 2013, e que atualmente conta com cursos de Mestrado e Doutorado, o Ineaf estrutura-se institucionalmente em torno do PPGAA e da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES), responsável por um bacharelado. A FACDES desempenha papel estratégico na formação de profissionais com sólida base técnica, crítica e humanística, preparados para atuar nas realidades complexas e desafiadoras dos territórios amazônicos, especialmente no campo da agroecologia, da extensão rural e do fortalecimento das economias locais. O PPGAA é reconhecido pela CAPES como um espaço interdisciplinar de formação em níveis de mestrado e doutorado, de elevada qualidade, que articula conhecimentos das mais diversas áreas, tendo em vista que se configura como interdisciplinar e além da formação, constrói pesquisas e diálogos relevantes com os povos e comunidades tradicionais.

O Ineaf também coordena ações de pesquisa-ação universitária que dialogam diretamente com as realidades amazônicas, contribuindo para processos formativos junto a agricultores, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, assentados e outras populações do campo. Na pesquisa o instituto abriga grupos, laboratórios e projetos que investigam temas centrais relacionados à soberania dos territórios amazônicos, como agroecologia, cadeias produtivas solidárias, territorialidades camponesas, diversas formas de violência no campo, governança da terra e da água, justiça ambiental e impactos

socioambientais de grandes projetos. Destacam-se os vínculos estabelecidos com redes nacionais e internacionais, fortalecendo o intercâmbio acadêmico e ampliando o alcance das produções realizadas.

Esse conjunto de ações e conhecimentos expressa o caráter contra-hegemônico do Instituto, evidenciado em sua postura crítica diante dos modelos convencionais de práticas agropecuárias e territoriais – historicamente pautadas pela expansão do agronegócio, monocultura, dependência de insumos industriais tóxicos e concentração fundiária. Essas práticas se pautam na supressão da vegetação, destruição indiscriminada da fauna e flora para abrir campos para a monocultura agroexportadora que ameaça diferentes formas de vida, bem como as sociedades camponesas, povos e comunidades tradicionais, fragilizados diante de modelos pensados de cima para baixo, sem levarem em consideração as demandas desses grupos.

Em seus estudos sobre a biodiversidade, Wilson demonstra preocupação com esse sistema que coloca em risco as diferentes formas de vida no planeta, por se apropriar de seus *habitats*:

A derrubada de florestas virgens e outros desastres, insuflados pelas exigências e necessidades de populações humanas cada vez maiores, são em toda parte a principal ameaça à diversidade biológica. (WILSON, 2012, p.323)

O Instituto trabalha, portanto, em uma outra lógica, com pesquisas e atuação junto aos camponeses, povos e comunidades tradicionais, no sentido de romper com práticas que ameaçam diferentes formas de vida no planeta. Além de formar e desenvolver

pesquisas em espaços amazônicos geralmente invisibilizados nas narrativas hegemônicas nacionais, o Ineaf busca dialogar com os sujeitos do campo e povos da floresta no sentido de construir um arcabouço teoria-práxis propositivo em sistemas de parceria que rompam com a forma tradicional de desenvolver pesquisas em sistemas sujeito-objeto.

Ao centrar sua atuação nos estudos sobre agriculturas camponesas, dos conhecimentos tradicionais e das práticas agroecológicas, o instituto propõe alternativas que rompem com a lógica dominante que enxergam a Amazônia como um lugar propício à concentração fundiária agroexportadora e de exploração da fauna, flora e fontes de água. Essa posição desafia os modelos hegemônicos dos chamados projetos de desenvolvimento que privilegiam interesses corporativos e econômicos em detrimento das demandas e territorialidades das populações locais e da sua relação intrínseca com a natureza.

Por meio da promoção de processos formativos, de pesquisa e ação fundamentados no diálogo intercultural, na justiça territorial e na autonomia comunitária, o Ineaf vem contribuindo para a construção de práticas e conhecimentos que subvertem a ordem estabelecida. Dessa forma, aponta para modos de vida alinhados a valores plurais e alicerçados em uma visão mais ampla sobre democracia e os diálogos com as sociedades do campo. Assim, seu trabalho pode ser compreendido como um esforço de ruptura com os modelos econômicos majoritariamente implementados no campo, que não apenas resiste às imposições e pressões externas, mas também propõe

novas narrativas e caminhos para pensar a Amazônia traçados e trilhados por populações da região.

Mesmo que a questão da maturidade do INEAF permaneça uma provocação legítima — sobretudo diante das adversidades políticas, institucionais e econômicas enfrentadas ao longo de sua trajetória —, é possível afirmar que o instituto tem se consolidado como uma referência acadêmica e política nos estudos sobre e junto ao campesinato amazônico e suas dinâmicas sociais. Sua capacidade de reinvenção diante de contextos adversos, sua inserção crítica nos territórios e sua produção teórica comprometida com a transformação social atestam que o projeto germinou, floresce como força contra-hegemônica e semeia possibilidades de futuro na Amazônia.

Referências

WILSON, Edmund. *Diversidade da vida*. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FORMAÇÃO, PESQUISA E COMPROMISSO COM A AMAZÔNIA: UMA TRAJETÓRIA PELO INEAF

Alciene Oliveira Felizardo⁷

Sou Alciene, agrônoma formada pelo IFPA Campus Castanhal, mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo INEAF (UFPA) e recentemente concluí o doutorado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conheci o INEAF ainda no período da graduação no IFPA. Tive excelentes professores vinculados ao INEAF que ministraram disciplinas durante o curso e outros docentes do quadro permanente que são egressos do Instituto. Na medida em que eu ouvia sobre suas experiências de formação e no contato com os debates críticos acerca da agricultura familiar dos quais emergiam nas aulas fui despertando interesse em conhecer mais e ingressar no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA).

No início de 2016 fui aprovada e tive a oportunidade de ingressar no instituto, uma experiência de formação enriquecedora. Nesse período, estudei sobre as lógicas agroextrativistas e os projetos de desenvolvimento agrícola nas Ilhas de Abaetetuba. Esse debate despertou a reflexão crítica de como os projetos de desenvolvimento são elaborados e implementados, principalmente nas comunidades tradicionais amazônicas. A pesquisa revelou que esses projetos são orientados por uma lógica produtiva agroindustrial com práticas padronizadas e que demandam elevado nível de insumos externos. As

⁷ Engenheira agrônoma, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do INEAF/UFPA, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina.

lógicas agroextrativistas, por sua vez, possuem práticas contextualizadas e com uso de recursos locais (endógenos). Isso evidencia o contraste entre as diferentes lógicas produtivas que orientavam as práticas dos projetos de desenvolvimento agrícola e dos agroextrativistas em seus estabelecimentos familiares. Foi a partir desse contexto que foi possível identificar o motivo de os projetos de desenvolvimento agrícola propostos para as ilhas de Abaetetuba não permanecerem em execução nos estabelecimentos.

Quando eu finalizei o mestrado em 2018, também tive a oportunidade de atuar como bolsista do Núcleo de Estudos em Agroecologia do INEAF, no NEA Ajuri. Isso me manteve em contato com as discussões acadêmicas, com as organizações atuantes nessa temática e com as comunidades rurais atendidas pelo núcleo. A organização de espaços de formação interdisciplinares como os seminários e a participação de rodas de conversas foram fundamentais para aprofundar minha compreensão sobre os desafios e potencialidades da agroecologia na Amazônia.

Ainda no período da pesquisa de campo do mestrado, durante as conversas com as famílias agroextrativistas identifiquei uma temática que me instigou a manter a pesquisa na região, o impacto de grandes projetos de desenvolvimento nos sistemas comunais em Abaetetuba. Na maioria das entrevistas, as pessoas demonstravam preocupação com a fixação de bóias na baía e no furo do Capim que estavam ocorrendo com frequência em meados de 2017. Ações estas, resultado da expansão do corredor logístico Arco do Norte. Além disso, havia aumentado o fluxo de balsas e navios nas proximidades o que os levavam a questionar os impactos que essa situação poderia

desencadear na região. Foi a partir disso que elaborei um projeto de pesquisa para ingressar no doutorado e obtive aprovação na Universidade Federal de Santa Catarina em 2019.

Na minha pesquisa do doutorado busquei compreender os impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura na sustentabilidade dos sistemas comunais em Abaetetuba. O estudo mostrou que a degradação dos sistemas comunais não resulta de fragilidades de sua organização interna, já que estes possuem elevado desempenho institucional. Para compreender sistemas comunais em contexto de impactos socioambientais é necessário a análise dos aspectos externos. Logo, a sustentabilidade dos sistemas comunais depende tanto de sua organização interna quanto da consideração do contexto da ação responsável dos grandes projetos de infraestrutura. A emancipação pelo veto é uma condição de sustentabilidade necessária para esse contexto por permitir considerar os sistemas comunais afetados não-envolvidos (afetados que não participam dos processos de decisão).

Portanto, estudar no INEAF foi um passo importante na minha vida porque me abriu portas para a vida acadêmica e me proporcionou experiência formativa de relevância para atuar na região Amazônica. O INEAF é mais que uma instituição, é um elo vivo e forte entre saberes, territórios e pessoas. É um orgulho gigantesco fazer parte dessa história da qual me orgulho em ter trilhado. Que os próximos anos sejam ainda mais enriquecedores e que o Instituto continue fazendo a diferença na vida das pessoas através do ensino, da pesquisa e da extensão.

SOLUÇÕES E DESAFIOS PARA A AMAZÔNIA

Alfredo Homma⁸

Participei das atividades no NEAF durante a década de 2000 e tive o privilégio de orientar quatro brilhantes estudantes de mestrado. Estas dissertações apresentam recomendações de políticas públicas que reverberam até os dias atuais. Mostra a contribuição do NEAF e de suas seguidoras no avanço da fronteira científica e tecnológica que precisa ser ampliada na Amazônia.

Antônio José Elias de Amorim de Menezes desenvolveu a sua pesquisa no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha, no município de Nova Ipixuna, chamando a atenção sobre produtos agrícolas que se caracterizam pela sua invisibilidade. Não são contabilizados nas estatísticas agropecuárias e tem uma participação na estratégia de sobrevivência de pequenos produtores na Amazônia.

Enquadram-se nesta categoria produtos voltados para o autoconsumo familiar e venda e uma grande parte dos produtos extrativos que não são contabilizados pelo IBGE, tais como o cupuaçu, bacuri, muruci, jambo, entre outros, ou outros lançados de forma equivocada. Alguns destes produtos passaram a ser mencionados no Censo Agropecuário 2017, de forma errônea como o jambo e muruci como sendo extrativos. O Estado do Pará figura como terceiro produtor nacional do cupuaçu (Bahia em primeiro e o Amazonas como segundo), entre outros. Constitui um grande recado de que precisamos

⁸ Agrônomo, Doutorado em Economia Rural, Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e Professor Visitante da Universidade do Estado do Pará.

melhorar as estatísticas agropecuárias na Amazônia ou inserir novas perguntas, por exemplo, se utilizam barcos para efetuar o transporte da sua produção, pois teríamos a ideia de quantos produtores vivem nas áreas de várzeas na Amazônia. Esta dissertação foi defendida em 29/05/2002.

A Terezinha Cavalcante Feitosa, com graduação em Ciências Sociais, teve um desenvolvimento espetacular. Dominou as técnicas de pesquisa econômica e conseguiu utilizar o modelo do egípcio Salah El Serafy (1927-2016), para a pecuária leiteira no município de Rio Maria. O objetivo seria determinar quanto um produtor de leite precisa reservar do seu lucro líquido para cobrir a depreciação das pastagens, da infraestrutura, entre outros. Considerando uma taxa de depreciação de pastagens de 10% ao ano e uma taxa de juros de 15% ao ano, do lucro líquido, os proprietários deveriam reservar 40%, para garantir a sustentabilidade da atividade. Como a taxa de poupança é muito elevada torna muito mais barato efetuar novos desmatamentos e queimadas. Como os preços do leite e dos bezerros são controlados pelos laticínios e pelos médios e grandes produtores a renda é canalizada para esses setores, posto que, ao vender o leite e os bezerros não está embutida a taxa de reposição das pastagens. A renda destas unidades de produção poderia ser bem mais significativa, se houvesse uma relação de parceria entre as partes.

No entanto, os laticínios e os fazendeiros adotam o sistema de exploração extrativista, aproveitando-se das dificuldades do pequeno produtor para obter lucro, tanto no que diz respeito à compra do leite, quanto no que diz respeito à compra dos bezerros, sem nenhuma preocupação com as condições de sustentabilidade do sistema

produtivo. Com o mestrado defendido em 18/06/2003, a Terezinha, prosseguiu no doutorado na UFRRJ, como bolsista da Fundação Ford.

Quis o destino que Fabrício Khoury Rebello (1966-2021) e a sua esposa fossem prematuramente atingidos pela COVID 19. Para os historiadores seremos conhecidos como a geração que conseguiu escapar da COVID 19, no qual evidenciou, que a saúde deve ser tratada de forma coletiva. Populações pobres que não dispõem de recurso para comprar um litro de óleo comestível, quanto mais um litro de álcool 70° ou como deixar em isolamento aqueles que moram nas baixadas, são desafios que ficaram expostos durante a pandemia.

Tive o privilégio de orientar o Fabrício no mestrado e no doutorado, produzindo em ambas as pesquisas inéditas. Na dissertação de mestrado o Fabrício utilizou a teoria de David Levhary (1935-2023) e Robert Stephen Pindyck (1945), no qual analisa o efeito estoque de bens permanentes (terra, ouro, diamantes, pedras preciosas etc.) afetando o preço do recurso natural. Vem a grande pergunta: ganha mais plantando ou especulando com a terra agrícola na Amazônia? A teoria de Levhari e Pyndick mostraram que ganha mais plantando na Amazônia, daí a razão da expansão pecuária e de grãos. Mostrou que no mercado de terras na Amazônia o legal e o ilegal estão entrelaçados com benefícios duplos. Esta dissertação foi defendida em 31/08/2004.

O sociólogo Grimoaldo Bandeira de Matos, efetuou o primeiro levantamento sobre os pequenos produtores que se dedicam a coleta extrativa e o manejo de bacurizeiros nas mesorregiões Nordeste Paraense e Marajó. Realçou a importância do manejo de bacurizeiros, que iria expandir nos anos posteriores, bem como ocorreu com o

açazeiro. Mostrou a potencialidade do bacurizeiro, cuja polpa constitui a mais cara da Amazônia e cuja produção é de apenas 700 toneladas de polpa, comparando com 14 mil toneladas de polpa de cupuaçu e 750 mil toneladas de polpa de açaí. A defesa foi realizada em 13/06/2008.

Com estes quatro exemplos, retrata-se uma parcela da contribuição no NEAF e que precisa ser apoiado e ampliado. Mostra a necessidade de dar mais atenção para a pesquisa agrícola na região amazônica. Sobretudo quando se sabe que de quase um milhão de propriedades levantadas pelo Censo Agropecuário 2017, cerca de 83% são de pequenos produtores. Metade deste contingente estão em situação adequada: dedicam a produção de pimenta, cacau, hortas periurbanas, dendezeiros integrados a grandes empresas, pecuária leiteira, açaí manejado, fruteiras, etc. O nosso desafio está com os assentados de reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações tradicionais, entre outros, no qual precisamos desenvolver tecnologias, assistência técnica, melhorias nas escolas, postos de saúde, energia elétrica, entre outros. Não existe solução mágica para a região, leva tempo, muitas são caras e exigem sacrifício e dedicação. Os problemas não são independentes, mas heterogêneos, necessitando de maior atenção local e não decididas a mais de dois mil quilômetros de distância.

Referências

EL SERAFY, J. The proper calculation of income from depletable natural resources. In: AHMAD, Y.; EL SERAFY, S.; LUTZ, E. (Eds.).

Environmental and natural resource accounting and their relevance

to the measurement of sustainable development. Washington, D.C.: World Bank/UNEP, 1989. p.10- 18.

HANUSCH, Marek (Ed.). **Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira:** Um Memorando Econômico. Desenvolvimento Internacional em Destaque. Washington, DC: Banco Mundial, 2023. 303p. doi:10.1596/978-1-4648-1913-1.

HOMMA, A.K.O. (Ed.). **Notícias de ontem:** comentários sobre a agricultura amazônica. Brasília: Embrapa, 2021. 564p.

HOMMA, A.K.O. **Colhendo da natureza:** o extrativismo vegetal na Amazônia. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 219p.

LEVHARI, D. & PINDYCK, R.S. The pricing of durable exhaustible resources. **Quartely Journal of Economics**, v.96, n. 3, p. 365-77, Aug 1981.

CHEGADA AO INEAF, UM GRANDE DIVISOR DE ÁGUAS

Ana Julia Mourão Salheb do Amaral⁹

A minha chegada no INEAF que ainda era o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), costumo dizer que foi um grande divisor de águas. Foi no ano de 2015, logo após a minha conclusão do curso de graduação em agronomia na UFRA, como discente do curso de especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ). Lembro da primeira vez que pisei no prédio (ainda com a estrutura somente no primeiro piso), queria tirar uma dúvida sobre a temática de meu projeto de pesquisa para ingressar no DAZ. Dentre tantos gabinetes de professores fui no gabinete da Prof.^a Soraya que atentamente me tirou a dúvida.

Voltando a questão do grande divisor de águas, minha chegada ao INEAF modificou toda a minha trajetória acadêmica e profissional, pois no curso do DAZ realmente me encontrei como Agrônoma, e pude enfim constatar qual seria meu papel dentro da agronomia que, sim, poderia fazer o que mais amo, que é estar junto com os agricultores familiares, estudar sobre a agroecologia, os sistemas produtivos e a relação sociedade-natureza.

Desde o primeiro dia que cheguei aonde então era o NCADR, vi nos professores a minha inspiração para seguir esse caminho e poder

⁹ Professora do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, na Faculdade de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Possui doutorado em Desenvolvimento rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

fornecer minha contribuição enquanto pesquisadora na Amazônia. Vi que os autores que lia ainda no Grupo de agroecologia Iara, eram também os mesmos que tinham como referência nas aulas, e fiquei maravilhada pois essas leituras já faziam parte de minha formação. E fui descobrindo através dos professores um universo de autores renomados que também contribuíram muito para minha formação. Aprendi sobre a abordagem sistêmica, uma nova concepção de ciência, que se baseia sobretudo na interdisciplinaridade, complexidade. E, diferentemente das minhas experiências de viagens de campo na graduação, finalmente pude ter experiências de viagens de campo em comunidades rurais da agricultura familiar.

Contribuição do Curso DAZ

Sobre o curso realizei várias atividades, dentre elas o diagnóstico rural da Comunidade Nossa Sra. da Boa Esperança no município do Acará- PA. Na elaboração deste diagnóstico agrosocioambiental, a proposta do curso era que cada discente realizasse seu trabalho individual de conclusão do curso. Cada membro de nossa equipe ficou responsável por alguma parte deste diagnóstico. Eu fiquei responsável sobretudo por realizar a tipologia dos sistemas produtivos identificados na Comunidade Nossa Senhora da Boa Esperança. Foi a primeira vez que eu realizei e elaborei uma tipologia, foi um grande desafio e aprendizado. A partir desta tipologia dos sistemas produtivos, elaborei juntamente com minha orientadora Prof.^a Dra. Laura Angélica Ferreira Darnet, meu trabalho de conclusão do curso, intitulado “A dinâmica dos sistemas de produção camponeses no município do Acará- PA: um estudo a partir

do papel das associações”. O objetivo principal era entender o papel das associações no desenho dos sistemas de produção das famílias pertencentes à Comunidade Nossa Senhora da Boa Esperança.

Atividades curriculares no Curso DAZ



Atividades para a elaboração do Diagnóstico agrosocioambiental na Comunidade Nossa Sra. Da Boa Esperança e dos Assentamentos PA São Lourenço e do PA Fortaleza Acará- PA.



Fonte: Acervo DAZ (2015).

Ingresso no MAFDS

O ingresso no mestrado para mim no INEAF foi uma oportunidade de aprofundar meus conhecimentos, pesquisas e vivências na agricultura familiar. No primeiro ano do mestrado destaco a ocupação na UFPA, que nós estudantes fizemos, no período de ocupação das Universidades Brasileiras em protesto contra a PEC 241 (rebatizada de PEC 55 no Senado) em meados de outubro-novembro de 2016 diante da mobilização nacional contra as políticas do governo do Presidente Michel Temer que congelaram investimentos em educação, saúde e outras áreas do serviço público. Fizemos do INEAF, literalmente nossa casa, contando com o amplo apoio e participação dos nossos estimados professores e professoras.

Promovemos diversos espaços de formações, diálogos e arte. Denominamos nossa ocupação no INEAF de “Acampamento Jean

Hébetete” uma homenagem ao grande mentor do INEAF. Foi uma experiência única ter tido o privilégio de ter participado desde momento histórico, que sempre levarei guardada no meu coração com muita estima.

Registros do Acampamento Jean Hébetete





Acampamento Jean Hébette

O primeiro nome que demos ao nosso acampamento foi "Agrárias em movimento", uma vez que queríamos demonstrar a importância de buscar as mudanças que acreditamos.

No dia 11/11/2016 fomos abalados pela desencarnação de querido Jean Hébette. Jean foi não somente o fundador, como o mentor deste que hoje se chama Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, e principalmente desta nova forma de fazer ciência na Amazônia.

Colocou-se do lado dos pobres amazônidas, expulsos de seu território participando do reconhecido trabalho da Comissão Pastoral da Terra, como padre católico. Recusou-se a obedecer à institucionalização do saber e por isso acabou sendo afastado do quadro docente da UFPa.

Para nós, Jean não morreu, pois "aqueles que são plantas ao morrer tornam-se sementes. E as sementes tem a missão de frutificar".

Que Jean Hébette frutifique em cada um de nós que fazemos parte desta luta em defesa e parceria com os camponeses da Amazônia! Esta é a nossa melhor forma de homenageá-lo!

#OcupaNCADR #AcampamentoJeanHebette #OcupaUFPa #JeanHebetteVive

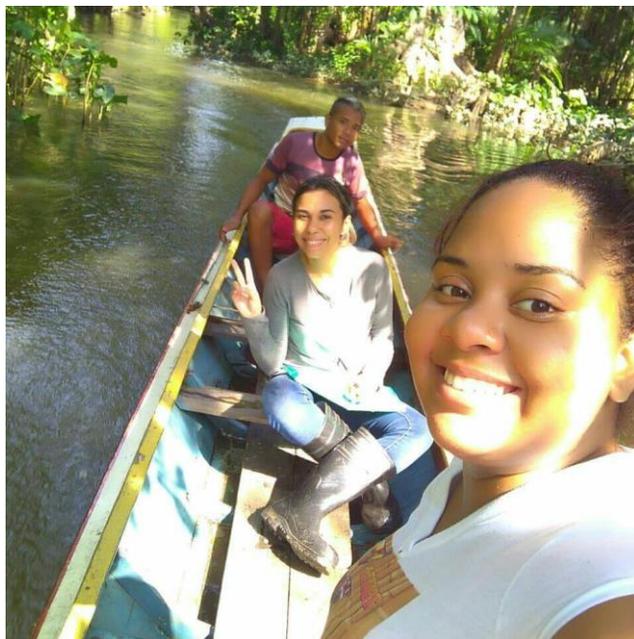


Fonte: Acervo acampamento Jean Hébete (2016).

Sobre minha pesquisa de mestrado, graças ao Prof. Dr. Paulo Martins, meu orientador, fui apresentada ao universo dos ambientes de várzea e terra firme no município de Cametá, território do Baixo Tocantins. Minha dissertação de mestrado foi sobre a reprodução do sistema-família-estabelecimento na Microbacia do Aricurá- Cametá-PA.

Com o objetivo geral de avaliar a influência da disponibilidade de áreas de várzeas nas atividades produtivas, em especial na produção do fruto do açaí, e na reprodução socioeconômica do sistema família-estabelecimento para contemplar a parte da reprodução social e a organização do trabalho tive como Co-orientadora a Prof^ª. Dra. Sônia Magalhães. Foi a junção perfeita para uma agrônoma social como eu, poder aliar na minha pesquisa os estudos dos sistemas produtivos e o estudo da reprodução socioeconômica do campesinato dos agricultores familiares e ribeirinhos da Microbacia do Aricurá.





Fonte: Acervo de Pesquisa (2018).

Minha volta ao INEAF como Professora

Eis que o destino me traz de volta ao INEAF em 2024, quase dez anos depois do meu ingresso no curso do DAZ. Um novo divisor de águas, cheio de significados, agora como parte da equipe de docentes. Digo cheio de significados porque primeiramente sempre foi meu sonho ser professora e sobretudo no INEAF onde realmente me formei. Em segundo, poder trabalhar com os meus professores é de uma honra e orgulho tão grande, confesso que ainda não me acostumei de chamá-los de colegas. Aprendo ainda mais com eles e elas todos os dias. Em terceiro foi através do concurso que me possibilitou não somente a volta ao INEAF, mas a volta ao meu Estado, estar de volta às minhas origens e ao lado da minha família e amigos. Estar contribuindo com o

INEAF e com a Universidade Federal do Pará, na formação dos estudantes, no ensino, na pesquisa e extensão de acordo com a missão da UFPA: “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” (site da UFPA).

Vivência I da turma BDR 2024- Na Comunidade Quilombola Jacarequara, município de Santa Luzia- PA



Fonte: Acervo da vivência, (2024). Site FACDES.

TESTEMUNHO DA MINHA VIVÊNCIA COMO O INEAF

*André Carlos de Oliveira Rocha*¹⁰

Me chamo André Rocha, sou militante do Movimento Sem Terra (MST) e tenho uma primeira graduação na área da saúde, Fisioterapia. Isso é importante para entender meu primeiro contato com o INEAF, na época NCADR, em 2011. Nessa época eu já estava com 5 anos de formado em Fisioterapia, tinha feito uma especialização na Universidade do Estado do Pará (UEPA), e queria voltar a estudar. Também já estava militando no MST, o que me levou a ter contato, conhecer e praticar a agroecologia. Então tentei traçar uma estrada nessa área, na pegada da agroecologia, o que me levou a dois locais. De primeiro tentei uma vaga na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no recém-criado mestrado em Agroecologia. Lá eram poucas vagas, eu cheguei na fase de entrevista, mas não passei. Na minha avaliação essa ciência convencional, ainda na lógica das suas caixinhas, mesmo com uma pegada da agroecologia, mas como a minha formação era na área da saúde, acho que isso foi o que impactou e limitou a minha entrada.

Assim, tentei em outro lugar, quase que concomitante, ainda no segundo semestre de 2011. Esse lugar era o NCADR, no mestrado em

¹⁰ Engenheiro agrônomo pela UFRA. Especialista em Educação e Movimentos Sociais na Amazônia pela UEPA. Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo INEAF/UFPA. Doutorando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável no INEAF/UFPA, membro do NEA Ajuri e do grupo de Pesquisa APOENA, professor colaborador no IFPA Campus Rural de Marabá, atuando no curso de Tecnologia em Agroecologia.

Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS). Procurei na época o prof. Gutemberg (que depois eu iria passar a chamá-lo, carinhosamente, de Gute), que era o coordenador da pós-graduação. Me apresentei para ele, falei que era do MST, e ele disse que eu precisaria me afastar um pouco da militância. Eu respondi que já estava conversando dentro do Movimento Sem Terra que eu iria me dedicar àqueles dois anos ao mestrado, e então ele me orientou que estudasse os textos do ano anterior. Assim o fiz, estudei todos os textos e já estava terminando os textos do ano atual, que eram todos diferentes, quando fiz a minha inscrição no processo seletivo do mestrado. Daí veio um problema, a minha inscrição não foi homologada, pois havia uma questão do edital que dizia que era um mestrado multidisciplinar, só que citava várias áreas, era “mestrado multidisciplinar: Ciências Agrárias, Ciências da Educação, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências Biológicas” e faltava uma que era a Ciência da Saúde. Para evitar problemas com recursos e impugnação, minha inscrição não foi homologada. Obviamente que fiquei muito chateado, já tinha conversado inclusive com o professor Mauro, que eu havia conhecido em Marabá ainda, sobre fazer uma pesquisa relacionando saúde e agroecologia. O mesmo achou novidade, se dispondo, inclusive, a ser meu possível orientador. Mas como não foi homologada, resolvi dar um passo atrás.

Esse passo atrás na verdade foi eu voltar do banco da graduação. Prestei vestibular para Agronomia na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), passei e continuei frequentando as áreas do MST, principalmente o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO). Logo no final do meu primeiro ano, em 2012, o

grande camarada, mestre Mamede, foi assassinado, mas eu continuei frequentando e ajudando no lote principalmente a dona Teo, a viúva, e aí que vem meu segundo contato com o INEAF. Dona Teo entrou na especialização, uma residência agrária, que foi importante para a sua saúde mental, cursou entre 2013 e 2014. Eu contribuí no LAPO e no assentamento, recebendo a turma quando faziam visitas, frequentei o INEAF em algumas atividades e seminários que o instituto organizava. Então esse meu segundo contato foi participando de algumas atividades como convidado do INEAF ou apoiando atividades de campo do INEAF (na época, NCADR) no nosso assentamento. E ainda nessa parceria, teve em 2015 a construção e realização do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia. A articulação começa em 2013 e o congresso se realiza em 2015, em Belém. O processo liderado e encabeçado pelo INEAF, e eu, lógico, contribuindo nessa construção via MST.

Nessas idas e vindas de campo, eu nesse apoio, conheci o professor Flávio Barros, que orientou a dona Teo, e frequentando o LAPO, tanto para orientar, mas também pela amizade, levou o professor William Santos de Assis. Prof. William lembrou que já havia conhecido o mestre Mamede, décadas atrás, quando ainda fazia a extensão rural ali pela região de Paragominas e o Mamede morava por lá. Foi então, nesse meu encontro com William, eu já perto de finalizar meu curso de Agronomia, que acontece meu terceiro contato com o INEAF. Fui chamado para ser bolsista do projeto do Núcleo de Estudos em Agroecologia Ajuri (NEA Ajuri), atividade que durou praticamente um ano, e que terminei em janeiro de 2017, exatamente

quando concluiu o curso de graduação na UFRA, me formando em engenheiro agrônomo.

Fui morar em um acampamento do Movimento Sem Terra e passei o ano de 2017 lá, vivendo, produzindo e organizando o acampamento. Vivendo da terra e organizando a vida. No final de 2017, resolvi tentar novamente aquela primeira vontade, de fazer uma pós-graduação, um mestrado. Surge aí o meu quarto contato, que foi cursar o MAFDS, no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA). Cursei durante os anos de 2018 e 2019, voltando a me inserir no NEA Ajuri, e concluindo no início de 2020, quando já começava a pandemia. Com o mestrado concluído, voltei a morar em Belém e passei esses dois anos afastado do INEAF.

Segundo semestre de 2021, já com a pandemia amenizada, já com vacinas, eu tentei então o doutorado (DAFDS/PPGAA), e esse é meu quinto contato com o INEAF. Passei e, em 2022, iniciei o doutorado do qual ainda estou cursando, dentro do prazo que tenho, até início de 2026. Nesse processo, ao mesmo tempo entrei no doutorado, passei em um processo seletivo que fui professor substituto no curso de Agronomia da UFPA, campus Cametá, e dessa forma pude contribuir de uma outra maneira com INEAF, ministrando disciplinas. No caso, a disciplina de Estatística Básica para duas turmas do Bacharelado em Desenvolvimento Rural, e, atualmente, tenho também acompanhado a turma BDR2024 na disciplina Viagem de Campo: Vivência.

Esse é o meu testemunho, da minha relação com o INEAF, dessa trajetória que construí e, aqui, coloquei aí didaticamente em cinco momentos. Trajetórias, minha e do INEAF, que se alinharam há

15 anos, tendo o MST e a agroecologia como elos iniciais dessa corrente. Uma coisa a mais quero deixar registrado, a relação humana que se estabelece dentro do instituto, que, obviamente com todas as relações humanas, mesmo com contradições, é um local muito agradável se trabalhar, de se estar, e de se fazer universidade. Então, esse é o lugar onde foram construídas amizade, parcerias e camaradagens. Esse legado que o INEAF vai deixar para minha vida.

CAMINHOS DA FORMAÇÃO AGRONÔMICA NA AMAZONIA BRASILEIRA

Antônio Carlos Reis de Freitas¹¹

Nas últimas décadas, a formação do profissional da Agronomia que vive e trabalha na Amazônia tem passado por transformações em diferentes dimensões (metodológica, grade curricular, carga horária etc.) a fim de moldar esses profissionais para compreender e enfrentar os desafios do setor Agropecuário da região. Nesse contexto histórico, em 1992, participei como aluno do Curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Socioambiental (DAZ) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse programa *lato sensu* tinha como propósito remodelar a formação do agrônomo: estágio vivência na unidade de produção familiar camponesa visando compreender a lógica de organização da produção e reprodução familiar (nos termos propugnados por Chayanov); abordagem sistêmica da unidade de produção; análise do ambiente natural (solo, clima, vegetação), fundamentos de estatística e geoprocessamento.

A interdisciplinaridade do corpo docente do Programa DAZ deve ser destacada como uma característica dessa iniciativa acadêmica. Os professores tinham formações profissionais e temáticas diferentes e eram vinculados a diferentes instituições de ensino e pesquisa. Considerando os padrões nacionais e internacionais dos anos 90, a

¹¹ Agrônomo, pesquisador da Embrapa Maranhão, professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), especialista em Agriculturas Familiares Amazônicas (UFPA), Mestre em Políticas Públicas (UFMA), Doutor de Desenvolvimento Sustentável (UFPA), Pós-Doutor em Agricultura Sustentável (USDA)

formação *latu sensu* oferecida pelo DAZ, que antecedeu o INEAF, foi inovadora e impactou a formação profissional dos agrônomos da Amazônia brasileira. Além disso, vários profissionais egressos desse programa passaram a integrar o corpo docente de universidades e instituições de pesquisa que atuam na região. Portanto, houve também impactos sobre a pesquisa agronômica.

Carta em comemoração aos 30 anos do INEAF

Antônio Gabriel Lima Resque¹²



Atividade de Campo da disciplina *Intervenção no meio rural*, realizada no município de Cametá em 2010. Nesta foto estão presentes colegas de turma e algumas das pessoas que nos acolheram por uma semana na comunidade Ilha do Cação, em Cametá.PA.

Belém, 25 de agosto de 2025

É com grande satisfação que escrevo este relato em comemoração aos 30 anos do *Instituto amazônico de agricultores familiares - INEAF/UFPA*, um lugar que ocupa um espaço especial na minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, e para o ensino,

¹² Engenheiro agrônomo, formado pela UFRA (2008); Mestrado em agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, pela UFPA (2012); doutorado em agroecologia pela AgroParisTech (2020). Professor do Instituto Socioambiental e de Recursos Hídricos (ISARH) da UFRA

pesquisa e extensão relacionadas as diferentes formas de agriculturas de base familiar da Amazônia.

Sou engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e, desde a graduação, venho atuando em temáticas voltadas à agroecologia e à agricultura familiar. Após concluir a graduação, em 2008, iniciei minha vida profissional atuando por 1 ano na Secretaria estadual de Agricultura do Pará (antiga SAGRI), também com foco na agricultura familiar. Foi nesse período que conheci o Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento rural (MAFDS) do INEAF. Ao tomar conhecimento da proposta do curso, imediatamente me identifiquei com seus princípios e me inscrevi no processo seletivo – felizmente fui aprovado para a turma de 2010.

Iniciei o mestrado no INEAF em 2010 e foi um período muito importante para o caminho que venho trilhando e para a minha vida de uma forma geral. Nesse sentido, posso destacar a convivência com os colegas de turma e certamente a convivência com o programa. Fui apresentado a uma série de conceitos, metodologias e vivências que marcaram profundamente minha forma de pensar e atuar - um novo horizonte se abriu para mim. Um crescimento e amadurecimento seja no âmbito teórico, mas também nas experiências empíricas a partir das diferentes atividades de campo relacionadas a disciplinas ou da concepção da dissertação. E especificamente no âmbito da dissertação, tive o privilégio de ser orientado pelo professor Luís Mauro, um mestre e amigo que levo para a vida. Também tive a alegria de conhecer colegas e professores que foram fundamentais nessa caminhada.

Após concluir o mestrado, passei a lecionar na UFRA em Paragominas, ainda com foco na agricultura familiar e desenvolvimento rural, e, posteriormente, realizei o doutorado na França, sempre na mesma área. Atualmente, atuo como professor na UFRA em Belém. Carrego ainda hoje comigo muitos dos ensinamentos obtidos ao longo do programa, como destaque para as pesquisas e reflexões em torno de indicadores de sustentabilidade na Amazônia, que iniciei ao longo do mestrado.

Ao longo dessa trajetória profissional que vem sendo construída ao longo dos anos, o INEAF segue representando minha segunda casa e um lugar de referência, o qual fico grato de seguir contribuindo com ele de diferentes formas e por manter vínculos com o programa e com os diferentes colegas que fazem parte do mesmo.

É igualmente gratificante hoje, também ver uma série de ex-alunos meus que já passaram pelo programa e estão trilhando a partir de então seus próprios caminhos, engajados com o fortalecimento da agricultura familiar.

Quero, portanto, parabenizar o INEAF pelos seus 30 anos de atuação, pelo compromisso com a formação acadêmica e pela contribuição significativa tanto no campo da pesquisa quanto na construção de políticas e práticas voltadas às diversas formas de agricultura familiar na Amazônia. A nossa rica e bela Amazônia é um território de vida, saberes e produção que exige modelos socioproductivos sensíveis à sua complexidade – e o INEAF tem desempenhado um papel essencial nesse desafio.

Vida longa ao INEAF, e que venham muitos outros anos de conquistas e transformações!

Com gratidão e carinho,

INEAF NA MEMÓRIA COMO EXERCÍCIO DE GRATIDÃO

Aquiles Vasconcelos Simões¹³

É impossível construir uma reflexão sobre a minha a carreira acadêmico-científica sem mencionar uma frase inspirada dos escritos de Sahlins: ao mesmo tempo que falo da estrutura de uma história, falo também da história de uma estrutura. Resguardados os equívocos de interpretação antropológica da relação entre estrutura e história, tomo esta frase apenas para falar do quanto a minha história pessoal-profissional foi se estruturando juntamente com a história institucional do INEAF. Portanto, qualquer esforço de busca na memória não pode se dar sem o exercício da gratidão, afinal, contribui para dar vida a quem vida deu-me, não sendo possível desconectar Aquiles e INEAF da mesma temporalidade e historicidade que lhes é intrínseca.

Em junho de 1992, após concluir a graduação em agronomia em Manaus na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), fui selecionado para o curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (DAZ). Na época, realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, no seio da cooperação franco-brasileira, da qual fazia parte o programa CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) coordenado pelo prof. Jean Hébette. Em agosto de 1992, cheguei em Belém e deparei-me com outra maneira de olhar para a história do desenvolvimento dos sistemas de

¹³ Doutor em Estudos Rurais – Ciências Sociais (Université de Toulouse II, França). Professor Titular da Universidade Federal do Pará/Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente. Bolsista de Produtividade do CNPq e Coordenador do Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia (GEDAF). E-mail: aquiles@ufpa.br

pesquisa, ensino e extensão na agricultura e estratégias de intervenção no meio rural com ênfase no campesinato amazônico. Foi o encontro com a abordagem sistêmica e com a pesquisa-formação-desenvolvimento em sistemas de produção.

A experiência da UFPA nesta perspectiva se inicia a partir do programa CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) sediado no município de Marabá, em 1989, em parceria com o Groupe de Recherche et d'Échange Technologique, articulando um grupo de pesquisa - o Laboratório Socioagronômico do Tocantins (LASAT), coordenado por Vincent De Reynal - e uma organização regional de desenvolvimento dos agricultores - a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA) - que agrupava 5 (cinco) Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR): Marabá, Jacundá, Itupiranga, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia. A isso chamou-se dispositivo de Pesquisa-Desenvolvimento que, mais tarde, passou a se chamar de dispositivo de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento com a criação do curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (DAZ)¹⁴, em 1991.

Esse dispositivo foi ampliado para a região da Transamazônica, em 1993, com a criação do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) coordenado por Christian Castellonet e Jean Hébette, em parceria com o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), formando o Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET) com sede no município de Altamira. Após

¹⁴ O curso foi inspirado na experiência da formação Développement des Antilles-Caraïbe (DAC), da Universidade das Antilhas Guiana (UAG).

concluir a Especialização DAZ fui chamado para compor a equipe do LAET que estava em vias de formação.

O LAET nasceu com a perspectiva da Pesquisa-Desenvolvimento em Sistemas de Produção imbricada com a pesquisa participativa, pesquisa-ação e intercâmbio entre os agricultores integrando o debate acerca do desenvolvimento sustentável e meio ambiente com ênfase na gestão dos recursos naturais. Essas duas experiências, do CAT, em Marabá, e do PAET, em Altamira, culminaram na criação do Centro Agropecuário e do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF). Em setembro de 1994, foi criado o Centro Agropecuário (CA), na UFPA, prevendo duas subunidades, o NEAF (Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar) e o NECAN (Núcleo de Ciência Animal). Em janeiro de 1995, foi realizado o “esforço concentrado” para a criação do NEAF através da elaboração do seu Programa Científico, tomando em conta a institucionalização do LASAT e do LAET como laboratórios de pesquisa vinculados ao NEAF/CA/UFPA¹⁵.

Nesse momento criamos o NEAF, formalizamos e institucionalizamos o Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento das Agriculturas Familiares Amazônicas. Faziam parte da equipe de elaboração os professores Antônio Cardoso, Paulo Martins e Solange Felicidade Marques Ferreira (pela equipe Belém), Vincent De Reynal e Márcia Muchagata (pelo LASAT), Christian Castellonet e Aquiles Simões (pelo LAET). Redigi parte da problemática que tratava da diversidade da agricultura familiar

¹⁵ Essa é a história do atual Instituto de Agriculturas Amazônicas.

amazônica¹⁶ inspirada na minha compreensão do campesinato, parte da concepção do programa voltada à formação de quadros, incluindo a criação do mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), a criação dos cursos de graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias e duas linhas de pesquisa: Elementos técnicos da sustentabilidade dos sistemas de produção e Pesquisa-desenvolvimento e organizações locais. O Projeto do NEAF foi apresentado e aprovado pela FINEP, sendo fundamental na estruturação da então subunidade. Em meados de 1995, tornei-me professor substituto do CA/NEAF e, em 1996, aluno do mestrado cujo projeto¹⁷ eu ajudara a construir e primeiro professor efetivo, concursado do CA/NEAF sediado no Campus de Altamira.

Os anos 1993 a 1997 foram muitíssimos proveitosos na minha vida profissional. Desenvolvi trabalhos com os agricultores, líderes sindicais e religiosos, cooperativas e associações nos “travessões”¹⁸ nos municípios de Pacajá a Rurópolis. Acompanhei a transformação do MPST para MDTX (Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu) e a criação da FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar). A partir de 1998 estive na coordenação do DAZ e nos anos 2000 atuei como coordenador do NEAF e vivi intensamente todo o crescimento e transformação institucional desde os tempos de

¹⁶ Esse momento coincidia com a emergência da agricultura familiar como categoria de ação política como resultante da luta do movimento social rural em nível nacional. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo, criado em 1994, foi um marco na mudança da relação Estado – Campesinato naquela conjuntura. Então, a criação da sigla NEAF e a ênfase nas Agriculturas Familiares, incorporou essa dimensão política.

¹⁷ É importante destacar a intensa participação de Heribert Schmitz durante a elaboração do projeto que seria enviado à CAPES, após aprovação pela UFPA.

¹⁸ Vicinais perpendiculares ao eixo da Rodovia Transamazônica

Centro Agropecuário passando por Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR).

De lá pra cá, para usar a linguagem coloquial, os avanços foram impressionantes. Os cursos de licenciatura em ciências agrárias forneceram as bases para alguns cursos de agronomia existentes no Estado do Pará, produziu muitas ideias e quadros atuantes na Educação do Campo, Tecnólogo em Agroecologia, entre outros. O mestrado avançou para o doutorado, a experiência do DAZ inspirou a criação da Tecnologia Social de Formação de Agentes de Inovação Socioambiental (TS - AGIS), as experiências do LAET e LASAT inspiraram a criação do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF) que hoje se intitula Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia, cujos projetos realizados no seio do então NCADR permitiram inúmeras reflexões acuradas e calorosas sobre o Bacharelado em Desenvolvimento Rural e seus percursos formativos.

Não dá para viver toda essa efervescência e olhar para ela sem dizer o quanto sou grato pela oportunidade que a vida me deu e marejar os olhos com lágrimas que imprimem as marcas da qualidade das relações vividas, das conquistas alcançadas, dos ensinamentos e aprendizagens. Falar para o INEAF em seus 30 anos é quase ver um filho falando para a mãe que ele passou 23 anos construindo junto com seus “companheiros, camaradas, amigos” imbuídos e engajados no mesmo propósito: contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar amazônica, sobretudo através da formação de quadros. Quem

é cria de quem eu não sei dizer, mas de uma coisa eu tenho certeza: é uma dúvida que eu AMO e que carrego na memória como GRATIDÃO pela força, convicção e motivação com as quais desenvolvo meu trabalho.

OBRIGADO INEAF!

INEAF, MINHA ESCALA ACADÊMICA

*Arthur Brito*¹⁹

Em 2026, completo oito anos de vivências no Ineaf, tendo cursado o mestrado, a partir de 2016, num período conturbado de manifestações contra a precarização das universidades públicas, que desembocaram em ocupações de estudantes nas universidades federais de todo país. Foram dois anos de um aprendizado imenso e intenso. Em 2020, quando iniciei o doutorado no PPGAA, o contexto também não era tranquilo, havia uma pandemia pela frente, dificuldades de todos os tipos, em diversas dimensões.

Resgatando rapidamente essas memórias, consigo perceber que a minha relação com o Ineaf se deu, geralmente, em contextos atípicos, por esse motivo consegui enxergar os professores, estudantes, técnicos e demais grupos que carregam o Ineaf nas costas, construindo diariamente estratégias para manter o instituto forte, criando alternativas cada vez mais criativas para que o ensino, pesquisa e extensão não perdessem o fôlego.

Ter completado mestrado e doutorado, nesses contextos, revela que eu consegui atravessar grandes dificuldades, mas demonstra também que sempre houve um instituto seguro onde me sustentar. Atualmente, continuo construindo memórias no Ineaf, mas, dessa vez, de uma outra perspectiva, a partir de um pós-doutorado,

¹⁹ Mestre e Doutor em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/UFPA); Licenciado pleno em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); músico e compositor; Pós-doutorando junto ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA) e professor efetivo de Geografia pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA).

desenvolvendo pesquisas e dando apoio ao corpo docente da Faculdade de Desenvolvimento Rural (Facds).

A relação que possuo hoje, com famílias camponesas e povos e comunidades tradicionais da Amazônia, devo ao Ineaf. É um privilégio fazer parte da história do instituto, como pesquisador, estudante ou professor. É um privilégio visualizar de perto um instituto realmente engajado na defesa desses grupos, no discurso e na prática, em sala de aula, no escritório ou em campo.

UM OLHAR POÉTICO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E INEAF

- TERRA - FAMÍLIA - PRODUÇÃO -

SEMEANDO O HOJE PARA A GERMINAÇÃO NO AMANHÃ...

Augusto Menezes²⁰

Em uma tarde chuvosa, comecei a caminhar pelos espaços do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da UFPA, considerando minha estada de iniciante. Senti o cheiro da chuva molhada que adentrava pelas fendas de algumas janelas. Percebi, nesta caminhada, que havia uma porta semiaberta. Veio a curiosidade em saber o que tinha lá dentro. Entrei e vi um senhor debruçado sobre um conjunto de papel. Perguntei: o que funciona aqui? Ele respondeu com uma voz calma: O laboratório de material físico e biológico. Minha visão enxergou uma quantidade de diversas mudas de plantas. O cheiro era forte, porém agradável. Este fato me levou a buscar qual era o papel do INEAF e descobrir a conexão ao entendimento sobre agricultura familiar.

Busquei, então, no acervo histórico do INEAF, a compreensão sobre este entendimento, e concluí: “modelo de produção agrícola, com manuseios sustentáveis, valorizando as tradições culturais de uma mesma família, onde o cultivo do trabalho é realizado, preferencialmente, por membros da família, quer nos campos rurais ou em alguns espaços urbanos, com um cultivo variado de espécies produtivas, destacando-se a produção de alimentos básicos, além da

²⁰ Adm. Prof. Dr. Augusto Menezes INEAF/UFPA

criação de pequenos animais. Entre estes, o cultivo da mandioca, feijão, milho, arroz, café, frutas, hortaliças e verduras, na agricultura. Já na pecuária, a produção de leite, aves e suínos”.



Esse tipo de germinação produtiva, muita das vezes, é destinada à própria sobrevivência da família, valorizando tradições e valores de um mesmo clã, exarando energia afetiva que aflora na simbiose das raízes em cada solo da mãe terra, com vista a produção límpida, sem se preocupar com as mãos calejadas, e se repete ente pais e filhos, na busca da formação identitária do Eu Família. Que bela esta forma de amor da própria vida e sobrevivência.

Assim foi e é o meu olhar e entendimento sobre o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, o qual consolida a própria expressão do ciclo da mãe natureza, sem esquecer, é claro, o ofício artesanal deste, que consolida suas ações alicerçadas em pressupostos da sustentabilidade do desenvolvimento produtivo, germinando

alimentos cristalinos e irrefutáveis, contribuindo para a capacidade da superação da própria atividade do campo pelos agentes da agricultura familiar.

Tal visão, me leva à assertiva de que a força das ações dos trabalhos do INEAF vai muito além das atividades acadêmicas, pois é direcionada, também, à valorização do homem do campo, onde esta se inicia por meio da seleção das melhores sementes e, em seguida lavrar a terra para o plantio, envolvendo, limpeza e preparação do solo antes do plantio, removendo detritos, ervas e nivelando a área a ser cultivada.



Gente do campo: projeto estimula o cultivo sustentável do açaí nas comunidades ribeirinhas do Miraflores. Por Paula Salati, G1

Esse cuidado tem uma destinação: o cultivo e colheita frutífera no futuro, em tempos variados, quatro anos e meio, dois ou quatro anos pelas sementes da graduação ou da pós- graduação. Esse cultivo sem dúvida produz as melhores safras as quais são destinadas a contribuir nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas também, na gestão do campo, assistência técnica e extensão rural no âmbito da agricultura familiar, centrada, porém, no solo amazônico. Esta é a maior casta de ação social existente na superfície da Autarquia Pública Especial Universidade Federal do Pará, a qual se domina INEAF, semeando o hoje para a germinação do amanhã...

MINHA HISTÓRIA COM O INEAF: DO DAZ PARA A VIDA

*Carla Giovana Souza Rocha*²¹

Estes 30 anos de existência do Instituto de Estudos sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará envolveram um intenso processo de afirmação política, resistência institucional e um movimento contínuo de reinvenção, que contou com a participação de coletivos de professores, estudantes, organizações sociais e agricultores(as) familiares, além de cooperações com diversas entidades de ensino, pesquisa e desenvolvimento do Brasil e do exterior.

A missão do INEAF mantém os princípios básicos que nortearam a criação do seu precursor, o Centro Agropecuário, que é a de "construir conhecimentos e ações, de forma articulada com os agentes das agriculturas familiares amazônicas, voltados à formação de cidadãos capazes de apoiar dialogicamente a consolidação de uma sociedade inclusiva e justa" (PDU INEAF, 2022). O Centro Agropecuário iniciou sua estratégia institucional com o curso de especialização do DAZ e a implementação de equipes de Pesquisa-Desenvolvimento.

Em 1992, ainda cursando a graduação em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), tive contato, por meio do movimento estudantil, com egressos e professores críticos à gestão e à matriz formativa da FCAP (atual UFRA). Esses profissionais

²¹ Professora da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade; Programa de Pós-graduação em Estudos em Etnodiversidade (PPGETNO-UFPA).

estavam implementando um curso de especialização na UFPA, buscando novas perspectivas políticas e epistemológicas para a pesquisa, extensão e formação na área das Ciências Agrárias. O objetivo era desenvolver competências para atuar diante da complexidade e diversidade do campesinato amazônico.

Em 1994, optei por fazer o curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Ambiental, conhecido como DAZ²², oferecido pelo Centro Agropecuário, que estava em processo de formalização como unidade da UFPA. Minha turma do DAZ foi inicialmente alojada no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) e, posteriormente, transferida para a sede da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), devido às demandas estruturais de um curso integral e à falta de infraestrutura adequada na UFPA na época.

O curso, com duração de um ano, proporcionou aprendizados epistemológicos, teórico-conceituais e metodológicos que fundamentaram o uso da abordagem sistêmica para representar a organização dos sistemas agrícolas familiares e compreender as decisões e estratégias dos(as) agricultores(as). O objetivo era formar profissionais com uma visão sistêmica e pragmática, capazes de

²² Fiz parte da 3ª turma DAZ (1994/1995) era formada por estudantes do Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo, predominantemente formada por egressos da área das Ciências Agrárias; o currículo era constituído por disciplinas (aulas teóricas e práticas) em Belém, e quatro estágios de vivência (nos territórios de atuação equipes de Pesquisa-Desenvolvimento).

realizar diagnósticos (em nível de parcela, rebanho, sistema família-estabelecimento e sistema agrário) e adotar uma postura crítica e propositiva frente às dinâmicas agrárias regionais. Destaco os conteúdos das disciplinas, a equipe multidisciplinar de docentes experientes e as vivências proporcionadas pelos estágios em casas de famílias camponesas, que nos acolheram por períodos de duas a três semanas. Essas experiências nos permitiram aprender com suas memórias, vivências e rotinas diárias.

Os quatro estágios de vivência foram o elemento mais inovador no processo de construção do conhecimento e permanecem como minhas referências para a prática do diálogo de saberes e da intersubjetividade na representação dos sistemas (Esteves de Vasconcelos, 2013). Após os estágios, todo o esforço de tratamento e sistematização das vivências era consolidado em relatórios, que abordavam temas das disciplinas de Botânica Aplicada, Agropedologia, Bioclimatologia, Antropologia e Sociologia Rural, Diagnóstico Agrônomo, Diagnóstico Zootécnico, Funcionamento do Estabelecimento Agrícola, Economia Rural, Tipologia dos Estabelecimentos Agrícolas Familiares, Circuito de Comercialização e Ecofisiologia. O último estágio marcou a culminância do curso, com a realização de seminários nas comunidades para apresentação e debate dos dados gerados nas pesquisas, reflexão sobre problemas e propostas. A equipe de Pesquisa-Desenvolvimento do LAET foi responsável pela articulação, acompanhamento e orientação da turma, que atuou em três localidades: Vicinal 110 Norte e 80 Sul, em Medicilândia, e Vicinal Santa Fé, em Anapu.

Além dos estágios com as famílias camponesas da Vicinal do 110 Norte, em Medicilândia, o DAZ me proporcionou trocas de conhecimentos com outros pesquisadores, instituições públicas e organizações sindicais da região da Transamazônica, entre agosto de 1994 e agosto de 1995. Como resultado dessa trajetória, em setembro de 1995, iniciei minha carreira como docente da UFPA, lotada no Campus Universitário de Altamira, vinculada ao Centro Agropecuário (no Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar - NEAF), integrando a equipe do LAET. Essa atuação envolveu cooperação com a Embrapa Amazônia Oriental (Núcleo da Transamazônica), a entidade francesa GRET, o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e diversos coletivos camponeses dos territórios da rodovia Transamazônica e vicinais (de Pacajá a Rurópolis), além do rio Xingu (Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Porto de Moz).

Ao longo da minha trajetória, tenho carregado os princípios do INEAF, que buscam promover ações articuladas de pesquisa, formação e desenvolvimento (P-F-D), reconhecendo a diversidade da agricultura familiar amazônica e contribuindo para processos que gerem autonomia, sustentabilidade e justiça socioambiental.

A formação do DAZ e os treze anos de atuação na equipe do LAET, no Campus de Altamira, consolidaram os princípios da minha identidade profissional, aprimorando meu olhar sobre os múltiplos desafios na construção de conhecimentos ancorados nos atores locais e nas dinâmicas territoriais (Almeida, 2017).

Referências

ALMEIDA, M. da C. de. Complexidade, saberes científicos e saberes da tradição. 2 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

ESTEVES DE VASCONCELLOS, M. J. Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência. 10. ed. Campinas: Papirus, 2013.

UFPA. Plano de Desenvolvimento do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. Belém: UFPA/INEAF, 2022.

INEAF, NÓS, EU: UMA HISTÓRIA BOA DE LEMBRAR E VIVER

*Dalva Maria da Mota*²³

Costumo dizer que a minha história com Belém e com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) nasceu de uma paixão, e o mar também, como canta Djavan. Explico: conheci o professor Heribert em 1998 e, nesse mesmo ano, visitei Belém e, de quebra, o INEAF. Já não bastavam os encantos da cidade, o estranhamento da primeira colherada de açaí e a sedução do brega e dos ritmos paraenses, ainda me envolvi e ajudei na composição do calhamaço que iria compor o primeiro processo de reconhecimento do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável para o Mestrado com o mesmo nome. Tempos diferentes, tivemos de pedir uma autorização complicada para entrar na UFPA em um sábado à tarde para “rodar” o programa da Capes no qual a proposta seria submetida. Sofremos um bocado entre apagões e renascimentos da submissão, mas deu certo, e o programa foi reconhecido. Comemoramos a vitória com um jantar na Peixaria do Careca, afinal, tratava-se do primeiro mestrado em agriculturas familiares do Brasil, com o diferencial de ter uma parceria institucionalizada com a Embrapa. Tornei-me assídua em Belém e conheci mais intensamente os colegas do INEAF, alguns dos quais cursavam o próprio mestrado após terem feito o famoso Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ). Foi marcante assistir às defesas

²³ Pernambucana, dra. em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco/Sam Houston State, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, docente da Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, membro do Instituto Fome Zero.

das primeiras dissertações do INEAF. Uma verdadeira solenidade no antigo auditório da reitoria. Foi bonito! Na ocasião, eu cursava o Doutorado em Sociologia na UFPE, e foi muito interessante saber mais sobre a Amazônia, especialmente da Transamazônica, porque eu tinha na cabeça o filme *Bye Bye Brasil*, de Carlos Diegues. Romanceira que sou, abri um novo capítulo nas minhas preferências literárias, acrescentando Inglês de Sousa, Márcio Souza, Dalcídio Jurandir, Milton Hatoum, entre outros.

Em 2006, mudei para trabalhar na Embrapa Amazônia Oriental em Belém e já me associei ao INEAF, assumindo a disciplina “Família e Trabalho” juntamente com Delma Pessanha e Naná (Nazaré Menezes). Na ocasião, coordenei um projeto no Alto Moju e viajei pela primeira vez de barco durante horas para uma comunidade onde fiz farinha, tomei banho de rio, adentrei a floresta, e muitas pessoas imitaram a minha fala depois da pergunta: de Pernambuco, né? Tudo tão novo, mas, pouco a pouco, os processos de orientação foram descortinando outros universos, fui navegando em outros rios e trafegando outras estradas.

À proporção que se estabelecia o mestrado, iniciamos a elaboração da proposta de doutorado. Numa força-tarefa com os colegas do INEAF, dediquei fins de semana ao levantamento das ementas de diferentes cursos de doutorado do Brasil e do exterior que envolviam o rural, ao som do tecnobrega de bares vizinhos no bairro do Jurunas. Anos depois, em 2018, estávamos em Cotijuba, numa reunião de trabalho, quando recebemos a notícia da aprovação. Dançamos na beira da praia de tanta alegria. O som, claro, era brega, e havia uma lua linda e cheia de otimismo.

Na minha trajetória no INEAF, abracei temas que aliavam a minha liderança de pesquisa na Embrapa à docência na pós-graduação: mulheres e extrativismo, especialmente as catadoras de mangaba no Nordeste e no Norte do Brasil; família e trabalho em unidades de produção familiar e em empreendimentos patronais no Pará; inclusão social em estabelecimentos familiares cujas famílias tinham contrato de produção de dendê no Nordeste Paraense; mais recentemente, segurança alimentar com quilombolas e agricultores familiares no Nordeste Paraense em parceria com a Rede Bragantina de Economia Solidária.

Para além dos temas citados, três experiências são muito marcantes na minha história no INEAF: a ocupação da universidade pelos estudantes no governo Temer em 2016, quando caminhei pelos corredores da UFPA cheia de esperança ao ver aquela juventude organizada, valente e com um debate e uma programação cultural engajada; a docência de metodologia no mestrado e no doutorado, que durante mais de 12 anos me permitiu conhecer todos os alunos e alunas que ingressam na pós, as suas experiências, temas de interesse e esperanças com o programa; o grupo de pesquisa “Família e Trabalho” frequentado por diferentes orientandos que experimentam um debate e o café com bolo de tapioca que tecem os laços.

Reconheço que temos desafios enormes pela frente: o acirramento de conflitos por disputas em favor de recursos e de narrativas; o agravamento dos efeitos da mudança climática; a problemática da inteligência artificial; a persistente transformação no mundo do trabalho com perda de direitos; cargas extenuantes de

trabalho. Mas também temos um grupo renovado com energia, propósitos e compromissos.

Por fim, tenho grande gratidão pelo INEAF, que me proporciona os alunos que me confirmam como professora, os amigos e amigas que dão gosto de manga-rosa à vida e uma convivência entre tons. Obrigada!

INEAF EM TRINTENÁRIO.
PRIVILÉGIOS DE TESTEMUNHA PRIVILEGIADA

Delma Pessanha Neves²⁴

No decorrer do ano de 1994, quando em estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales, conheci, em processo de doutoramento, Maria de Nazaré Angelo-Menezes (Naná para o círculo de amigos) e Gutemberg Armando Diniz Guerra (Gute, da mesma forma), casal de professores vinculados ao atualmente designado INEAF - *Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares* da UFPA - Universidade Federal do Pará. Aproximando-nos pelo reconhecimento de múltiplas afinidades, inclusive por engajamento em propósitos políticos e pedagógicos, entre salas e corredores da École, viemos a construir longa e profunda amizade.

O meu encantamento pelo trabalho que eles então colocavam em prática, mais que selou a nossa amizade. Compreendendo, apoiando e denunciando as condições perversas em que o regime da ditadura empresarial-militar (1964-1985) deslocou tamanha população brasileira para a região Amazônica, o casal de pesquisadores deixava ouvintes nacionais e estrangeiros atônitos, diante da exposição da defasagem entre laureadas intenções governamentais e precariedade da vida socioeconômica dos migrantes. Não obstante, melhor razão do encantamento, as ações contrapostas de mobilizações de pesquisadores devotavam-se à formação intergeracional, prática e

²⁴ Antropóloga, professora permanente do PPGA/UFF desde 1994, professora convidada pelo PPGAA/INEAF//UFPA entre 2000 e 2010, com exercício nos meses de março e setembro, bolsista de produtividade do CNPQ.

política, daquelas famílias de agricultores. Explicitando conhecimentos institucionalizados por diferenciados agenciamentos, eles ressaltavam a interdependência de processos de construção de instituições locais e regionais, também sob parcerias com outras tantas estrangeiras.

Todas viabilizavam o prosseguimento/reprodução do projeto coletivo de constituição de agricultores sob mais favoráveis e desejadas situações socioeconômicas. As intenções políticas, ainda acrescento, eram elaboradas em contraponto ao que alguns deles em passado recente vivenciaram, mas pretendiam interromper/superar. Projetavam então alternativas de reprodução controversa à supostamente voluntária auto adesão, assim definida por vinculação própria à induzida ou anunciada vida modelar difundida pelo governo militar. De fato, promessa faraônica de interposição estatal propiciadora de acabadas (quicá planejadas) condições de vida e produção, segundo legitimidade da crível, pois nesses termos incontestável, exuberância da fertilidade do solo da floresta amazônica.

A aguda atenção às interpretações apresentadas pelos professores se ampliava na mesma proporção em que assim se descortinava o importante investimento interinstitucional e transnacional. Ele se amparava nas ações políticas em curso, primordialmente pautadas na construção de saberes circunstanciais, valorados e alcançados em sistemática interlocução entre pesquisadores e agricultores. Portanto, em exercício de complementaridade e contraposição entre alternativas de conhecimento prático e acadêmico, condição que impunha aos agentes

em causa, compreender os tortuosos caminhos que as circunstâncias se lhes impunham. Em plano local e regional, os resultados mais eloquentes expressavam os investimentos da citada universidade e suas parcerias, pelos quais colocavam em prática importante expansão interiorizada de diversos planos de ensino por alguns dos municípios do estado. Dos municípios, pelo alcance de meu possível conhecimento, destaco Marabá e Altamira, experiências institucionalizadas que mais tarde tive a honra e a grata satisfação de pessoalmente conhecer e contribuir por trabalho de campo e participação em eventos. Essa ampla experiência institucional, desde logo, se tornou objeto de múltiplos estudos técnicos e acadêmicos, especialmente enquanto trabalho de conclusão de curso, mais tarde dissertações e mais recentemente teses, registros ainda mais circulados e acrescidos, graças às contribuições de estudiosos de centros de pesquisa europeus.

Dentre muitas das minhas admirações pelo processo de trabalho que aos nossos olhos e ouvidos aqueles colegas iam descortinando, intrigava-me especialmente a amplitude territorial e a projeção temporal, a *priori* transgeracional, sequencialmente desdobrado por muitos e sucessivos ciclos de reprodução da vida familiar. O programa incorporava modalidades de ensino patenteadas pela casa familiar rural e pelo programa de formação de agentes em projetos de desenvolvimento, além de recorrentes encontros entre sindicalistas e religiosos sensíveis ao trabalho organizativo de base. Da confluência de tantos fatores e ações intervenientes segundo projeção de desejos políticos e pedagógicos interconectados ou

interdependentes, desde lá já se reclamava a necessária referência a atributos de sustentabilidade social e ambiental.

Sob risco de simplificação da experiência institucional, aqui limitadamente apresentada e circunscrita a determinado momento, mas desde as últimas décadas do século XX praticada, enfatizo apenas algumas das proposições. Relevo a já citada construção profissional de agentes de desenvolvimento, fundamentada na formação e reprodução social de mediadores que intercambiavam universos de sentidos e de formação técnica, projetando vantagens relativas do redimensionamento do saber local dos agricultores. Nesses termos, portanto, enriquecido porque coletivamente refletido, experimentado, difundido e reatualizado segundo relativas e relativizadas contraposições. Institucionalizado no decorrer dos prolongados investimentos em formação e reconhecimento profissionais de agentes mediadores em projeto de construção de sociabilidades democráticas, assim qualificadas por incorporarem respeito à diversidade de saberes sobre a lida produtiva ou improdutiva. Ou porque pautadas em respeitosa convivência frente ao uso e à apropriação de recursos naturais, isto é, segundo princípios de justiça social e ambiental. Ressalvo sintetizando: essa fundamental distinção de princípios epistemológicos e metodológicos operava na construção das singularidades das proposições, elaboradas mediante cuidadosa crítica ao tradicional exercício de transferência de conhecimentos técnicos agrônômicos e veterinários, tal como até então advogada pela chamada extensão rural.

Os professores-pesquisadores vinculados ao programa do INEAF se dedicavam a ministrar aulas em múltiplos espaços de

interiorização do ciclo de graduação da Universidade Federal do Pará, inclusive se hospedando entre famílias de agricultores, cujas interações também se exprimiam em construção de percursos de estudo dos filhos-alunos. Em grande parte, essa composição escolar já demarcava conquistas daqueles deslocados agricultores, tendo em vista as distintas formas de luta que lhes iam permitindo fazer cumprir a instalação de serviços sociais, especialmente médicos, de escolas para os filhos, de estradas para escoamento da produção e de formação técnica própria ao novo contexto produtivo. Esses recursos de reprodução social, repito, se apresentavam como altamente necessários, até mesmo para lidar com meio ambiente tão diverso daquele onde trabalhadores e técnicos haviam adquirido competências para a produção agrícola e pecuária e para a gestão de unidades produtivas empresariais ou familiares.

A ambicionada temporalidade dos efeitos desejados para os desdobramentos do Programa interinstitucional em foco, é bom reafirmar, incorporando a formação básica e graduada intergeracional, segundo a qual pais e filhos operavam associadamente, apostava na manutenção e reprodução de escolas adequadas ao possível tempo de ausência dos filhos do imediato processo de trabalho. Todos assim se integravam à constituição de recriados universos de vida, de sociabilidade, de saberes e de reinvenção de projetos profissionais e econômicos para as futuras gerações, doravante mais ou menos beneficiadas pelo leque de alternativas então decorrentes, desdobradas e desdobráveis. A despeito da variedade de cursos de graduação, pelas circunstâncias de conhecimentos por mim alcançados, cito cursos de agronomia, veterinária e pedagogia.

Em decorrência e projeção sequencial dos investimentos, alunos da UFPA e de outras tantas instituições escolares que também se interessavam pela distinta formação, do mesmo modo que professores e pesquisadores que se integravam direta ou indiretamente por adesão aos princípios pedagógicos e políticos, projetaram um curso de especialização consolidante de formação intermediadora de saberes, experiência a partir da qual também delinearam a constituição de um curso de mestrado que estruturasse o acervo de conhecimentos sobre o que denominaram agriculturas familiares, preferencialmente mas não só amazônicas.

Exatamente neste momento fui carinhosa e honradamente convidada a oferecer disciplina no curso de mestrado, no contexto designada agricultura familiar. Testemunhei então a inserção de tantos e tantos filhos e filhas desses agricultores, entre outros interessados, que ingressaram nessa formação pós-gradual enquanto descendentes ou sucessores de agricultores familiares. Hoje muitos deles ocupam diversos cargos de definição de adequabilidades e diversidades de organização do segmento oficialmente reconhecido como agricultor familiar. Também atuam como professores do sistema universitário graduado e pós-graduado. Esses desdobrados resultados são relativamente proporcionais a múltiplos processos de institucionalidade do enquadramento da categoria socioprofissional agricultor familiar, doravante dotada de direitos e de modos de inclusão em programas de Estado. Pelo sucesso político do enquadramento estatal, a categoria nesse plano agregou ou açambarcou muitos dos termos locais referenciais da ampla diversidade nacional: ribeirinhos, quilombolas, assentados e muitas

outras denominações que, na luta reivindicativa, puderam, nos mesmos termos, ser oficialmente reconhecidas.

Não mais me estenderei na apresentação das circunstâncias daquele nosso feliz encontro como professores, esperando neste texto muito dignamente ter celebrado o bem-aventurado momento em que nossos destinos profissionais se cruzaram. Outrossim, não mais me estenderei porque eles continuaram a ser entretidos por aproximadamente uma década, período em que, com entusiasmo, dediquei-me à oferta de disciplinas e participei de debates em torno de reflexões pedagógicas que referenciavam a organização do curso de mestrado em Agriculturas Familiares. Com muita honra, desse desdobramento exalto o quanto muitos percursos constituíram-se como parte mais reconhecida de minha experiência de trabalho com professores e alunos. Infelizmente, aqui não posso destacar tantas mútuas contribuições que no contexto julgamos importante, nem mesmo muitas daquelas que até hoje alimentam minhas alegrias e assumem sentidos de vida que me encham de vaidade, quando nada em sentido retrospectivo.

Com todos os riscos de lacunas voluntária ou involuntariamente enfrentadas, mas resgatando em especial o quanto pude ser gratificada pela experiência, relembro, em reciprocidade e celebração do 30º aniversário do INEAF, a organização da coletânea composta de artigos referentes a seletivos dados das primeiras dissertações defendidas no curso de mestrado. Essas publicações testemunham a importância do reproduzido processo de formação pós-gradual, tão exitosa que mais recentemente incorporou de cursos de doutorado.

Tais reconhecimentos mútuos, mesmo que a partir de minha inserção descontínua ou parcial, apresentada por reflexão transversal, pautaram-se em convivências decorrentes da participação em oferta de disciplinas, seminários, reuniões de avaliação pedagógica. Mesmo sob tais limitações, não pouparei minha esfuziante crença quanto aos resultados do que proporcionei, muito menos do reconhecimento do quanto essa participação no empreendimento pedagógico coletivo capitaneado pelo INEAF provocou resultados positivos em meus caminhos de pesquisa e ensino, em minha trajetória profissional.

Também construí muitas amigas e amigos, os carinhosamente identificados como Naná e Gute, mas também Iran Veiga, Laura Angélica Ferreira, Paulo Fernando da Silva Martins, Aquiles Simões, Heribert Schimtz, Maria das Graças Pires Sablayrolles, Fernando Michelotti. Muitos dos atuais amigos e amigas foram alunos e alunas desde aquela primeira turma de mestrado: Luís Mauro Santos Silva, Marizete Fonseca da Silva, Manuel Amaral Neto, Romier da Paixão Sousa, Gabriel Medina, Terezinha Cavalcante Feitosa e, mais tarde, Danielle Wagner Silva. Outras vieram a se agregar ao corpo docente, caso da minha amiga e *irmã* Dalva Maria da Mota. Ou valorizaram minha contribuição coletiva também em outros campos acadêmicos: Christophe Albadalejo e Jacky Picard.

Minha amizade e gratidão ainda se estendem a alunos e alunas do curso no decorrer de outros anos em que estive vinculada como colaboradora, tantos que aqui nem me atrevo a nomeá-los. E aos funcionários da secretaria, em convivência mais constante e diária nos períodos de minha estadia, que sempre gentilmente se mostravam disponíveis e festejavam minha presença, muitas vezes

proporcionando alívios diante de alguns tropeços advindos do meu deslocado cotidiano. Em destaque a gentileza de Marizete Martins e a doçura, o carinho e a atenção da meiguíssima Osmarina Barbosa, nossa Marininha, como todos justamente a nomeavam. Não raro, alunos se dispunham a abrir espaços familiares para eu não me sentir isolada nos fins de semana ou entender condições necessárias à participação no Círio de Nazaré. A todos com os quais convivi, citados ou não, creiam que ainda comigo convivem pelas recordações do *frisson* no decorrer das aulas, animação e vibração que, por um ou dois meses, integravam-nos individualmente e como grupo de pessoas perseguindo os mesmos objetivos. Essas lembranças são em geral menos apagáveis pelo distanciado tempo. Hoje, emocionada pelas mais vibrantes recordações, mais suscitadas no decorrer da escrita deste texto, indago-me sobre o destino de tantos que se distanciaram a trilhar outros caminhos. Então reafirmo: *Em todo decorrer do tempo de meu vínculo como professora universitária, essa foi a minha mais gratificante e saudosa experiência profissional.*

INEAF - baluarte institucional de reprodução social da agricultura familiar amazônica

Para melhor situar as razões de meu encontro com professores de INEAF, não basta laurear individuais experiências de vida que, sob quaisquer modalidades, são singulares. Quero agora, em temporalidade limitada, refletir sobre o contexto de encontros e confrontos que instigaram a criação da instituição destinada à defesa do reconhecimento da diversidade de formas de produzir, não obstante, em contexto de esplendorosa e sempre descabida redimensão

do desenvolvimentismo e sua projetada tecnologia redentora do céu nos estragos na terra. De fato, mas principalmente, recursos acenados como arautos coadjuvantes de processos de concentração fundiária e expropriação da terra de pequenos produtores e posseiros. No caso da Amazônia, dado que é dela que aqui se trata, também expropriação consequente ao abandono dos agricultores que para lá migraram, muitos dos quais se cansaram de esperar por acenadas soluções. Se nem todos puderam planejar retornos ou (re)deslocamentos, muitos deles mourejaram sob o uso de pastos ralos e insustentáveis, reduzidos a aproveitamentos por deficiente pecuária bovina e a cultivos grosso modo classificáveis como de quintais: no melhor dos casos incluindo plantios próprios, cujos produtos fossem passíveis de transformação em mercadorias. Não obstante, alcançando mercado local de difícil acesso e de composição por consumidores relativamente auto abastecidos por esses mesmos produtos: açaí, babaçu, bacaba, bacuri, buriti ou miriti, cupuaçu, alguns dos mais comuns.

Reflico a seguir sobre convergentes intenções de diversos grupos de pesquisadores e sindicalistas que, desde a década de 1980, intensificaram demonstrações de demandas por ação estatal combativa do quadro de transformação expulsiva da população rural para centros urbanos. Nesse campo de contrárias forças sociais, inúmeros foram os investimentos acadêmicos e políticos, aqui apenas ressaltados, sem poder devidamente considerá-los. Os comentários visam apenas registrar a importância relativamente antecedente dos porta-vozes do INEAF e seus parceiros institucionais, no tocante a esse mais amplo processo político de projeção de modelos democráticos de vida e apropriação de recursos naturais na sociedade brasileira.

Nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agrônômicos que se constituíram ao final do século passado na sociedade brasileira, o termo agricultura familiar talvez raramente se fizesse presente. Os termos de designação recorrentes eram pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponês. Termos diferentes estavam associados a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho, pressupostos concebidos segundo a lógica da produção industrial. Em certos textos, tangencialmente, os autores que reconheciam termos de designação aproximada estavam geralmente referidos a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores americanos e europeus. Estes eram diferenciados por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da produção social, classificados como *family farm* ou *agriculture familiale*, isto é, pela identificação do produtor segundo o tipo de unidade de produção, especialmente nos Estados Unidos e países da Europa ocidental.

Contudo, no Brasil, a partir da última década do século passado, o termo agricultura familiar ganhou tal ordem de consagração que, para reconhecer a importância do fenômeno social, tornar-se-iam necessários exercícios exegéticos de interpretação dos significados a ele associados. Um investimento de tamanha envergadura, em face da consagração que o termo alcançou, desde lá e agora é praticamente inalcançável ou de alcance cada vez mais impossível, especialmente por um único pesquisador.

Diante de todas as limitações analíticas anunciadas, desejo apenas enfatizar um dos desdobramentos da mobilização política e

acadêmica, mas relevando alguns dos fatores inerentes ao importante e ziguezagueante processo de enquadramento institucional, cujas designações agricultura e agricultor familiares, em sendo partes do jogo social em causa, garantiram reconhecimento estatal aos produtores familiares. E logo mais adiante, por outras injunções de lutas por reconhecimento social e profissional então valorativas de imposições significativas em entretecidas relações de gênero em nossa sociedade, mais ainda se no chamado mundo agrícola, consagram-se as distinções agricultores e agricultoras familiares. Na prática, direitos diferenciados segundo outro elenco de demandas e conquistas deslocaram ou problematizaram essas nomenclaturas genéricas, impondo mudanças de designação em correspondência a diversas instituições que no campo de lutas vieram a ser consagradas (povos tradicionais, quilombolas etc.). Enfim, embalados pelo trabalho coletivo de criação de novas categorias de reconhecimento, diversos agentes se integraram ao campo de construção de problemas atribuídos à condição de pequeno produtor ou camponês. Mas para o oficialmente positivo reconhecimento social, foram insatisfatória e genericamente, como categoria profissional, abarcados pela designação agricultor familiar. Vale assim ressaltar, em equivalência a tais denominações, o quanto foram construídos ou reconstruídos quadros institucionais, cujas operações básicas, de qualquer modo, orientam outras formas de intervenção social, especialmente sob a modalidade assistência técnica e creditícia. Tais casos vêm sendo muito bem exemplificados e estudados pelos programas vigentemente integrados ao INEAF. Nos mesmos atos, foram recrutados (através de constituição própria) agentes intermediários para alcançarem a

objetivação projetada pelos que se empenharam na produção de significados sociais e de práticas sob modalidades diversas: programas públicos, cursos de formação profissional, recursos financeiros redistribuídos entre governos municipais e créditos de custeio e investimento econômico para agricultores etc.

Não prosseguirei nessa referência analítica, mas quero registrar a importância do entendimento do processo político de construção da categoria sócio profissional agricultor familiar e de respectivos quadros institucionais, desdobramentos sociais de um dos pioneiros trabalhos das equipes vinculadas ao INEAF. Por eles empenharam-se na dotação de legitimidade para redefinir significados, assim marcadores dos sinais positivos que se associaram ao termo agricultura familiar. Menos que demonstração da eficácia de todo o investimento político em curso para (re)significar a agricultura familiar e a/o agricultora/o familiar, quero enfaticamente destacar, como bem demonstra o conhecimento da produção técnica e acadêmica dos profissionais do INEAF, o quanto eles assumiram elaborações de um dos aspectos fundamentais do processo de constituição de políticas públicas ou de democratizante intervenção social: a produção de imaginários ou sistemas de crenças para reorganização da sociedade. Assumida a alterada representação sobre ela, potencialmente se configuram possibilidades de ação política capaz de reordenar sistemas relacionais de posições e projetar justiça social.

Experiências inflexivas da trajetória da autora

Pela minha vinculação ao Mestrado em Agriculturas familiares não me limitei à solicitada ministração da disciplina Agricultura

familiar. O contato imediato com alunos/alunas vindos/as da graduação em agronomia, engenharia florestal, pedagogia e alguns das ciências sociais dificultava minhas tentativas em deslocar os alunos de universo de reflexão: da experiência prática e origem comum de filhos de agricultores, de saberes mais pautados em positivismos, normatividades, demonstrações excessivas de efeitos práticos, como alcançar a percepção de construtivismos relativistas quanto a debates de pontos de vista em planos conceituais de legitimidade disputável? Como reconhecer interpretações fundamentadas em conhecimentos formulados em outros universos de interpretação da vida social, geralmente acadêmicos? Como aceitar deslocamentos de modos de percepção, também e reconhecidamente impregnados de exigências de pressuposta, mas não imediatamente aplicável modelação de comportamentos e atitudes?

As dificuldades que enfrentei para ministrar a disciplina nos termos por mim propostos, levou-me a conversar com a coordenadora do Programa sobre a necessidade de curso introdutório aos conhecimentos elaborados nos campos disciplinares da sociologia, antropologia e ciência política, atitudes mentais, epistemológicas e metodológicas, que permitissem a construção daqueles pontos de vista próprios ao alcance de conhecimentos sociologicamente construídos. Ademais, em princípio tão somente para ampliar o leque de interpretações. A coordenadora imediatamente aceitou aos sentidos dos meus comentários, comigo então discutindo saídas possíveis. Assim, no ano seguinte, iniciei minha participação como docente do Programa oferecendo disciplina que provisoriamente denominamos Introdução ao pensamento sociológico. Mais tarde então, retornava

para complementar o programa da disciplina, associadamente a outros professores, vis a vis à minha posição por mim carinhosamente denominados da casa. Excelentes resultados foram de imediato avaliados por alunos, alunas, professores, professoras e pela gestão pedagógica do programa. Animada com tais efeitos e melhor me aproximando das experiências vividas por docentes e discentes, propus, outra vez imediatamente sob concordância da coordenadora, que começássemos a organizar e publicar artigos associados a dissertações defendidas, precedidos de apresentação pautada em reflexão dos pontos comuns e das diversidades requeridas, de modo a melhor consolidar os objetivos do programa, mesmo ou até porque *a posteriori*, os alcances do trabalho coletivo, na especificidade das intenções programáticas projetadas por discentes, docentes e agricultores melhor indicariam a produção e registro desses situados conhecimentos.

Remeto ao texto da coletânea publicada sob título Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Pará, Belém: 2004. ISSN1414-0810. Os textos de dissertação foram selecionados e indicados por professores orientadores, sob a coordenação de Maria Nazaré Ângelo-Menezes e revisão de Delma Pessanha Neves, eu ainda indicada para elaborar a apresentação dos capítulos.

Situando textos elaborados por autores formados nesse novo quadro institucional, destaquei alguns dos princípios e condições valorizadas para a formação de agentes destinados a colaborar na constituição da categoria sócio profissional agricultor familiar, artigos

publicados para assegurar visibilidade aos meandros dos investimentos objetivados na formação de profissionais nos vislumbrados campos político e acadêmico. Dentre as principais bases daquele investimento, ressaltei, por um lado, a reflexão sobre o relevante patrimônio de saber e prática dos agricultores; por outro lado, a elaboração pública de propostas de construção de aparatos institucionais destinados ao enquadramento de agricultores familiares.

Em consequência, relevei que um dos pressupostos da formação especializada de profissionais para esse campo de intervenção social estava, de fato, fundamentada na aprendizagem do diálogo que permitia incorporar o ponto de vista dos agricultores, isto é: reconhecer a diversidade de saberes, experiências e visões de mundo. Por isso, forçoso fora destacar a importância da interlocução que se configurava como um dos princípios básicos para adoção de metodologias pertinentes à prática da genericamente ou imprecisamente denominada assistência técnica.

O/as autor/as, sob maior recorrência, adotaram perspectiva institucional hegemonicamente reivindicada como enfoque metodológico próprio. A unidade social de intervenção, constituída sob o sentido da arena política, incidia sobre o campo de interação entre agricultores e agentes de desenvolvimento. As ações se expressavam nos modos de objetivação de unidades (familiares) de produção, ou seja, organizadas sob condições muito próprias ou específicas, até mesmo por decorrência das formas de integração que também as constituíam. Segundo tal perspectiva, as unidades produtivas eram apreendidas sob reprodução diferenciada, tendendo em princípio, tanto à circunstancial expropriação, como à estagnação

ou ampliação. O reconhecimento dessas tendências, conseqüentemente, se apresentava como base fundamental da ação política orientada pela reconversão de fatores negativos.

Por fim, a necessidade de socialização dos modos de constituição das experiências apontadas nos textos, como vislumbramos, também derivava do fato de tais profissionais, assim formados, integrarem e investirem na construção de uma utopia mobilizadora a que todos nós abraçávamos. Afinal, engajavam-se na objetivação de um projeto político destinado à adoção de posturas baseadas em valores que se contrapunham à hegemonia ou à unilateralidade daqueles norteadores do modelo econômico produtivista ou tecnicista, excludente e reproduzidor de tantos problemas sociais e ambientais.

Sob refutação a outras concepções e proposições, o que se encontra em jogo nesse programa institucional que celebra 30 anos de tão ampliada e maior projetada existência, é a celebração da defesa da constituição-reprodução de produtores reconhecidos como sujeitos de direitos em diversidade prática e produtiva; sujeitos políticos referenciados à ação valorosa e responsável de atendimento das demandas do mercado interno de produtos alimentícios. Demonstra ele assim que as distinções propositivas configuram formas de percepção de mundo operantes de substratos de relações entretecidas sob interdependências no campo acadêmico e de produção agrícola, coletivamente refletidas. Sinteticamente, elas são constituídas em espaços de relações sociais dependentes dos modos pelos quais os agentes aí representados investem no próprio reconhecimento social e político.

Finalizando essa homenagem em registro de minha experiência em tão rico convívio, considero alguns dos desdobramentos que esse vínculo institucional operou na construção de minha trajetória profissional. Listo algumas referências a textos bibliográficos que escrevi aceitando provocações expressivas dessa cumplicidade ou da instigação provocada pelas questões suscitadas em sala de aula, muitas delas reivindicantes de mais clareza interpretativa ou mais eficácia no empenho explicativo:

1. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais In: Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da Universidade do Paraná, 1998.
2. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém, 2001. v.1. p.43 - 44
3. La Réforme Agraire au Brésil: une conquête sinueuse In: Jacky Picard. Le Brésil de Lula: les défis d' un socialisme démocratique à la périphérie du capitalisme. ed.Paris : KARTHALA/LUSOTOPIE, 2003, p. 177-186.
4. (MENEZES, Maria de Nazaré Ângelo). Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento: interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar. Belém: UFPA, 2004, v.4. p.416.
5. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - Agricultura Familiar e Meio Ambiente, 2004, Aracaju. VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - Agricultura Familiar e Meio Ambiente, 2004.
6. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. Revista Nera, v.7, 2006.
7. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: Geografia Agrária: teoria e poder.1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v.1, p. 211-270.
8. Mediações sociais e mediadores políticos In: Desenvolvimento social e mediadores políticos ed. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008, v.1
9. Apresentação In: Desenvolvimento social e mediadores políticos.1 ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2008, v.1, p. 7-20.

10. Introdução In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de constituição do campesinato ed. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2008, v.1, p. 7-16.
11. Introdução In: Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato.1ªed. S. Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009, v.2, p. 23-36.
12. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil (Legado dos cientistas sociais) In: Formas dirigidas de constituição do campesinato.1ª ed. São Paulo/Brasília: UNESP/NEA, 2009, v.2, p. 303-326.
13. Projetos de desenvolvimento no médio Solimões (Amazonas): predação/sustentabilidade In: Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia. Belém: Editora do Museu Paraense Emilio Goeldi, 2010, p. 381- 408.

CELEBRAÇÃO DOS 30 ANOS DO INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES

*Diego Levi Manos Carvalho*²⁵

Com alegria celebramos 30 anos da história do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares e desde 2019 comecei a fazer parte de mais um capítulo dessa história atuando no quadro de servidores técnicos-administrativos na função de secretário da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES/INEAF). O período do início da minha história no INEAF coincidiu com a entrada da 2ª turma do curso de Desenvolvimento Rural, turma BDR 2019, a qual me convidou para ser homenageado na colação de grau realizada no ano de 2024. Senti-me honrado com o convite e destaquei na formatura uma afirmação de João Batista, o precursor de Jesus Cristo: "O homem não pode receber coisa alguma, se do céu não lhe for dada" (João 3:27).

Desde 2019, tive a oportunidade de conhecer mais a UFPA, o instituto, os colegas servidores (técnicos e docentes), discentes e colaboradores. Fui bem recebido e acolhido por esta "família". Fico feliz por ter contribuído desde a primeira gestão da faculdade (Ano 2018 a 2021), Profa. Dra. Soraya Abreu de Carvalho (diretora) e Prof. Dr. Luis Mauro Santos Silva (vice-diretor), os quais tiveram bastante paciência comigo até que eu conseguisse compreender o funcionamento da faculdade e esse "universo acadêmico". Além disso, já contribuí também com a segunda gestão da faculdade (Ano 2022 a

²⁵ Diplomado no Curso Superior de Tecnologia em Secretariado (Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI). Assistente em administração (Técnico-administrativo), Secretário da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES/INEAF/UFPA).

2023), Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles (diretor) e Prof. Dr. Fábio Leandro Halmenschlager (vice-diretor), durante esse período houve a implementação de diversos serviços da faculdade no SAGITTA, dispositivo que permitiu que discentes e docentes o utilizem para fazer demandas de forma mais organizada.

Atualmente estamos na terceira gestão da faculdade (Ano 2024 a 2025), com o Prof. Dr. Thomas Ludewigs (diretor) e o Prof. Dr. Daniel Palma Perez Braga, e já houve avanços significativos para a primeira revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Desenvolvimento Rural.

O INEAF é um ambiente acolhedor com espaço aberto aos discentes para dialogar com os docentes e técnicos, a fim de tirar dúvidas e superar os obstáculos ao longo da jornada e conquistar o tão desejado diploma de ensino superior.

É possível notar uma harmonia entre os servidores técnicos-administrativos - Cauã Silva, Katia Bortolin, Jacqueline Moraes, Naiara Lima, Joaquim Menezes e eu Diego Manos - para que seja possível alcançar os objetivos da unidade e subunidades para manter um bom funcionamento das atividades. Que estas memórias sirvam de inspiração para os futuros colaboradores.

30 ANOS DO INEAF: SEMEANDO FUTUROS POSSÍVEIS

*Diocélia Nascimento*²⁶

Meu nome é Diocélia Nascimento, e sou uma eterna aluna e apaixonada pelas agriculturas amazônicas. Minha jornada com o INEAF começou de um jeito que eu jamais poderia prever, em 2012, por um convite despretensioso de uma amiga. Naquele tempo, na fase final da graduação em Licenciatura em Ciências Naturais pela UFPA de Bragança, eu buscava um caminho, um propósito que conectasse minha paixão pela natureza com a vida das pessoas. O que eu não sabia é que o INEAF seria o portal para uma imersão tão profunda que mudaria a rota da minha vida para sempre.

Em 2013, ingressei na Especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental, um curso lato sensu promovido pelo PRONERA. Foi nesse ambiente de aprendizagem, estruturado pela pedagogia da alternância, que a Amazônia, minha morada, se desvelou sob uma nova perspectiva. O curso integrava intrinsecamente o “tempo escola”, dedicado a fundamentações teóricas, discussões e abordagens sistêmicas, com o “tempo comunidade” caracterizado por vivências imersivas e práticas no campo.

²⁶ Doutora em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – INEAF/UFPA. Assessora Indigenista no Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – IEPÉ, Escritório de Oiapoque/AP.

Inicialmente, meu projeto de pesquisa se concentrava na recuperação de matas ciliares, derivado de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Contudo, a imersão no “tempo comunidade”, facilitada pelo então NCADR, foi transformadora. O contato direto com as comunidades camponesas e ribeirinhas revelou-me a profunda resiliência e o senso de pertencimento que as vinculam ao território. Nesse contexto, o foco da vegetação, antes preponderante, cedeu lugar à centralidade das pessoas.

Passei a compreender a Amazônia, não apenas como um ecossistema florestal, mas como um intrincado cenário de histórias, lutas, vulnerabilidades e aspirações. Essa compreensão profunda resultou em uma genuína conexão emocional e em um amor intrínseco por esse universo. A formação pela alternância, ao facilitar a interação com as diversidades culturais e os saberes do campo, elevou a própria comunidade à condição de sujeito formador essencial. Nesse percurso, a dedicação dos professores e a equipe de funcionários do INEAF foram essenciais para moldar essa visão.

Aquela especialização foi a faísca. Ela me levou para o MAFDS - Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável no próprio INEAF/UFGA em 2015, onde aprofundei ainda mais essa conexão. Foi um período de descobertas que me fez enxergar a complexidade da Amazônia de uma forma nova. A região se mostrou um lugar com múltiplas faces, onde a educação, a cultura e a vida cotidiana são moldadas por uma infinidade de saberes e perspectivas. Cada história que conheci me ensinou que não existe uma única Amazônia, mas sim inúmeras formas de compreendê-la.

E a paixão só cresceu! Não demorou para que eu fosse parte da primeira turma do DAFDS – Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do INEAF, em 2019. Nesse doutorado, aprofundei minha pesquisa na Bioeconomia, buscando desvendar como discursos globais sobre desenvolvimento sustentável frequentemente desconsideram as práticas e os saberes locais. Minha tese analisou criticamente como os princípios da bioeconomia se manifestam em arranjos socioprodutivos no município de Bragança-PA, sob as lentes da Economia Ecológica e da Economia Ambiental. Através dos estudos de caso, foi possível perceber as diversas formas e desafios da bioeconomia, destacando a importância do protagonismo social para que ela possa, de fato, se alinhar à sustentabilidade e não reproduzir desigualdades na Amazônia.

Hoje, olhando para trás, percebo o quanto o INEAF foi a bússola que me guiou. Me formei em Ciências Naturais, mas foi o INEAF que me deu a lente para enxergar o humano na ciência, a vida nos ecossistemas, o sonho nas comunidades. A instituição não me deu apenas diplomas; ela me deu um propósito, uma paixão que me move a cada dia em cada projeto, em cada parceria com os povos indígenas e agricultores familiares.

Minha jornada profissional é um reflexo direto da formação abrangente e do arcabouço teórico-prático adquirido no INEAF, capacitando-me para uma atuação sistêmica na Amazônia. Ao longo de minha trajetória, participei ativamente em projetos diversos, desde a implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), na obtenção do sinal distintivo da indicação geográfica para a farinha de Bragança, até

no desenvolvimento de cadeias de sementes da sociobiodiversidade, do açaí e do artesanato indígena.

Essas experiências abrangeram desde o apoio a populações indígenas, agricultores familiares e extrativistas. Atuando como pesquisadora ou consultora socioambiental para instituições que atuam no desenvolvimento da Amazônia, sou intrinsecamente motivada pelos princípios de uma produção agrícola ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente aceita. Esta base sólida, cultivada no INEAF, é o alicerce para minha compreensão e intervenção nas complexidades socioambientais da região.

Hoje, atuando no fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade com populações indígenas no extremo norte do Amapá, posso afirmar que a minha trajetória profissional é um testemunho da capacidade do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) em transcender a mera formação de pesquisadores e docentes, incentivando o desenvolvimento de indivíduos engajados com as complexidades da Amazônia, a salvaguarda de seus ecossistemas e populações tradicionais, e a construção de um futuro equitativo. Integro-me com profundo apreço a esta instituição, reconhecendo sua contribuição importante em trinta anos de existência e o legado de conhecimento e inspiração que permeia a minha trajetória como profissional comprometida.



Foto de Diocélia Nascimento tirada em atividade de campo em São Domingos do Capim, PA, realizada em 2016 para a pesquisa de mestrado.

O INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES COMO ESPAÇO DE SOLIDARIEDADE, AFETOS E COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Edfranklin Moreira da Silva²⁷

O Brasil passou, a partir do início dos anos 2000, por profundas transformações com a chegada ao poder de um governo progressista que ampliou investimentos públicos no setor da educação. A estratégia de ampliação do ensino superior público aumentou a disponibilidade de vagas nas universidades federais, a contratação de docentes e técnicos administrativos, além de melhorar a infraestrutura, possibilitando a aceleração de processos de interiorização da educação superior, como o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA), uma universidade multicampi. Esse fato é importante porque, graças à política de interiorização da universidade pública, eu tive a oportunidade de fazer um curso superior apesar de todas as adversidades que vivem as pessoas no interior da Amazônia, em áreas longínquas de grandes centros.

Em 2008, pude iniciar meus estudos no curso de Agronomia da UFPA do Campus de Altamira e aí se inicia minha história com o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Os cursos de Agronomia de Altamira e Marabá nasceram da experiência da Licenciatura em Ciências Agrárias, criada pelo INEAF (antes Centro Agropecuário) como uma proposta de formação superior para

²⁷ Engenheiro Agrônomo (UFPA 2013), Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA 2016) e Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (UFRRJ 2024)

agricultores familiares, com o intuito de fortalecer seus territórios e promover o desenvolvimento sustentável. No curso de Agronomia, experimentei uma formação técnica, científica e crítica fundamentada no enfoque sistêmico para atuar em ações de desenvolvimento rural sustentável junto à agricultura familiar.

Durante a graduação, tive a oportunidade de atuar como bolsista de iniciação científica em um projeto sobre a pecuária leiteira na Região da Transamazônica. Este projeto evoluiu para o meu trabalho de conclusão de curso sob a orientação da professora Soraya Abreu de Carvalho, a quem tenho imensa estima por ter me incentivado a ingressar na carreira acadêmica, dizendo: "você tem perfil acadêmico". Por isso, aproveito para deixar registrado minha gratidão e afeto a essa querida professora que acreditou em mim e que se tornou minha grande amiga.

Em 2014, ingressei no mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do INEAF. A construção da minha dissertação permitiu o aprofundamento na teoria e nos instrumentos metodológicos da abordagem sistêmica para a compreensão e análise da complexidade e dinâmica de transformação dos sistemas de produção familiares de agricultores integrados à agroindústria de dendezeiro no Nordeste Paraense. Na minha pesquisa de mestrado, tive a honra de ser orientado pela professora Lívia de Freitas Navegantes-Alves, a quem tenho profunda admiração e carinho pela relação de amizade que construímos e orgulho de continuarmos trabalhando juntos em projetos como o Refloramaz.

No INEAF fiz amigos valiosos que estudaram comigo no mestrado, em especial o pessoal da Turmafds2014: Laiane, Noemi, Rafaela, Genisson e Sandolene. Assim como as queridas professoras Laura, Noemi, Dalva e Tatiana, que contribuíram no meu processo de formação lendo os textos produzidos por mim e elaborando importantes contribuições.

Ainda neste breve depoimento, quero registrar o profundo carinho que tenho pelos amigos Monique, Mauro, William e Flávio. Para Mauro, sou grato pela disponibilidade em participar da minha banca de defesa de tese e pela leitura cuidadosa e significativas contribuições que deu ao meu trabalho de doutorado.

O INEAF é para mim esse espaço da universidade cheio de solidariedade, afeto e compromisso com a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente engajada junto aos movimentos e organizações populares do rural amazônico.

A seguir, alguns registros de momentos partilhados em diferentes tempos e espaços, que fazem o INEAF ser muito mais que uma unidade localizada em Belém:

Foto 1. Trabalho de campo com agricultores produtores de leite no Projeto de Assentamento Assurini, Altamira – Pará.



Foto: Edfranklin Silva (2011).

Foto 2. Seminário do Leite em Brasil Novo - Pará. Na foto da esquerda para direita Adriana, Edfranklin, Soraya e Olivan.



Foto: Edfranklin Silva (2011).

Foto 3. Defesa da dissertação de mestrado do Edfranklin. Na foto da esquerda para direita Lovois Miguel, Dalva Mota, Edfranklin Silva, Emilie Coudel e Livia Navegantes.



Foto: Edfranklin Silva (2016).

UM PERISCÓPIO DE POSSIBILIDADES NO OCEANO NEOLIBERAL

*Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini*²⁸

"[...] é preciso abrir combate acadêmico e político a essa nova herança do neoliberalismo na universidade pública brasileira. É o velho "vil metal", "besta fera" combatida na história pelos camponeses, virando agora, objeto de conquistas dos intelectuais neoliberais."

Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

A Mundialização da Agricultura Brasileira. p. 41. São Paulo: Iandé Editorial, 2016,

Minha vivência no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) ainda é recente. De toda forma, arrisco-me a afirmar que talvez não exista outro instituto da universidade pública brasileira, voltado para os estudos sobre o campo, que tenha se constituído historicamente e que, hoje, se afirme por meio de uma perspectiva acadêmico-científica clara e profundamente articulada às lutas sociais no campo brasileiro, como o INEAF, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

²⁸ Geógrafo (bacharel e licenciado) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Mestrando e Pesquisador pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA). Integra o grupo de pesquisa "Campesinato, Territórios e Conflitos na Amazônia" (INEAF/UFPA).

Não é de se surpreender que a universidade, em geral, reproduza uma ciência reacionária e/ou liberal (também chamada de neutra), voltada a suprir as demandas técnicas, científicas e informacionais da classe dominante. Em um rápido levantamento da grade curricular de um dos principais cursos de agronomia do Brasil, identifica-se uma vastidão de disciplinas direcionadas ao agronegócio, como Empreendedorismo e Marketing; Produção e Tecnologia de Sementes; Silvicultura; Gestão da Empresa Rural; Tecnologia do Açúcar e do Álcool; Pragas e Doenças das Grandes Culturas; Geoprocessamento e Agricultura de Precisão; Corretivos, Fertilizantes e Adubação; Mecanização Agrícola; Desenvolvimento Agroindustrial; Política Agrícola e Economia Agroindustrial; entre outras²⁹.

Nesse mesmo espaço, contudo, emergem resistências. Em institutos e cursos voltados aos estudos do campo brasileiro, surgem pequenos grupos de pesquisa, laboratórios específicos ou até docentes isolados que não abrem mão da função social da ciência. São eles que oferecem alternativas aos estudantes que não concebem o conhecimento das ciências agrárias apenas a serviço da produção de *commodities*, mas sim comprometidos com a produção de alimentos saudáveis e socialmente justos. Nesse esforço, os camponeses, quilombolas e povos originários não estão excluídos: fazem parte do processo de construção científica, seja como parceiros de projetos de

²⁹ Estrutura curricular do curso de agronomia da UNESP - Jaboticabal. Link: <<https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/graduacao/cursos/engenharia-agronomica/estruturas-curriculares9341/>> Acesso em ago/2025.

pesquisa e extensão, seja como protagonistas na produção de saberes enraizados em suas práticas e modos de vida.

É justamente o caráter público da universidade brasileira que torna possível essa disputa, permitindo a construção de uma ciência comprometida com o avanço social. Exemplo emblemático é o trabalho do pesquisador Carlos Augusto Monteiro, epidemiologista responsável por cunhar o conceito de “alimentos ultraprocessados”. Em entrevista ao programa Roda Viva, ao ser questionado sobre a razão de um conceito de repercussão mundial ter surgido no Brasil e não em universidades de países centrais como Estados Unidos ou Inglaterra, Monteiro destacou o conflito de interesses que atravessa a pesquisa internacional, onde há financiamento direto da indústria alimentícia. Nas palavras do pesquisador: *“Enfim, você vai pautando a pesquisa não no sentido de identificar o processamento [de alimentos] como problema, mas como uma solução.”*³⁰

A criação do INEAF está ligada não apenas a este contexto de autonomia e função social da pesquisa pública, mas, sobretudo, da produção de uma ciência que construa aportes técnicos e científicos para o campesinato - que no Brasil trata-se de uma classe em luta permanente, seja para entrar na terra ou permanecer nela -, ao tempo em que se permite ser permeada pelos conhecimentos da realidade do camponês, aprimorando o seu fazer ciência. Para tanto, este processo não poderia se constituir dentro do modelo das ciências do campo

³⁰Programa Roda Viva | Carlos Augusto Monteiro | 21/04/2025. Link: <https://www.youtube.com/live/2bgIW18FXYo?si=2zLJMFBXgr6Sfb_X> Acesso em ago/2025.

tradicionais, onde o técnico rural ou o agrônomo se porta como mensageiro da modernidade na negação completa do outro.

Paulo Freire, em seu livro “Extensão ou Comunicação?” critica a extensão rural que, quando reduzida a mera transmissão unilateral de saberes, “*serve à domesticação dos homens e instrumentaliza a invasão cultural*” (Freire, 2013). Por isso, ele propôs pensar em comunicação, isto é, em diálogo transformador entre sujeitos históricos que constroem conhecimento a partir de suas práticas e vivências.

Figuras como Jean Hébette, Raul Navegantes e outros sujeitos solidários às lutas do campo ligados à UFPA (LIMA, 2020), foram centrais nas elaborações que formaram uma série de comunicadores, como vislumbrado por Paulo Freire. Entre os quais, alguns desses, seguem hoje no INEAF com o mesmo compromisso da ciência como instrumento de emancipação.

Ainda assim, existem desafios. Ser e estar na universidade pública no Brasil, nos dias atuais, significa estar precarizado. Seja em relação às questões mais elementares, tais como o acesso à bolsa de estudos e seu valor insuficiente para a manutenção do estudante como pesquisador, à maximização da carga horária de trabalho do professor ou à redução do tempo dedicado à pesquisa. A realidade universitária coagida pela ideologia neoliberal se agrava e deteriora a pesquisa comprometida com a função social da ciência quando, ao ser adotada e normalizada no cotidiano acadêmico, esta lógica produtiva de uma empresa privada - aquela onde deve se mostrar rendimentos, impõe um sistema meritocrático de avaliação do pesquisador e de seu instituto.

É neste contexto que o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (re)existe. Sem ignorar suas próprias contradições e disputas internas, segue como espaço que não se furta a encarar a realidade e que pode se reinventar continuamente. Para o estudante de graduação e pós-graduação que ingressa, o INEAF é a possibilidade concreta de construção de uma ciência impenitente aos mandos e desmandos do capital. Vida longa ao INEAF!

Referências

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Recurso eletrônico. ISBN 978-85-7753-222-3.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. *A contribuição de Jean Hébette*. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 3, p. 509-524, out. 2019.

A INCUBADORA DO NEAF. O CAT - CENTRO AGROAMBIENTAL DO TOCANTINS

Emmanuel Wambergue³¹

A partir de 1985, as direções dos Sindicatos de Trabalhadores do Sudeste do Pará-STR dos 4 municípios do Sudeste (Marabá, São João, Itupiranga, Jacundá) foram conquistadas por chapas combativas formadas principalmente por agricultores posseiros. Nasceu daí a necessidade de unificar as ações dos sindicatos de trabalhadores do Sudeste do Pará-STTR:

Os colonos da Transamazônica, os posseiros, os pequenos proprietários, os ribeirinhos e os sem terra são os principais sócios desses STR's. Vários encontros sindicais levantam os desafios: conquista da terra, sim, mas o que fazer para conviver nessa terra sem escola, sem saúde, sem transporte, sem estrada, ...cem sem !!! Essas organizações de classe precisam de assessorias: souberam chamar alguns pesquisadores da UFPA, apoiadores "cúmplices" dos seus necessários diagnósticos sócio-ambientais e propostas de ações/atividades sócio-econômicas.

Sendo área de frente pioneira, palco de muitos conflitos e também lugar da construção da barragem de Tucuruí e do Projeto Carajás com sua ferrovia, nossa região se tornou uma mina muito rica de informações, para não dizer, um bamburro de dados para qualquer pesquisador que tivesse a ousadia de vir nessa região: esses pesquisadores do NAEA/UFPA, encontrados nas suas pesquisa de

³¹ Graduação em master VOPA - Centre National D'Estudes Agronomiques Des Regions Chaudes (1999). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Assessoria Tecnica Social e Ambiental.

campo, foram convidados para assessorar os encontros

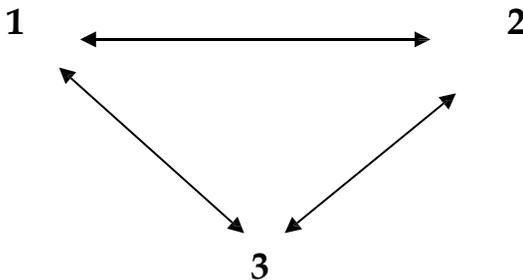
No verão de 1987, no auditório do NAEA da UFPA em Belém, uns vinte dirigentes sindicais do sudeste do Pará foram convidados para participar de um seminário chamado “que agricultura familiar queremos?” Na mesa de encerramento, após três dias de trabalho, depois da fala do reitor Nilson Pinto e do prof. Jean Hébette, o Almir Ferreira Barros, presidente do STTR de São João toma a palavra e, sempre vou me lembrar de uma frase da sua fala: “Hoje, não vou agradecer a Universidade, mas eu quero lhe dar parabéns por cumprir sua obrigação”

Essas poucas palavras do Almir expressam bem as expectativas e as perspectivas que, de modo geral, os dirigentes sindicais tinham em relação com a Universidade... Essa relação Campo/Campi continua firme até hoje, com muitos momentos de lua de mel e, também, vários momentos de quase divórcio.

1. CAT = FATA + LASAT

Dando sequência ao seminário no NAEA, vários encontros entre universitários e sindicalistas definiram a construção de um Programa da Pro-reitoria de Extensão da UFPA, o Centro Agroambiental-CAT: era **um programa de três pernas:**

Elaboração de propostas de pesquisa. Testar possíveis ações de desenvolvimento.



Estabelecimento de eventos de formação e capacitação para os agricultores e suas famílias.

Para implementar o Programa CAT, em agosto 1988, foram articuladas duas entidades: a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia, dirigida por representantes de cada STR membros e o Laboratório sócio-ambiental do Tocantins-LASAT, cujos membros eram professores universitários muitos deles voluntários ou emprestados. Convém aqui sinalizar a participação ativa da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, hoje UFRA. A faculdade cedeu para o LASAT, os Professores Antonio Cardoso e Paulo Martins. Do diálogo entre a FATA e o LASAT, foram negociadas várias atividades para os agricultores:

1. estágios de base; diagnósticos feitos pelos próprios

agricultores de 3/5 comunidades/localidades com mais ou menos mesmo tempos de criação, com historia e organização parecida:

a-levantamento dos recursos naturais como solos, matas, água e pluviometrias...,

b-registro da composição sociológica e do histórico das comunidades,

c-análise do funcionamento dos sistemas de produção e das suas práticas culturais,

d-formulação de proposta de possíveis ações de desenvolvimento.

2. estágios temáticos: capacitação específica para aperfeiçoar e melhorar sistemas de produção já existentes ou cursos de conjunto de informação para implementar atividades novas
3. encontro de formação político-sindical: direitos à terra, formação da sociedade, organização sindical, educação ambiental, realidade brasileira, história dos movimentos no Brasil.

O LASAT, sob a direção do vice coordenador do NAEA, Jean Hébette e do Agrônomo Vincent de Reynal da Universidade das Antilhas e Guiana, estabeleceu trabalhos de diagnóstico e ação a partir do princípio da pesquisa-ação e da visão do estabelecimento como sistema de produção e da localidade como sistema agrário; dessa postura nasceu a ideia de ação-teste: a partir da negociação entre agricultores e pesquisadores, se escolhia um problema a ser resolvido, se estabelecia um protocolo de atividades para ser implementadas, geralmente a partir da instalação de um Grupo de interesse Local-GIL, se registravam todas as etapas e os resultados da ação e era compartilhada uma restituição dos produtos da ação-teste. Conforme

os resultados e as negociações, a ação-teste podia ser abandonada, ajustada, adequada, adaptada ou até mesmo se tornar ação de desenvolvimento. Por exemplo: as ações testes de experimentação de melhorias de comercialização dos produtos dos agricultores iniciada em 1990, levou a criação da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins- COOCAT, em 1993.

A necessidade de formar agrônomos específicos para a agricultura familiar levou o LASAT, em 1991, a montar um curso de especialização, Agriculturas Familiares Amazonicas e Desenvolvimento Ambiental - DAZ que logo depois, em 1994, na UFPA, se transformou em mestrado da Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no Nucleo de Estudo Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF. Esses dois cursos tinham alternância de aulas e vivência num estabelecimento/localidade de um agricultor.

Esse conjunto de propostas e atividades levou o CAT a procurar fundos para construir nosso centro de convivência: apoiado gratuitamente por professores e alunos dos cursos de arquitetura, de engenharia de construção civil e de contabilidade da UFPA, o CAT, representado pelo Presidente da FATA, Almir Ferreira Barros, pelo coordenador do LASAT, Jean Hébette e pelo pró-reitor de extensão da UFPA, Alex Fiuza, apresentou um projeto na Comunidade Europeia em Bruxelles. Aprovado o financiamento, o Centro de Convivência foi inaugurado em 1992 e permitia hospedar até cem participantes com refeitório, dormitórios de rede, auditório, salas de reunião e secretaria e até quartos para professores ou visitantes. Como primeiro diretor executivo da FATA durante três anos, posso confirmar que os relatórios das Assembleias anuais da FATA, que tenho em arquivo até

hoje, mostram que, do ano 1991 até 2002, passou uma média de 1500 agricultores por ano, em eventos promovidos no Centro de convivência e quase 100 Grupos de Interesses Locais-GIL. Funcionavam nas delegacias sindicais entre outros, grupos de viveiros, de hortas, de peixe, de galinhas, de apicultura. Todas essas atividades eram financiadas por projetos de ONG estrangeiras (DFID, CCFD, Cristian AID, Fundação Ford, Pao para o mundo..).

2. AGRÔNOMO ÔRGANICO

Se definiu com mais clareza, dentro do CAT, qual era o papel e a tarefa de cada unidade de trabalho.

Foi a relação FATA/LASAT que definiu a essência, a origem e, no fim das contas, o objeto mesmo do CAT. O produto dessa relação não é em si, a soma dos dois mas algo de novo, de diferente. Essa relação como apostar num casamento possível que precisa renovar todos os dias; o filho (os filhos) é produto dessa relação, mas não igual aos pais, além de que esse filho apesar de depender dos pais, pode se tornar maior e até independente com vida própria.

Tanto a FATA como o LASAT eram autônomos mesmo se para produzir resultados, eles são dependentes. Os objetos e as tarefas tem mesmo fim mas com enfoques e responsabilidades diferentes.

No que diz respeito a P/D (pesquisa/desenvolvimento), a ação comuna, no CAT, se traduziu pela metodologia da ação/teste; cada unidade tem seu papel: LASAT é produzir referências "de peso válido" a partir do acompanhamento/evolução e a FATA, referências práticas que vem sustentar o projeto camponês.

A relação FATA/LASAT passou por vários estágios e por um processo lento cujas etapas revestem formas diferenciadas; consultoria,

assessoria, parceria, companheirismo ...! Não se trata aqui de definir níveis de qualidade: são as necessidades que determinam o tipo (qualidade) dessa relação. Porém, é claro que o LASAT sendo "ideologicamente" embarcado no mesmo barco e colado à FATA, a relação de companheirismo parece a mais adequada para designar esse relacionamento, sendo LASAT na prática o "ninho" dos "agrônomos orgânicos" da FATA.

Mesmo se o enfoque inicial do LASAT, por razões óbvias, orientou-se mais na questão da formação, sente-se necessidade de investir no desenvolvimento, resguardando, claro, o papel específico de investigação próprio ao LASAT. A evolução dos Sistemas de Produção foi muito rápida na nossa região, a influência da política econômica muito poderosa. Precisou, o LASAT acompanhar de perto a FATA (e os STR) para poder ajudar os agricultores a entender melhor o que estava acontecendo e tomar conta do seu destino.

Diante da necessidade de formar "intelectuais orgânicos" na altura dos desafios proporcionados ao campesinato da Amazônia, a relação FATA/LASAT negociou várias "invasões e invenções" no ensino superior. Os professores membros do LASAT elevaram o NEAF a Instituto e assim proporcionaram formação de pós graduação. Da mesma forma e pelo mesmo motivo, foram também os membros do LASAT - NEAF que criaram os cursos da Educação do Campo e da Agroecologia na recente UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul-Sudeste do Pará. E ainda a relação FATA/LASAT, foi protagonista da instalação de um curso de ensino médio para técnicos a partir do recurso do PRONERA no início dos anos 2000. Esse curso, iniciado na forma de EFA - Escola Família Agrícola, foi objeto da criação de uma Escola

Técnica Agrícola Federal com a iniciativa de membros do LASAT/NEAF que se tornou, pouco depois, IFPA Campus Rural de Marabá. O LASAT tinha cumprido sua missão ocupando e ampliando seu espaço no ensino superior. Ele se incorporou nos diversos setores da academia, entre outros, o INEAF.

Em conclusão, parece lógico e interessante deixar uns dos documentos, que melhor expressa, no meu ver, o produto possível da relação FATA/LASAT, definindo os princípios da Assessoria Técnica Socioambiental:

1. O que consegue fazer uma família num lote é o melhor possível nas condições que tem. Toda gestão de uma família tem uma lógica que o técnico da agricultura familiar precisa entender.

2. O produto de uma atividade de assessoria técnica é o resultado de uma negociação entre o saber quente, suado, experimentado dos agricultores e o saber frio, livresco, estudado dos técnicos.

3. O técnico é apenas o parteiro para fazer nascer soluções: é a partir do que as famílias sabem, e a partir do que elas são que se elaboram e negociam propostas de atividades.

4. A cidadania da agricultura familiar é o produto, o fruto de uma conquista coletiva e de um saber orgânico das famílias associadas em diversas formas de organizações, formais ou informais.

5. Todas as orientações e propostas técnicas têm como referência os princípios da agroecologia, da economia solidaria e da pedagogia da alternância.

SEMENTES PLANTADAS NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Fernando Michelotti

O ano era 2002 e eu havia recém mudado para Marabá, consequência de minha aprovação no concurso docente para o curso de Agronomia do campus do Sul e Sudeste paraense da UFPA. Carregava na bagagem experiências vivenciadas como assessor do movimento social dos seringueiros acreanos, com quem tinha trabalhado-militado entre 1993 e 1998, e como pesquisador iniciante recém-saído do mestrado no NAEA, em Belém. Vinha animado com as possibilidades que o trabalho no sudeste paraense me indicava: contribuir com a construção de um curso de agronomia, iniciado no ano anterior, que se propunha a ter uma forte relação entre ensino-pesquisa-extensão, problematizando a realidade agrária regional e atuando em parceria com os sujeitos da luta pela terra e da conquista dos assentamentos de reforma agrária e das políticas em prol da agricultura familiar.

Aos poucos fui conhecendo o desenho institucional ousado e a equipe compromissada que sustentava essas possibilidades, com o Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar – NEAF articulando ações de pesquisa, formação e desenvolvimento entre Belém, Altamira e Marabá. Neste último campus, o Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins (LASAT) era a unidade do tripé, a qual muito rapidamente me vinculei, e que teve papel de destaque no Campus de Marabá da UFPA até sua transformação, em 2013, em uma nova instituição federal, a UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Permaneço até hoje nesta universidade, seguindo os

mesmos propósitos que me guiaram no princípio e reconhecendo a importância que o NEAF - LASAT teve nessa construção.

A UFPA foi pioneira no processo de interiorização da educação superior, iniciando a sua configuração multicampi na virada dos anos 1980/1990, que se aprofundou após 2003, em um contexto de crescente neoliberalização da universidade pública que ampliava os desafios desse projeto. Nesse processo, o esforço de construção e consolidação do NEAF foi fundamental, apontando outros horizontes de possibilidades para uma articulação multicampi e para a própria interiorização da universidade no país.

Na contramão da neoliberalização da universidade, impulsionadora do individualismo competitivo, da fragmentação da produção científica e da subordinação aos interesses econômicos hegemônicos, o projeto representado pelo NEAF, baseado na cooperação interna, na articulação do ensino-pesquisa-extensão e no forte diálogo com os setores marginalizados da sociedade local, apontava para uma construção que preconiza o diálogo e a solidariedade, seja nas instâncias da própria universidade, seja na relação desta com os setores marginalizados da sociedade regional.

A experiência do NEAF - LASAT, em parceria com outros coletivos de ensino, pesquisa e extensão do campus de Marabá contribuiu significativamente para que esta unidade acadêmica regional da UFPA assumisse uma forte identidade política e acadêmica baseada na interlocução com segmentos da sociedade voltados à luta pela terra, à formação de professores e à formação de profissionais da assistência técnica. Com isso, produziu-se um importante engajamento do campus universitário com as lutas sociais regionais e as demandas

das comunidades rurais, voltadas à conquista de assentamentos, à produção agroecológica, à criação de redes de assistência técnica e extensão rural e ao acesso desses sujeitos à educação formal.

Foram crescendo as ações de educação do campo através das quais esse engajamento da universidade foi fortalecendo um fluxo de mão dupla, em que não apenas os acadêmicos se faziam presentes nos territórios, quanto os sujeitos dos territórios, através do movimento pela educação do campo, conquistavam políticas de ingresso na Universidade. O envolvimento do NEAF - LASAT nessa construção colocou-nos como parceiros chave das primeiras experiências ligadas ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, por exemplo, atuando junto à Escola Família Agrícola - EFA ou criando turmas de ensino superior voltadas para assentados da reforma agrária.

Esse vínculo orgânico com os movimentos sociais e sindicais do campo não se traduziu apenas em cursos e processos de educação formal, mas também em diferentes projetos de assessoria técnica. Em minha trajetória junto ao NEAF - LASAT, chamo a atenção especialmente para a participação do grupo de docentes-pesquisadores na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, dando continuidade a uma série de pesquisas voltadas à compreensão dos sistemas agrários regionais. Provocados pela perspectiva territorial que a política impulsionadora desse plano apontava, abriu-se entre nós novos desafios analíticos e maior aproximação com outros campos do conhecimento, como a geografia agrária e o desenvolvimento e planejamento regional.

Hoje, passados mais de 10 anos da transformação do campus de Marabá em Universidade, olhando os princípios que regem cursos como os de licenciatura em educação do campo e agronomia, os programas de pós-graduação em dinâmicas territoriais e sociedade, planejamento e desenvolvimento regional e urbano, mas, sobretudo, sentindo a forte presença de estudantes das comunidades camponesas, quilombolas e indígenas na universidade, vejo que a semente de re-existência que o NEAF-LASAT ajudou a plantar e cuidar no sudeste paraense germinou. Que o INEAF siga plantando suas sementes!

MINHAS RELAÇÕES COM O INEAF/UFPA

Francinei Bentes Tavares³²

Em agosto de 2025 se completaram 16 anos em que assumi a carreira de docente na Universidade Federal do Pará (UFPA), e 22 anos que finalizei minha graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias pelo Campus da UFPA em Marabá-PA (que atualmente faz parte da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA), curso esse na época criado pelo então Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar (NEAF), atual Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da UFPA.

Em retrospectiva, o curso e a formação recebida me trouxeram uma bagagem importante para levar pela minha trajetória profissional, principalmente no que se refere ao compromisso com uma formação voltada para o desenvolvimento do campesinato amazônico, em suas diferentes formas.

Acredito que o que mais me marcou como egresso desse curso foi o fato de que este representava uma discussão mais profunda sobre as ações de pesquisa-ação e a criação de um dispositivo de Pesquisa-

³² Possui graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias pela UFPA - Universidade Federal do Pará (2003), Mestrado em Desenvolvimento Rural pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e Doutorado em Sociologia, também pela UFRGS (2012). É Professor Adjunto IV da UFPA - Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba (CUBT), no âmbito da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM). Docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI). Participa do grupo de pesquisa Desenvolvimento Rural e Inovação Sociotécnica (DRIS), e do Grupo de Estudos Diversidade Socioagroambiental na Amazônia (GEDAF). Tem experiência multidisciplinar, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial, educação do campo, movimentos sociais, políticas públicas, redes sociais, relações sociedade-natureza e Amazônia Oriental.

Formação-Desenvolvimento (PFD) voltado para a agricultura familiar, iniciadas com o programa do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), em 1988, partindo de uma parceria entre pesquisadores ligados à UFPA, pesquisadores de outros países, um conjunto de STTR's de 6 municípios da região, além de entidades de apoio. O referido programa se organizou em quatro entidades principais: a Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia (FATA), congregando os sindicalistas dos municípios envolvidos; o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), incluindo aí os pesquisadores da UFPA e de instituições parceiras; a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT), voltada para a comercialização da produção da agricultura familiar local; e a Escola Família Agrícola (EFA), que buscou formar os próprios filhos dos camponeses locais utilizando de uma metodologia de alternância entre os espaços escolares e os estabelecimentos agrícolas das famílias.

Minha família é de pequenos agricultores. Meu pai (Francisco Matias Tavares, também conhecido como França) ocupou durante 8 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Curionópolis, no Sudeste do Pará, bem próximo a Marabá. Durante minha e adolescência, acompanhei as disputas políticas e fundiárias que resultaram na desapropriação de 19 castanhais pertencentes às chamadas oligarquias do Tocantins no então novo município (como as famílias Mutran e Miranda), o que rendeu uma prisão a meu pai em 1987, e inúmeras ameaças de morte pelo latifúndio desde então.

Isso ajudou a dar visibilidade à sua atuação, tendo sido eleito em 1988 como vereador no recém-criado município de Curionópolis,

se tornando o primeiro líder camponês vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que assumiu um mandato nessa região. As lideranças desse partido destacaram-se pela resistência armada à Ditadura Militar, no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, e pelo apoio nas lutas do campesinato amazônico pelo acesso à terra e aos direitos humanos, em uma região historicamente marcada pela concentração fundiária e pelos conflitos agrários.

Depois da minha graduação, fui para Porto Alegre-RS, onde dei continuidade à minha formação no mestrado em Desenvolvimento Rural (2007) e no doutorado em Sociologia (2011), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É importante destacar que meu foco continuava a ser trabalhar com o público da agricultura familiar.

Profissionalmente, atuei na implementação e consolidação dos seguintes cursos de graduação e pós-graduação em diferentes *campi* da UFPA:

- Marabá: Curso de Licenciatura em Educação do Campo (habilitação em Ciências Agrárias e Naturais - CAN);
- Cametá: Curso de Bacharelado em Agronomia e Licenciatura em Educação do Campo (habilitação em CAN);
- Abaetetuba: Curso de Licenciatura em Educação do (Campo - habilitações em Ciências Naturais - CN e em Ciências Humanas e Sociais - CHS), e no curso de graduação em Tecnologia em Agroecologia. Além disso, ajudei na elaboração e implementação do curso de Pós-Graduação em Cidades, Identidades, Territórios e Educação (PPGCITE), a partir de 2017.

- Belém: durante este período, contribuí também pontualmente com o INEAF, ao ministrar algumas disciplinas no curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR) ofertado pelo instituto.

Portanto, o que considero mais importante foi o aprendizado que tive no momento da graduação, em que tive relação direta com muitos dos docentes do atual INEAF, e o compromisso pelo desenvolvimento verdadeiramente sustentável das populações rurais amazônicas voltadas à agricultura familiar foi o que sempre me chamou mais atenção, ou seja, uma formação superior engajada na construção de um mundo melhor para o seu público-alvo. Como filho de agricultores, posso dizer pessoalmente que a formação dada foi de muito proveito, ajudando a construir um compromisso de atuar conjuntamente com o campesinato da Amazônia Paraense.

CELEBRANDO O INEAF EM SUA CAMINHADA RUMO À MATURIDADE

*Gutenberg Armando Diniz Guerra*³³

Tenho cordão umbilical, pela formação acadêmica inicial, na Bahia, onde nasci, vivi minha infância e adolescência, me tornando profissional e um útero que me acolheu, me fez pesquisador e professor, no Pará. Vim para Belém em 1986, emprestado pelo governo do Estado da Bahia, para trabalhar na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Tinha passado pela sede da Embrapa em Brasília e, por necessidade de me manter nos debates políticos e científicos da época, precisei me qualificar, inicialmente com um mestrado. O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, NAEA/UFPA era reconhecido como um ponto de referência do debate sobre Ecologia Política e um ambiente propício para a qualificação que eu pretendia. Eu precisava dominar ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas, formalizar os títulos de mestre e doutor para enfrentar criticamente o debate com os intelectuais defensores da Revolução Verde, mãe da devastação e do agronegócio predador e arbitrário. Fui orientado e acolhido pelo professor Jean Hébette que estava construindo um projeto de interlocução com e apoio ao campesinato amazônico organizado ou em vias de organização em associações, sindicatos e cooperativas. Concorri e fui aprovado para ocupar uma vaga no Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, PLADES (1987). Ali assisti e participei, como representante estudantil, dos

³³ Engenheiro Agrônomo, Doutor em Socio-economia do Desenvolvimento, Professor aposentado e voluntário no PPGAA do INEAF.

primeiros debates da proposta do Centro Agrário do Tocantins, no colegiado, sobre o que virou em seguida o Centro Agroambiental do Tocantins - CAT. Esse projeto, transformado em Programa, deu contribuições importantes e se expandiu com a formação de profissionais se desdobrando em licenciaturas, bacharelados, especializações, graduações e pós-graduações voltadas para a compreensão e colaboração com as populações tradicionais e camponesas identificadas, posterior e genericamente, como Agricultura Familiar.

Fui convidado pelo Professor Jean Hébette para trabalhar no CAT em Marabá (1989-1993). Sob a orientação dele e co-orientação da Professora Jane Felipe Beltrão terminei o mestrado (1991) e fui fazer o doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales, em Paris (1993-1999), contando com manifestações de apoio da Reitoria da Universidade Federal do Pará.

Ao retornar do doutorado, fui acolhido pela professora Edna Castro, no NAEA, como bolsista de Desenvolvimento Científico Regional (1999-2000), trabalhei na Universidade da Amazônia, UNAMA (2000-2002), colaborei com os primeiros esforços de criação e reconhecimento do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, o MAFDS. Aprovado em concurso, ingressei no então recém-criado Centro Agropecuário (2002) que veio a ser o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. São quase quatro décadas de vivência e participação na construção coletiva desse projeto que teve colaborações importantes de pessoas e instituições municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais. Muitas pessoas merecem o meu agradecimento pelas contribuições na minha

trajetória pessoal e pela minha permanência na região durante todo esse tempo (1986-2025).

Nesse momento de celebração dos mais de trinta anos do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, relembro cada movimento que implicou no seu surgimento, crescimento e consolidação como polo de excelência sobre os estudos e trocas de experiências entre cientistas e representantes do movimento social camponês presentes na região. Participei de cada etapa, algumas vezes completamente imerso, outras à distância, até o engajamento institucional efetivo como professor concursado, associado, membro permanente, colaborador, coordenador do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares Amazônicas em momentos distintos.

Considero que o INEAF merece ser celebrado pelo enorme esforço desenvolvido pelos seus membros na efetivação de cada uma das ações de implantação dos cursos de formação nos diversos níveis, pelas atividades de pesquisa e ações de desenvolvimento feitas sempre em acordo para atender os interesses das populações tradicionais, indígenas e camponesas em suas diferentes formas de expressão como ocupantes, posseiros, assentados, quilombolas, agroextrativistas, ribeirinhos, caboclos e outras denominações para a diversidade de expressões dessa categoria.

Cada um de nós, de formas específicas, mas sempre no mesmo diapásão, contribuiu de seu jeito e no seu tempo para esse projeto que teve, também, seus momentos de identificação ajustados às diversas conjunturas pelas quais passou o país.

Cada um tem na memória as vivências e as marcas do projeto de desenvolvimento fundamentado nas percepções do mundo concreto transformadas em ideias explicitadas em textos sob as formas de crônica etnofotográfica, artigo científico ou de opinião, ensaio, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, coletâneas, capítulos de livros e livros.

A caravana segue seu rumo, com o engajamento dos quadros formados e em formação pelo INEAF em direção a uma Amazônia plena, autossustentável, rica em sociobiodiversidade e os desdobramentos da semente lançada nas primeiras décadas do século passado terão o destino de toda árvore frondosa e generosa em frutos e sombra refrigeradora para os que vivem nesse bioma.

DEPOIMENTO - 30 ANOS DO INEAF

*Haroldo de Souza*³⁴

Minha aproximação profissional com as Amazônias, se deu no ano de 2003 em Brasília/DF quando trabalhei no Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente (FNMA/MMA) na carteira de projetos da “Extensão Agroflorestal” e em oficinas de elaboração de projetos para a equipe técnica dos Polos do Proambiente da Amazônia e na avaliação dos projetos a serem implantados. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar (MDA/SAF), participei de oficinas para concepção do Pronaf Florestal.

Na oficina que ocorreu com representantes da região Norte, tive a oportunidade de conhecer dentre a diversidade dos presentes, uma professora do Curso de Agronomia da UFPA/Campus Marabá e me chamou atenção os relatos feitos por ela, tanto sobre a abordagem metodológica do curso de Agronomia³⁵, quanto sobre os projetos realizados em parceria com os assentamentos rurais, técnicos da assistência técnica e movimentos sociais e, além disso, possuíam um laboratório de pesquisa-extensão que articulava professores e estudantes do curso de Agronomia no conjunto dessas ações e projetos.

³⁴ Docente da Faculdade de Educação do Campo (Fecampo/Unifesspa). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM/IEDAR/Unifesspa). Integrei a equipe do LASAT/NAEF entre os anos de 2004-2007.

³⁵ O curso de Agronomia da UFPA/Campus Marabá era orientado pela abordagem sistêmica como método de análise e diagnóstico da realidade dos assentamentos e comunidades rurais. Esse era outro diferencial, boa parte das pesquisas desenvolvidas pelos professores do curso eram realizadas em parcerias com os assentamentos rurais e movimentos sociais do campo.

Finalizei o ano bastante motivado com os rumos tomados pelo trabalho, em especial, a relação aberta com a Amazônia e tomei a decisão de iniciar o ano seguinte buscando oportunidades de trabalho na Amazônia e foi o que aconteceu: a partir dos contatos feitos com a equipe do LASAT e de professores da UFPA/Campus Marabá e em abril de 2004 mudei-me para Marabá.

O meu primeiro contato com a universidade em Marabá/PA se deu pela minha vinculação profissional ao Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), que contava com professores/as do curso de Agronomia, do Campus de Marabá/PA, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar (NEAF) da UFPA, em Belém/PA.

Lembro com carinho especial das experiências do PRONERA, materializadas nas parcerias entre a UFPA/Campus Marabá/PA e os movimentos sociais, em especial, das duas turmas do ensino médio da Escola “Família Agrícola”, de Marabá, do curso Técnico Agropecuário com ênfase em Agroecologia, em parceria com a Fetagri Regional Sudeste/FATA, a turma de Agronomia 2004 e o MST/PA. Registro aqui o meu muito obrigado pelos incansáveis debates realizados e pela paciência pedagógica que requer a construção de um processo de formação/criação coletivo.

O Sudeste do Pará é uma região emblemática da complexidade da questão agrária na Amazônia, traz fortemente marcas da migração camponesa, da incessante luta pela terra e movimentos sociais do campo bastante dinâmicos, o que possibilitou, desde o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 a regularização fundiária e criação de inúmeros projetos de assentamento e a aplicação de um conjunto de

políticas públicas para sua consolidação. O LASAT foi parte fundamental nesse processo de pesquisa-ação-desenvolvimento com leituras sobre a dinâmica agrária regional, os saberes e as práticas produtivas e organizativas da agricultura familiar camponesa na região.

A vivência neste contexto permitiu ampliar minha atuação profissional e visão acadêmica, afinal de contas, trabalhava com professores-pesquisadores que possuíam forte inserção no mundo acadêmico e na dinâmica social regional. Aos poucos fui me afastando daquelas ações mais específicas de um projeto e mergulhei na problemática mais geral dos assentamentos rurais, da dinâmica agrária, dos conflitos sociais e dos distintos projetos de desenvolvimento regional.

Esse período de quase quatro anos permitiu, tanto um acúmulo e amadurecimento profissional, pois tive uma experiência efetiva sem ser interrompida, quanto um aguçamento pelo ‘devir acadêmico’. Ao final do ano de 2007, finalizei as tarefas dos projetos, aos quais estive vinculado e em fevereiro de 2008 mudei-me para Belém, onde fui fazer mestrado, por ter sido aprovado no NAEA/UFPA.

O meu retorno para Marabá/PA em 2009 foi gratificante: havia ampliado minhas leituras e me qualificado academicamente, voltava como pesquisador/docente da universidade e com a responsabilidade de construir o curso de Licenciatura em Educação do Campo. Nesse retorno, minha atuação acadêmica voltou-se para leituras mais amplas da dinâmica agrária, a partir da problemática dos assentamentos rurais e da luta pela terra, movimentos sociais, gestão dos recursos naturais,

agroecologia, produção camponesa, além dos distintos projetos de desenvolvimento regional.

A vivência nesse contexto, os estudos como docente e as próprias características locais da universidade permitiram aprofundar meu envolvimento como pesquisador da temática agrária, juntamente com outros professores, mas também como colaborador dos movimentos sociais do campo.

Dessa forma, quero deixar meus sinceros agradecimentos a Todos e Todas integrantes da equipe do LASAT/NEAF com os/as quais trabalhei e vivenciei experiências profissionais e pessoais que engrandeceram minha formação profissional e pessoal, sem dúvidas. Vocês foram fundamentais na constituição do que somos hoje, enquanto curso de Educação do Campo e do que sou hoje como professor-pesquisador, percorrendo caminhos e horizontes que teimam em desvendar as questões da terra e do território e ter na relação com os povos do campo e suas questões, o melhor problema da pesquisa-ação-desenvolvimento.

Vida Longa ao INEAF e obrigado por partilhar essa história, permanentemente, em construção!

MINHA RELAÇÃO COM O INEAF EM 30 ANOS

Heribert Schmitz³⁶

Desde meados de 1995, estou envolvido nas atividades do INEAF – na época Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF) do Centro Agropecuário (CAP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Neste ano, recém-chegado em Belém, ministrei uma disciplina do Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável³⁷ (DAZ) sobre abordagem sistêmica junto com o Prof. Visitante Christian Castellanet do *Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques* (GRET). Pouco depois, no início de 1996, assumi a Coordenação da Pós-graduação que incluiu, além do Curso DAZ, o novo Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS).

Foram quatro anos de investimentos contínuos até conseguir o reconhecimento do mestrado pela Capes, em 1999. Na primeira tentativa, o órgão não aceitou a orientação teórica guiada por um único enfoque: a abordagem sistêmica. A Capes exigiu maior abertura para integrar alunos de outros cursos além de agronomia e rejeitou a exigência de ter concluído o Curso DAZ para se inscrever no programa de mestrado.

Depois de uma reformulação do programa, foi aberto o caminho para um curso interdisciplinar liderado por um corpo permanente de doutores de instituições locais, além da UFPA, da

³⁶ Doutorado em Sociologia Rural pela Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha), Professor Titular de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), Bolsista de produtividade do CNPq nível 1C. E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de.

³⁷ Inicialmente Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agro-Ambiental.

Embrapa Amazônia Oriental e, em menor grau, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), complementado por docentes estrangeiros, especialmente pela Cooperação Franco-Brasileira. Contribuíram para o reconhecimento com a boa nota 4 a realização do Curso DAZ, desde 1991 financiado pela Capes; a formação da primeira turma de mestres, reconhecida pela UFPA e o convênio com a Embrapa. O Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) foi a primeira parceria oficial de compartilhamento da responsabilidade entre Embrapa e Universidade que permanece até hoje. Durante muitos anos, a Embrapa assumiu a vice-coordenação com as Professoras Socorro Kato e Dalva Maria da Mota.

Durante meus 30 anos no NEAF, assumi vários cargos, entre eles, Vice-Coordenador do NEAF, membro de comissões para realizar concursos e coordenador da cooperação com a Embrapa. Acompanhei também a turma do DAZ durante o estágio em Monte Alegre (PA). Nesta fase, ministrei uma disciplina inovadora no MAFDS: Comunicação interpessoal e cooperação em equipe. Além de preparar para a cooperação interpessoal, ela promoveu a criatividade e teve um aspecto lúdico importante.

Paralelamente, houve a implementação de Cursos em Agronomia (inicialmente de licenciatura) nos dois Polos do NEAF em Altamira e Marabá, onde ministrei as disciplinas Mecanização Agrícola e Engenharia Agrícola. O NEAF foi também convidado para participar do Projeto Lumiar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para prestar assistência técnico nos assentamentos da reforma agrária e contribuiu com três supervisores

externos. Esteve sob a minha responsabilidade a orientação de três equipes de extensionistas interdisciplinares na Transamazônica.

Fez parte desta fase inicial do INEAF um convívio em atividades noturnas, no qual a equipe (docentes, pessoal administrativo e discentes) frequentou bares em clima de confraternização, especialmente, o Bar do Boi, influenciado pela presença de quatro amazonenses na turma.

Após dois contratos como professor visitante e uma curta estadia na Universidade Federal de Sergipe como professor permanente, passei por concurso para o Quadro Permanente da UFPA e fiquei lotado na área de Sociologia no IFCH, em 2005. Mesmo assim, continuei trabalhando também no PPGAA e logo foi confirmada a condição de pesquisador associado do NEAF.

Houve também alguns contraventos. Com a reestruturação da UFPA, perdeu-se os esforços feitos para criar os cursos de graduação do NEAF que foram transferidos para os *campi* da universidade, fato que criou problemas para a instituição porque ficou sem curso de graduação e, infelizmente, o esforço para implementar o doutorado inicialmente não teve êxito e demorou mais que esperado. A pressão em relação ao produtivismo acadêmico aumentou muito nestes anos e o curso foi avaliado apenas com a nota 3. A introdução do credenciamento dos docentes da pós-graduação não foi fácil, como já percebi nas áreas de antropologia e da sociologia durante a minha participação nestes processos, e mexeu muito com alguns docentes. Isso também porque a necessidade desse mecanismo não se formou no âmbito do corpo docente, mas foi sentido como uma imposição exterior. Porém, por meio desse mecanismo e o esforço dos colegas, a

avaliação da pós-graduação do INEAF, o PPGAA, pela Capes aumentou para o conceito 4 e, pouco depois, ao conceito 5.

O produtivismo acadêmico foi também negativo no que se refere a convivência entre os docentes e criou conflitos no interior do corpo docente. A partir de 2020, a pandemia reduziu gravemente a frequência de encontros, teve impacto no "rendimento" das aulas e nos aspectos humanos da universidade. Resumindo, limitou a vida acadêmica por um bom tempo.

Em todo este tempo de INEAF, contribuí ministrando a disciplina "Ação coletiva no espaço rural", participei na seleção dos discentes e orientei 23 mestrandos (3 em andamento) e 2 doutorandos do PPGAA. Participei em comissões e, naturalmente, no colegiado do programa, paralelo a funções em outra pós-graduação.

Pensando no futuro do INEAF, vejo dois pontos que poderiam dificultar o nosso trabalho: a nova mudança da avaliação do corpo docente e dos cursos de pós-graduação que dificulta o planejamento do desempenho acadêmico e a situação do nosso grupo alvo, os agricultores familiares, compreendidos no sentido mais amplo, que é cada vez mais afetado pelo avanço agressivo da agricultura patronal e da agroindústria e pelas mudanças climáticas. Os dois processos andam juntos com efeitos graves. Novos desafios não faltam e chamo a atenção para a importância da organização desse grupo e da ação coletiva em geral.

**UM CAMPONÊS AMAZÔNICO ESTUDANDO SOBRE SEU
PRÓPRIO MODO DE VIVER: UMA EXPERIÊNCIA DE
AUTORREFLEXÃO NO INSTITUTO AMAZÔNICO DE
AGRICULTURAS FAMILIARES (INEAF)**

Hueliton Pereira Azevedo³⁸

Me chamo Hueliton Pereira Azevedo, moro na Ilha do Capim pertencente ao arquipélago de Abaetetuba/PA. Cursei, entre os anos de 2016 e 2017, o Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Vejo minha história com o INEAF como uma experiência de aumento na competência autorreflexiva sobre meu próprio modo camponês de viver, porque implicou em aprofundamento da minha compreensão sobre as situações-problema efetivamente vivenciadas por nós.

Minha trajetória de formação na Comunidade Eclesial de Base (CEB) da localidade onde moro despertou, desde cedo em mim, o desejo de compreender os problemas que meu território enfrentava e ganhar competência para propor melhorias técnicas para as situações-problema socialmente vividas. Depois que terminei o curso de engenharia Agrônômica, em 2015, percebi que o conhecimento apenas sobre a dimensão técnico-produtiva do campesinato amazônico era insuficiente para entender os problemas vivenciados pelos

³⁸ Bacharel em Agronomia (2014) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará Campus Castanhal. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (2016 à 2017) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), doutorando em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

camponeses. Por isso, desde que tive conhecimento do mestrado no INEAF tive vontade de cursá-lo por entender que ele atenderia meu interesse de aprofundar o conhecimento sobre o campesinato amazônico, ao qual eu pertenço, para dimensões além da técnico-produtiva. Além disso, meu orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação, que eu admiro muito por sua capacidade reflexiva e competência docente, e outros três professores que eu também considerava com grande competência docente, tinham sido formados no INEAF, o que me animou ainda mais a cursar o mestrado.

No percurso de formação estudei sobre a transição agroecológica de agroecossistemas dos camponeses agroextrativistas, ao qual pertenço, para entender como os camponeses poderiam melhorar as situações-problema de natureza socioecológica. Para isso, fiz uma pesquisa histórica identificando as transformações dos sistemas agrários ao longo do tempo e as implicações dessas transformações históricas. Nesse processo, observei que a transição agroecológica no aspecto técnico-produtiva não era um tema tão relevante para os camponeses agroextrativistas porque eles já realizavam práticas agroecológicas de conciliação da produção econômica com a conservação ecológica. Porém, observei que a transição agroecológica é fundamental na dimensão política dos agroecossistemas devido ao predomínio de espaços de uso e manejo dos bens comuns autogovernados no nível comunitário que estão sendo afetados por grandes projetos de infraestrutura. A partir de então, o autogoverno na partilha de bens comuns tornou-se o tema mais relevante de minhas pesquisas, atuação profissional e incidência política.

A pesquisa do mestrado me mostrou o grande aumento dos conflitos ecológicos distributivos decorrentes da implantação de grandes projetos de infraestrutura nos espaços de uso comum. Ficou evidente, com isso, que a construção de iniciativas de fortalecimento do autogoverno na partilha dos bens comuns era a principal estratégia de transição agroecológica para enfrentar os projetos das corporações transnacionais e melhorar as condições de vida dos camponeses. A partir desse momento, passei a concentrar meus estudos no campo da agroecologia política para entender como os camponeses poderiam melhorar suas experiências de autogoverno e transitar para uma situação de autonomia e autodeterminação no uso e manejo dos bens comuns. As descobertas do mestrado me instigaram a seguir para o doutorado no Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) onde seria possível estudar sobre como melhorar o autogoverno dos bens comuns.

Ao longo do meu doutorado, influenciado pelos estudos realizados no INEAF, construí uma nova teoria para explicar como os sistemas comunais podem ser criados e conservados ao longo do tempo. Com base nessa teoria, passei a criar novas experiências locais de partilha dos bens comuns para avançar na transição agroecológica em uma perspectiva política a partir de minha atuação como liderança do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA). Atualmente, atuo na construção de experiências locais e territoriais de partilha de bens comuns como resultado do processo autorreflexivo iniciado no mestrado do INEAF. Portanto, a competência autorreflexiva construída no INEAF

contribuiu no aprofundamento da minha compreensão sobre meu próprio modo camponês de viver e influenciou na definição de minha atuação profissional e política de construção deliberada da partilha de bens comuns como um projeto de transição agroecológica, em uma perspectiva política, para superar o modelo destrutivo dos grandes projetos de infraestrutura que as corporações transnacionais apresentam com pretensão de validade.

ENTRE A SALA DE AULA E A CAPOEIRA: MEMÓRIAS DE MINHA PARTICIPAÇÃO NO INEAF/UFPA

Ima Célia Guimarães Vieira³⁹

Minha vinculação ao que posteriormente se tornaria o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares-INEAF da Universidade Federal do Pará-UFPA teve início em 1991, quando passei a lecionar no recém-criado curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ), então abrigado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA. Como docente, colaborei com Manfred Denich, coordenador do projeto Shift Capoeira (atualmente denominado projeto Tipitamba), desenvolvido em parceria com a Embrapa-CPATU. Essa experiência docente foi especial e significativa, pois possibilitou o desenvolvimento de uma abordagem pedagógica inovadora e fundamentada na prática.

A abordagem aplicada da disciplina de Ecologia de Agroecossistemas Amazônicos estava fundamentada em nossas pesquisas de campo: desde 1990 eu vinha investigando as capoeiras do nordeste do Pará, buscando desvendar os mecanismos de regeneração florestal em paisagens agrícolas, enquanto Manfred e equipe desenvolviam estudos paralelos sobre a dinâmica das capoeiras nos sistemas agrícolas familiares nessa mesma região. Essa convergência de experiências de pesquisa permitiu que estruturássemos um programa de ensino que integrava teoria e prática de forma orgânica. Os temas centrais da disciplina - ecologia de ecossistemas, manejo de

³⁹ Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi. Email: ima@museu-goeldi.br

solos, conservação da biodiversidade e o papel estratégico da regeneração natural no sistema de agricultura de corte e queima - derivavam naturalmente de nossas observações empíricas sobre os agroecossistemas amazônicos. Os estudantes tinham, assim, a oportunidade de compreender esses conceitos não apenas como construções teóricas, mas como processos ecológicos reais que puderam observar e analisar diretamente nos sistemas agrícolas locais. Um novo olhar sobre o ciclo roça-capoeira-floresta, associado ao plantio de mandioca foi construído com os estudantes e produtores!

Segui acompanhando a evolução do Centro Agropecuário, criado em 1994, que se adaptava às mudanças estruturais da UFPA, ampliando sua atuação e criando cursos que respondiam às demandas regionais e nacionais por profissionais especializados em questões agrárias amazônicas. Foi neste contexto que, em 1997, tive a oportunidade de lecionar na Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Agrárias, em Altamira. Eu acabara de ter o meu segundo filho, Tomás, e enfrentava o desafio de conciliar a maternidade com o retorno ao trabalho acadêmico.

Altamira vivenciava tempos conturbados. Localizada no epicentro da fronteira de expansão agropecuária, a região enfrentava (e ainda enfrenta) um contexto marcado por conflitos fundiários e intensos processos de desmatamento e degradação ambiental, consequências diretas da especulação e pressão por terras. Assim, esse curso, que posteriormente se tornaria o curso de Agronomia, representava uma aposta inovadora da UFPA de interiorização e uma estratégia política fundamental de disputa de narrativa sobre o modelo de desenvolvimento amazônico. Ali, encontrei um grupo de jovens

estudantes interessados e participativos, cuja dedicação e curiosidade intelectual eram diferenciadas. Hoje, a maioria deles ocupa posições de destaque como professores, acadêmicos e gestores públicos e lutam por um projeto amazônico de desenvolvimento.

Era a época do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar (NEAF) quando, no início dos anos 2000, ingressei no corpo docente do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), ministrando a disciplina de Agroecologia em parceria com Socorro Kato e Tatiana Sá, pesquisadoras da Embrapa-CPATU e amigas de longa data. Aquele período distinguiu-se pela natureza inovadora do programa de pós-graduação, o qual integrava dimensões agrárias e ambientais sob uma ótica de desenvolvimento regional, campo em que os estudos sobre agroecologia amazônica eram ainda raros. Encontrávamo-nos, de fato, construindo uma área de conhecimento emergente e capacitando profissionais para repensar os modelos agrícolas na Amazônia sob perspectivas não convencionais.

Após assumir a direção do Museu Goeldi, em 2005, passei a acompanhar de longe a trajetória do INEAF. Olhando retrospectivamente para esta trajetória, percebo que minha experiência no INEAF/UFPA foi muito mais do que simplesmente lecionar disciplinas. Foi participar da construção de um projeto educativo que desafiava o paradigma dominante do desenvolvimento rural amazônico e testemunhar a transformação de estudantes em profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foi contribuir para a criação de um espaço acadêmico onde

conhecimentos científicos e saberes tradicionais pudessem dialogar em pé de igualdade.

A evolução do antigo Centro Agropecuário para o atual INEAF representa não apenas uma mudança organizacional, mas a consolidação de uma visão interdisciplinar comprometida com as especificidades da região amazônica. Ter feito parte desta construção, desde os primeiros passos até a consolidação dos programas de pós-graduação, é uma das experiências mais gratificantes de minha carreira acadêmica.

Deixo aqui meus votos de longa vida ao INEAF e meus parabéns a todos e todas que construíram sua história!

O INEAF COMO REENCONTRO

Iná Camila Ramos Favacho de Miranda⁴⁰



Ingressar no doutorado em Agriculturas Amazônicas do INEAF significou, para mim, um reencontro. Pertencente a comunidade do Limão, em Baião/PA, cresci entre igarapés, ilhas e roçados, aprendendo com minha família materna que a vida ribeirinha e de agricultores familiares é feita de muito trabalho, luta, partilha e resistência diante das ausências do Estado e das pressões de grandes projetos sobre os territórios amazônicos.

Ao longo da minha trajetória, percorri diferentes caminhos de formação e atuação, mas foi no INEAF que reencontrei, em profundidade, a possibilidade de unir vida profissional, pesquisa e

⁴⁰ Doutoranda em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Mestre em Ciências Econômicas Aplicadas pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará - UFPA e em Ciências contábeis pela Estácio. Pesquisa os seguintes temas: Grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento na Amazônia; Direitos Humanos; Direito de Povos e comunidades tradicionais; Educação na Amazônia; Economia ambiental; História agrária; políticas públicas na Amazônia, com ênfase em conflitos sociais, desterritorialização e memória social. Idealizadora do Projeto "Cota Ribeirinha". Bolsista CAPES. Professora do curso de Direito (UNAMA) e de Ciências Contábeis (UNOPAR). Coordenadora do Polo UNOPAR-Bragança.

militância. Estar, agora, como doutoranda significou reafirmar minhas origens não como lembrança distante, mas como categoria política, epistemológica e afetiva. Aqui, cada debate, cada projeto e cada diálogo se conectam à memória de minha própria comunidade e à luta histórica dos povos das águas, do campo e da floresta.

O INEAF me ofereceu não apenas uma formação acadêmica, mas também um espaço de pertencimento. Pude atuar em diferentes frentes - como representante discente, em comissões institucionais, na organização de eventos, no corpo editorial da revista *Agriculturas Familiares* e na criação do Coletivo Campesino Amazônico.

Reencontrar as raízes, neste espaço, é também projetar o futuro. Minha atuação junto à proposta da “Cota Ribeirinha” na UFPA é expressão desse caminho: transformar as dificuldades enfrentadas pelas populações ribeirinhas em políticas de justiça social e de democratização do acesso à educação. Esse compromisso se fortaleceu no INEAF, onde compreendi que memória e ciência caminham juntas.

Ao celebrar os 30 anos do INEAF, celebro também esse retorno que me transformou e reconheço que o que me move sempre esteve no lugar de onde vim. O INEAF é parte dessa caminhada, e nele deixo registrado meu testemunho de gratidão e compromisso de seguir semeando, junto com tantos outros, o futuro da pesquisa e da universidade pública.

INEAF 30 ANOS: UMA IDEIA NOVA QUE FLORESCEU NA AGRICULTURA FAMILIAR

*Iris Conceição Silva Rodrigues*⁴¹

Era 2018 quando a primeira turma do curso de Desenvolvimento Rural do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF, ingressou na Universidade Federal do Pará - UFPA. Então, houve uma mistura vibrante de sonhos: os dos idealizadores do projeto, que enxergavam um futuro mais justo para o campo, e os dos estudantes urbanos, ribeirinhos, quilombolas, que traziam na bagagem histórias tão diversas quanto o território paraense. Na sala de aula, essa convergência de mundos anunciava algo extraordinário: o que surgiria desse encontro que duraria quatro anos e meio? O segundo semestre do mesmo ano revelou a essência do INEAF. Nossa primeira vivência de campo foi em um território quilombola em Abaetetuba/Pará. Ali, entre roda de conversas e roçados, recebemos mais do que conhecimento; recebemos lições de vida. Famílias inteiras nos abriram suas casas e seu cotidiano, mostrando um ritmo distinto da agitação citadina, um tempo marcado pelas andanças nos sítios produtivos, pelas colheitas e pela sabedoria ancestral. Era estranhamento e encantamento, enquanto rabiscávamos cadernos para relatórios que, sabíamos, seriam insuficientes para capturar toda aquela riqueza. O INEAF tem esse poder: sacode nossas certezas. Professores incentivadores nos desafiavam a desconstruir

⁴¹ Técnica em pesca e Aquicultura, formada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, graduada em Bacharelado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Pará.

pré-conceitos sobre agricultura familiar, movimentos sociais e povos tradicionais. Como descrever a complexidade de uma roça de inverno e de verão que é ao mesmo tempo sustento e aprendizado de vida? Ou a resistência de quem planta mandioca, milho, batata doce, feijão, em um sistema que privilegia o monocultivo? As palavras pareciam escassas diante da realidade. Infelizmente, em 2020 veio a pandemia de Covid-19 e as vivências foram interrompidas. Em meio as incertezas, a esperança de que superaríamos esse obstáculo. Nos adaptamos para não desistir. Vieram aulas on-line, encontros síncronos e assíncronos. Ninguém larga a mão de ninguém! Essa frase uniu e fez a diferença nos momentos mais atribulados. Retornaríamos presencialmente para a universidade em 2022, com sorrisos escondidos atrás das máscaras de proteção, felizes pelo reencontro com todos os discentes, docentes, a família INEAF. Porém, nas conversas de todos, um lamento pelas perdas de parentes, amigos e conhecidos que serão sempre lembrados com carinho. Deixo esse registro para que nunca esqueçamos daqueles que nos deixaram durante este período.

Ao longo do curso, percorremos assentamentos da reforma agrária, comunidades ribeirinhas e territórios de quebradeiras de coco babaçu. Cada vivência era um mergulho: na Baixada Maranhense, testemunhamos a força das mulheres que defendiam as palmeiras-mãe contra o avanço do agronegócio. Em Sirituba, o mingau de buriti não era apenas uma iguaria, mas um tratado de ciência tradicional passado de geração em geração. Aprendemos que desenvolvimento rural se escreve com "D" de diálogo, com "E" de escuta e "M" de mãos calejadas que alimentam o Brasil. Mais que um curso, o INEAF nos forneceu

lentes para enxergar a beleza na complexidade do fazer farinha de mandioca, na geometria dos quintais agroflorestais, na paciência e agilidade de homens e mulheres artesãs. Formou-nos como profissionais, mas também como guardiões de histórias. Trinta anos depois, essa semente plantada na UFPA segue frutificando em cada egresso que carrega consigo, não apenas um diploma, mas o conhecimento que pode contribuir para fortalecer o mundo rural. O INEAF é como um rio de conhecimento e nós, os discentes, estamos navegando nele para desaguar em um futuro que fortalecerá a agricultura familiar.



Foto 1: 1ª Turma de Desenvolvimento Rural

INEAF/UFPA

Autora: Farias, 2018.

O NEAF, UM ATOR-CHAVE NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PECUÁRIA FAMILIAR POR MEIO DE SEU PAPEL FUNDAMENTAL NA SEGURANÇA ALIMENTAR DOS PRODUTORES FAMILIARES

Tourrand, J.F.⁴², Veiga, J. B.⁴³, Waquil, P.D.⁴⁴

A pecuária familiar, embora esteja presente em praticamente todos os países do mundo, foi durante muito tempo uma noção complexa de definir e, sobretudo, de normatizar, principalmente em razão da diversidade de funções que exerce do ponto de vista familiar, mas também psicológico, social, territorial e mais recentemente ambiental. Em outras palavras, se em alguns casos é fácil afirmar que se trata claramente de pecuária familiar, em outros casos há debate em razão de vários fatores, como o tamanho do rebanho, a área explorada, a mão de obra empregada, o capital mobilizado, os objetivos e níveis de produção etc. Além disso, as diferenças entre regiões e países do mundo são tais que conduzem a distorções em relação a esses mesmos fatores. Assim, uma pecuária de uma ou duas búfalas em uma propriedade de um ou dois hectares no delta do Nilo, no Egito, ou no Sudeste Asiático, será considerada familiar, da mesma forma que um rebanho de trinta cabeças de zebus em uma propriedade de cinquenta hectares na Amazônia brasileira.

Ribeiro (2009) é um dos autores que conseguiu definir e normatizar melhor o conceito de pecuária familiar a partir de uma

⁴² Vétérinaire-zootechnicien, ex-Cirad, La Grande Motte, France, tourrand@aol.com

⁴³ Agronome-pastoraliste, ex-Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA, Brasil, veiga@amazon.com.br

⁴⁴ Agro-économiste, PGDR – UFRGS, Porto Alegre-RS, Brasil, waquil@ufrgs.br

ampla revisão da literatura e de seu estudo de caso no bioma Pampa, abrangendo o Uruguai, o centro leste da Argentina e o extremo sul do Brasil. No início dos anos 2000, vários membros do NEAF ou associados participaram de forma significativa⁴⁵ dessa iniciativa, trazendo suas próprias experiências realizadas ao longo das duas a três décadas anteriores, especialmente na Amazônia brasileira. Entretanto, na criação do NEAF em 1995, e nos anos anteriores à sua gestação no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), a pecuária era considerada ao mesmo tempo a “Oveja Negra” da agricultura familiar – esta última sendo desde o início o verdadeiro coração do NEAF –, por um lado, e o “Vilão da Amazônia”, por outro, em razão de seu papel no desmatamento, um dos principais desafios do NEAF. Vale lembrar que essas denominações de “Oveja Negra” e “Vilão da Amazônia” vêm da atividade pecuária bovina realizada nas grandes fazendas como motor do desmatamento e instrumento de capitalização, principalmente fundiária, já desde o início da colonização da Amazônia brasileira nos anos 1960, com o forte apoio das políticas públicas.

Assim, ao longo dos anos, os estudantes e jovens professores do NEAF⁴⁶, em particular aqueles com formação em produção animal, trabalharam, no âmbito de suas pesquisas e atividades profissionais, o tema da pecuária familiar na Amazônia brasileira. Eles a explicitaram,

⁴⁵ Soraya A. de Carvalho (soraya@ufpa.br), Amaury B. Burlamaqui (amaury.bendahan@embrapa.br), René Pocard-Chapuis (pocard@cirad.fr), en particulier dans le cadre du projet ANR-TRANS (2005-2009), ainsi que les anciens étudiants de master du NEAF ayant fait leurs doctorats au PGDR de UFRGS.

⁴⁶ Rosinaldo Machado da Costa, Olivier Topall, Laura A. Ferreira, Soraya Abreu de Carvalho, Livia Navegantes, Lívio Claudino...

detalharam, compararam, modelaram, sempre buscando melhorar sua produtividade e reduzir seu impacto ambiental.

Trinta anos após sua criação e quase 40 anos após sua concepção por Jean Hébette, Antônio Cardoso e Paulo Martins, o NEAF se consolidou progressivamente como um ator central no conhecimento sobre a agricultura familiar na Amazônia, em particular em sua vertente pecuária familiar. Contudo, esta continua sendo problemática devido à sua tendência de se expandir dentro das próprias propriedades familiares em detrimento de outras produções agrícolas, além de se ampliar territorialmente ocupando cada vez mais áreas (Veiga et al., 2003). Essa tendência está diretamente ligada às diversas funções próprias da pecuária que os produtores familiares, tanto nos antigos como nos novos *fronts* pioneiros amazônicos, privilegiam diante das crises sucessivas em outras cadeias produtivas, de modo a consolidar melhor suas instalações, abrir novas oportunidades para seus filhos e garantir suas aposentadorias.

Referências bibliográficas

- Ribeiro, C. M. 2009. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de doutorado, UFRGS-PGDR, Porto Alegre, Brasil.
- Veiga, J.B., Tourrand, J. F., Piketty M. G., Pocard-Chapuis, R., Alves, A. M., Thales, M. C., 2004. *Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Estado do Pará*. Brasília-DF, Brasil: Universidade de Brasília, 2004. v. 1. 161 p.

O INEAF EM MINHA CARREIRA PROFISSIONAL

João Marcelo Intini⁴⁷

Em julho de 1997 quando cheguei a Conceição do Araguaia, para realizar o trabalho de conclusão do curso de graduação em Engenharia Agrônômica no Sul do Pará, eu tinha alguma ideia de quantas mudanças poderiam passar em minha vida. Mas era apenas uma ideia, algo vago e talvez muito menos realista do que realmente foram as tantas situações vividas.

O contexto do Sul do Pará revelava uma enorme mobilização social e política, tanto dos movimentos sociais do campo, como também no âmbito partidário, as disputas políticas intensas e as tensões permanentes no campo, com as oligarquias rurais ocupando espaços políticos relevantes. Meu engajamento nos movimentos sociais e no campo partidário foi imediato.

Logo fui contratado para trabalhar na Prefeitura de Conceição do Araguaia, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e todas as prioridades estavam concentradas em apoiar as famílias assentadas pela reforma agrária.

Desenvolvi meus estudos, conclui a graduação e decidi me estabelecer efetivamente em Conceição do Araguaia. Não demorou muito, em 1998, com um grupo de profissionais de diferentes áreas de atuação e vinculadas a diferentes organizações sociais, fundamos a Copatiorô - Cooperativa de Serviço e Apoio ao Desenvolvimento

⁴⁷ Engenheiro Agrônomo pela Universidade de São Paulo (1997), Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Federal do Pará e Doutor em Educação pela Universidade de Brasília, Brasil (2021). Funcionário internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO.

Humano e Sustentável Atiorô, para atuar nos assentamentos rurais e em áreas urbanas, com estreita vinculação com os movimentos sociais, do campo e da cidade.

A interação com o movimento social foi inevitável, e extrapolou os limites da região Sul do Pará, quando as mobilizações sociais das organizações do campo, especialmente a Fetagri e o MST, uniam forças em Marabá e na capital do Estado, Belém.

As mobilizações eram antecedidas por inúmeras reuniões



Foto: 1 Fetagri e MST marchando juntos em Marabá, 1999

preparatórias, que contavam com as participações de outras tantas organizações, como a CPT e a FASE, e instituições importantes, que tratavam de discutir e contextualizar a reforma agrária e o desenvolvimento deste enorme território. Entre estas instituições estava a Universidade Federal do Pará, ali representada pelo NEAF e pelo LASAT.

Aqueles jovens pesquisadores e professores tratavam de acompanhar todo este processo de luta social, a formulação das pautas de reivindicação, as inter-relações estabelecidas entre as diferentes organizações que se uniam em prol de melhorias sociais, conquistas

econômicas e, finalmente, a justiça social e ambiental que tanto almejavam.



Foto: 2 Professor Willian, no acampamento dos assentados, em Marabá, 1999

E à luz deste contexto social, colocavam a universidade pública como um ator ativo no processo de desenvolvimento deste território. As linhas de investigação do NEAF se cruzavam com as perguntas que nasciam no âmbito social e desta sinergia nasciam as formulações teóricas que tratavam de unir o acadêmico com a realidade, a investigação com a práxis. Não há como não reconhecer que estes jovens professores colocaram uma dedicação

gigantesca tanto no fortalecimento do NEAF, como também no contínuo

acompanhamento da luta social.

O meu envolvimento (e de outros tantos colegas) com esta dinâmica acadêmica se estabeleceu de maneira profunda. Pouco a pouco, éramos os que aplicavam questionários, fazíamos entrevistas junto às famílias nos assentamentos rurais sobre os temas produtivos,



Foto: 3 Defesa da dissertação de Mestrado, no NEAF, 17 de agosto de 2004

a dinâmica de uso da terra, a relação com os recursos naturais, as análises sobre as carências e potencialidades vinculadas às políticas públicas (tão

inexistentes ou insuficientes) e a luta pela terra e a violência a ela associada. Eram os professores do NEAF que nos orientavam e guiavam os métodos de pesquisa de uma maneira que nos dava um enorme prazer em ser parte destas investigações. Inspirado e motivado, ingressei no mestrado do NEAF na turma de 2002, orientado pelo professor Iran Veiga.

Foram dois anos que marcaram a minha vida. Se eu não tinha ideia de como seriam as mudanças em minha vida quando cheguei ao Pará, mal podia imaginar que seria o NEAF e seus professores, que se tornariam uma das minhas maiores referências, tanto na academia como no campo profissional. Estas referências são tão profundas, que meu doutorado nasceu da minha vivência no NEAF. E foi minha inspiração para fazê-lo.

A palavra que resume meu sentimento em relação a estes professores é gratidão. Obrigado a todos vocês. Sou grato e tenho profundo orgulho de ter sido aluno do NEAF.

SOU O QUE SOU E O FAÇO O QUE FAÇO PORQUE SOU INEAFIANO!

José Antônio Herrera⁴⁸

Minha trajetória acadêmica e profissional está profundamente vinculada à Amazônia, suas comunidades camponesas e aos processos de resistência e criação de alternativas diante das pressões do modelo hegemônico de desenvolvimento. Essa trajetória começou em 1997, quando ingressei na **graduação em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará**, na primeira turma ofertada pelo então Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), em Altamira.



Turma de Ciências Agrárias de 1997

Fonte: Arquivo pessoal

Durante toda a graduação (concluída em 2001), vivenciei intensamente a práxis fundamentada na teoria, nos estágios de campo

⁴⁸ Professor da Universidade Federal do Pará – UFPA, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, Faculdade de Geografia - FacGeo, Coordenador do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM. herrera@ufpa.br . <http://lattes.cnpq.br/3490178082968263>.

e nas experiências de pesquisa, que me permitiram compreender a complexidade dos sistemas agrários e interpretar de forma sistêmica e interdisciplinar os problemas do campo. Não era a graduação que eu havia idealizado para mim, mas foi a que transformou minha vida e me deu bases sólidas para transformar vidas no campo até hoje.

Movido pelo desejo de aprofundar meu conhecimento sobre as dinâmicas produtivas e sociais do mundo rural amazônico e estimulado pelos excelentes professores que tive, – mestres e amigos –, ingressei no **Mestrado em Agriculturas Amazônicas da UFPA (2003)**, também no NEAF. Esse período foi marcado pela intensa troca de saberes com famílias camponesas, pela vivência em diferentes realidades e pelo fortalecimento de uma certeza: a universidade deve estar enraizada na realidade dos sujeitos do campo, construindo diálogo e emancipação.

Ainda mestre, atuei como pesquisador e, em seguida, como professor substituto no Campus Universitário de Altamira, retornando para contribuir com os cursos ofertados pelo NEAF, em Altamira e Marabá. Em 2005, tornei-me professor efetivo e participei ativamente do processo que levou, em 2007/2008, à institucionalização do **Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR)**, ao qual o NEAF pertencia. Foram anos intensos de projetos, de ações de campo e de apoio à diversidade produtiva da agricultura familiar na Transamazônica e no Xingu.

Nesse período, integrei o **Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET)**, experiência que me marcou profundamente pelo aprendizado e pela prática. Mais tarde, inspirado por esse percurso, criei o **Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais**

na **Amazônia (LEDTAM)**, que hoje coordeno, reafirmando a continuidade de uma atuação iniciada no NEAF/INEAF. Não posso deixar de mencionar aqui a influência de professoras como **Carla Giovana Rocha** e **Soraya Abreu de Carvalho**, que me ensinaram o que significava, de fato, ser “neafiano”.



Viagem na Transamazônica (km 95 / Anapú – Altamira) no de 2002.
Fonte: Arquivo pessoal

Em 2008, iniciei o **Doutorado em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP (2012)**, aprofundando reflexões sobre os modelos de desenvolvimento aplicados à Amazônia e seus impactos na agricultura familiar, nos territórios e na reprodução social das populações tradicionais. Desde então, segui articulando pesquisa científica, formação acadêmica e ação comunitária.

O diálogo com agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais sempre esteve no centro da minha trajetória. Aprendi com eles que a produção agrícola amazônica não se resume à lógica mercantil, mas deve ser compreendida em sua dimensão ecológica, cultural e política. Essa convivência me mostrou que práticas agrícolas **ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente**

justas e culturalmente aceitas não são apenas ideais, mas realidades concretas quando os sujeitos do campo assumem o protagonismo.

O **INEAF** foi e continua sendo espaço de referência e inspiração. Por meio de seus projetos de extensão, das pesquisas em parceria com comunidades e da formação de quadros comprometidos com a Amazônia, o Instituto consolidou-se como pilar na articulação entre universidade e sociedade. Muitos de nós, hoje docentes e pesquisadores, nos reconhecemos nessa trajetória e sabemos da importância dessa história.

Celebrar os **30 anos do INEAF** é celebrar também uma forma de fazer ciência e de estar na Amazônia: crítica, engajada e comprometida com a transformação social. Minha trajetória pessoal e profissional foi atravessada por essa construção coletiva e por essa aposta de futuro. Que possamos seguir adiante reafirmando o papel da universidade pública, a centralidade dos camponeses como protagonistas de sua ação política e a defesa de uma Amazônia viva, diversa e justa.

A "VELHA NOVA DA CASA" CHAMADA INEAF

José Sebastião Romano de Oliveira (Zezinho)⁴⁹

Minha relação com o INEAF é de amor incondicional. Parece romântico, mas se trata de uma relação de trabalho, determinação, resistência e resiliência. Na minha turma eu era um dos únicos que tinha vivência de campo literalmente, pois sou filho de agricultores familiares e sou agricultor.

Na verdade, essa relação com o INEAF começou em 2002, quando fiz a primeira tentativa de ingresso e fui reprovado em proficiência de língua estrangeira. Fiquei extremamente triste e chateado! Não entendia, naquele momento, porque estava reprovado em função de uma língua que não é a minha.

Em 2003 fiz novamente o processo seletivo e fui aprovado. No início tive dificuldade de me adaptar aos colegas e à própria estrutura do Mestrado. Foi um momento difícil no nível pessoal, financeiro e de trabalho.

Aos poucos fui me adaptando e adequando àquele lugar "estranho" com pessoas extremamente inteligentes falando palavras que às vezes eu tinha que recorrer aos dicionários (risos).

Também tive dificuldades na questão estrutural pessoal, pois, meu acesso à internet e ao computador eram somente na sala de computadores do próprio INEAF e tínhamos que gravar nossos trabalhos, relatórios, artigos e aulas em "disquetes".

⁴⁹ Agricultor e Doutor em Ciências Agrárias

Os seis primeiros meses foram cruciais, sem bolsa, toda semana viajava 500km e outras coisas que ao longo do processo consegui me "reinventar" e ao final do primeiro ano já era outra pessoa, adaptada, amadurecida e de fato um mestrando.

Os desafios não se encerraram ali. Após a qualificação do projeto tive que "refazer" o plano de trabalho para não ser desqualificado, pois minha proposta envolvia sistemas produtivos de pessoas "pobres" e, segundo a banca, não tinha relevância nem viabilidade econômica.

Nesse momento o meu orientador "comprou" a briga e pediu um prazo à banca de 60 dias para mostrar resultados que agradassem a avaliação da referida banca.

A partir de então, considero que foi o melhor momento vivido no INEAF. Fui para campo aplicar os questionários que possuíam 10 páginas cada um.

Mesmo com os poucos recursos financeiros disponíveis, visitei 178 famílias em 4 municípios diferentes que compunham o "Projeto PROAMBIENTE", andei de moto no escuro, de canoa no Rio Capim, peguei carona em caçamba cheia de pedras, de bicicleta, a pé... enfim uma verdadeira "aventura".

Ao retornar para Belém, o desafio foi sistematizar 1780 folhas dos questionários e em determinado momento 70% já realizados, faltou energia no prédio do INEAF e simplesmente perdi todo meu trabalho... chorei de raiva e reclamei com Deus, porém, pedi perdão, perdão e recomecei o trabalho. Feito isso, o próximo desafio era encontrar um programa estatístico que me desse os resultados

solicitados pela banca. Detalhe, não conhecia ninguém que pudesse ajudar.

Contudo, numa tarde de sexta feira conheci um "anjo", na verdade uma "Anja", professora de Estatística (uma história à parte) que voltara de seu doutorado da Alemanha e que tinha um programa diferente para experimentar.

Ajustado com o orientador, rodamos a proposta no Programa computacional e os resultados foram simplesmente fantásticos.

Meu projeto se tratava de "Identificar, localizar e mapear agricultores (as)" que sem nenhum apoio tecnológico por parte de instituições, aplicavam conceitos da Agroecologia sem nunca terem sentado num banco de Universidade, em seus quintais altamente diversificados. O projeto provou com dados estatísticos que os referidos quintais dos agricultores (que denominei de inovadores) eram sustentáveis em todas as dimensões: econômica, social, ecológica, ética, cultural, religiosa...

Ao defender o projeto, foi aprovado com excelência e a posteriori foi publicado na revista *Agroforestry Systems*. Ainda tem muitas histórias nos dois anos de Mestrado que precisaria de mais páginas (risos).

Por fim fica meu eterno agradecimento à "velha nova da Casa " chamada INEAF e na contemporaneidade em Irituia no meu Agroecossistema (Sítio Decolores) ao longo de anos tenho recebido alunos, professores que muito me orgulham. E onde quer que eu vá levarei o nome do INEAF como referência de pesquisa, inovação, sustentabilidade, credibilidade, respeito e amor aos agricultores e a Amazônia.

O CURSO DAZ COMO UM DIVISOR DE ÁGUAS

*Katia de Oliveira Cavalheiro*⁵⁰

Primeiro quero parabenizar a iniciativa deste apanhado de experiências, numa grande rede de ações interconectadas, que se materializa neste livro, aproximando nossos pensamentos e sentimentos de pertencimento, muito bom. Honrando os aprendizados e amizades para a Vida.

Era o ano de 1992, tinha acabado de concluir a graduação em engenharia florestal em Piracicaba, São Paulo, tinha vivido uma experiência de estágio de seis meses morando na Amazônia em 1990, após vindas rápidas. Para este estágio, trancara o curso de graduação - o que depois se chamou 'residência'. Mas nesta época foi trancando o curso mesmo, sem contar créditos, para buscar o aterramento de meus sonhos de realmente começar a conhecer a Amazônia. Consegui nesta época um estágio com pesquisa básica em Paragominas, então apelidada de 'Paragobalas'. Passei este período estudando a distribuição de raízes em solos profundos - até 9 metros de profundidade! comparando as diferenças entre pastagem, capoeira e

⁵⁰ Enga. Florestal; mestre em Estudos Latino-Americanos (2004) no Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade da Flórida, Gainesville, FL; Especialista em Geoprocessamento, Levantamento e Interpretação de Solos (concluinte em outubro de 2025), UNISOLOS, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agro-ambiental DAZ (1993) no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Engenheira Florestal (1991), pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Atualmente é assessora técnica no Ministério Público do Estado do Pará para a área ambiental.

floresta primária. Amei a experiência, mas não o suficiente para transformá-la em mestrado. Pois nesta época observava de um lado o estresse de outros pesquisadores lutando para isolar o fator humano de suas pesquisas científicas e de outro a vida real dos assessores técnicos do STTR de Paragominas – William Assis e Marcelo Carneiro quando, nos finais de semana nos igarapés do Uraim, conheci suas histórias de conflitos por terras e recursos naturais entre os vários que disputavam à força tudo isso, igual na música “Saga da Amazônia”, que me tocava tanto. E então decidi: preciso me qualificar para poder trabalhar com os agricultores familiares, populações tradicionais. Mas como? Onde? Já nasci e cresci fora da Amazônia, como aprendo a conhecer esta realidade e auxiliar de alguma forma?

Depois destes seis meses de muitos aprendizados e reflexões, voltei a Piracicaba para terminar o curso de graduação e não tive dúvidas, em janeiro de 1992, após a formatura, já estava em Belém, de mochila e cuia. Terminei de escrever o artigo científico sobre o trabalho em Paragominas, propuseram um mestrado no tema do artigo, recusei. Não foi para fazer pesquisa básica que vim pra Amazônia – nada contra, mas meu coração pedia outras coisas, tinha conhecido as comunidades seringueiras que depois criariam a RESEX Chico Mendes e sabia que queria trabalhar ao lado deles, mas me sentia uma técnica em floresta, em árvores, e sabia que as famílias esperavam muito mais de mim. E agora, como me qualificar para trabalhar com comunidades amazônicas? Foi aí que Delman Gonçalves me salvou: “você já ouviu falar do DAZ? É uma especialização da UFPA, multidisciplinar, que além da parte técnica agrícola e florestal, envolve antropologia, sociologia, economia, em pedagogia da alternância com famílias de

agricultores...” Minha cabeça saltou de alegria – é isso!!! Olha, disse ele, é um ano, acompanhando o ciclo agrícola das famílias da região de Marabá, tempo integral, mas tem uma bolsa, aplique!

E foi assim que participei da seleção, junto com meu grande amigo Westphalen Lobato, e ingressamos na segunda turma do curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental da Amazônia, DAZ, com sede à época no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA, da UFPA. E mergulhei. Fui entender o que era essa tal de pedagogia da alternância “ao contrário”, quer dizer, quem voltava para o interior depois das aulas na cidade eram os técnicos, para uma vivência de uma a três semanas com a mesma família ao longo de um ano – todos os relatórios e exercícios das aulas foram feitos com dados reais. Uma loucura, pois eram dados agrônômicos, zootécnicos, pedológicos, do manejo produtivo, da economia doméstica, dados fisionômicos e extrativos da floresta, econômicos e, melhor de tudo, a história da família e da comunidade, sua organização social e política, suas escolhas. E é claro tinha toda a vivência com os colegas e professores, especialmente em Marabá, nosso polo no Centro Agroambiental do Tocantins-Araguaia – CAT, um centro de formação sindical para agricultores familiares, formação no mais amplo sentido do conceito. E a praia do Tucunaré.

Minha família em Jacundá é um capítulo à parte desta história. Mãe Bia e pai Passinho, baianos-paraenses, que me acolheram como a uma filha. Família grande, tinham tanta paciência e carinho para minhas infinitas perguntas, que explicavam com sabedoria e verdade, foram meus maiores professores. Metade do lote era ainda floresta, e pai Passinho me explicando as semelhanças das espécies da Amazônia

com a Mata Atlântica, onde ele cresceu, no sul da Bahia. Para sempre moram em meu coração, como guardiões de uma vida em comunidade, integrados à natureza, com fé na vida. Gratidão eterna.

Este curso foi divisor de águas em minha vida, pessoal e profissional. No meio do curso, meu primeiro filho deu sinais de Vida, e terminamos o curso com um novo integrante, mesmo que ainda na barriga. E assim, o Pará me adotou, bota sentar raízes por aqui, o açai é forte, a chuva é boa. E as energias foram tão boas que na vida adulta meu filho gerado no DAZ escolheu cursar engenharia florestal na Ufra, seguindo sua profissão.

O que se seguiu com este aprendizado foi consequência, mestrado multidisciplinar com orientadora antropóloga, trabalhos com manejo comunitário nas Amazônias e nos últimos anos como assessora técnica no Ministério Público do Estado do Pará para a área ambiental. Gratidão INEAF, a cada coração que construiu tudo o que representam.

DO SONHO À REALIDADE, PASSANDO PELA VIVÊNCIA DIÁRIA

*Luciana Moreira dos Reis*⁵¹

Eu sempre sonhei em cursar mestrado no NEAF. Escrevo NEAF porque era um sonho antigo... Da época em que eu cursava agronomia na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), no período de 1999 a 2003.

Ingressei na FCAP em 1999 e, durante a graduação, participei de algumas atividades organizadas pelo então Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF). Identifiquei-me com os debates e discussões sobre a agricultura familiar, pois faziam mais sentido para mim, tinham mais relação com a minha história de vida, do que a formação convencional que eu estava recebendo enquanto discente de agronomia.

Nesse sentido, participei de vários eventos organizados pelo NEAF, conheci docentes do Programa, comprei livros e números especiais da Revista Agricultura Familiar, publicados pelo Centro Agropecuário. Ademais, tive aula na disciplina de Extensão Rural (FCAP) com dois discentes que estavam cursando mestrado no NEAF e faziam estágio de docência na referida disciplina. Cada vez mais, eu tinha certeza de que também queria cursar o mesmo mestrado.

O tempo passou, eu me formei em agronomia, o fluxo da vida me encaminhou para outras prioridades pessoais e profissionais...

⁵¹ Engenheira agrônoma. Especialista em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável
Mestra em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável.
Extensionista rural.

No ano de 2010 fui aprovada para cursar Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (carga horária de 460 horas), ofertado pela Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá, com apoio do Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins (LASAT) – vinculado ao NEAF. Foi um momento rico de estudo teórico, vivência e imersão na realidade, que contribuiu significativamente com a minha formação profissional. A monografia final teve como título “*A agroecologia nas instituições públicas de extensão rural: um olhar sobre a EMATER/PA – Regional Marabá*”.

Finalmente em 2015 eu participei da seleção para o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA do *agora* Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR). Fiquei extremamente feliz por ter sido aprovada, providenciei mudança de Marabá para Belém, para enfim tirar do papel aquele sonho antigo.

Fiquei mais feliz ainda quando recebi a confirmação de que o professor Gutemberg Armando Diniz Guerra seria o meu orientador acadêmico e que eu poderia desenvolver minha pesquisa estudando temas relacionados às mulheres e relações de gênero. Foram dois anos imersos nas disciplinas obrigatórias e optativas, pesquisa de campo e em vários eventos e atividades organizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (GPEM/UFGA), GT de Mulheres da ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, Seminários Angel – coordenado pela professora antropóloga Maria Angélica Motta-Maués, dentre outros.

Tudo o que eu estava aprendendo em cada uma das disciplinas estava contribuindo na construção da minha maturidade acadêmica e na construção da minha prática extensionista, uma vez que eu cursei o

mestrado liberada oficialmente pela Emater Pará, na qual sou concursada como engenheira agrônoma/extensionista rural.

Defendi minha dissertação na tarde do dia 14 de março de 2018. Na noite do mesmo dia, a vereadora carioca Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes foram assassinados. *“Empoderamento de mulheres no sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Marabá-PA”* é o título da dissertação. Dentre vários temas, dissertei sobre as formas de violência contra a mulher, dentre as quais a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral. Marielle foi vítima de violência política, racismo, misoginia. Sua luta transcendeu sua própria vida e morte física. Marielle é símbolo de resistência e inspiração para todas as mulheres (e homens que queiram somar conosco).

Um dos principais aprendizados do mestrado foi a relação construída com o meu orientador Gutemberg Guerra. Sou grata por sua competência, sabedoria e paciência, por compreender e respeitar o meu tempo, o que incluiu mergulhar nas minhas memórias familiares mais profundas.

Para finalizar minha homenagem pelos 30 anos do INEAF, registro a alegria por ter sido convidada pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares para compor a mesa de lançamento do livro de Emmanuel Wambergue intitulado *A Caminhada*, em 06 de dezembro de 2024. Foi uma honra participar desse momento histórico e presenciar o autor comentando sobre sua vivência, fonte de inspiração para todos(as) nós.

Parabéns a todas as pessoas que construíram o INEAF desde sua origem – incluindo aquelas que não estão mais aqui nesse plano – e parabéns a todas as pessoas que continuam construindo o Instituto

Amazônico de Agriculturas Familiares atualmente. Saibamos vivenciar diariamente as lições aprendidas!



Turma de Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (2011)



Sarau do NCADR (2016)



Com o meu orientador acadêmico
Gutemberg Guerra (2017)



Lançamento do livro do Emmanuel Wambergue (2024)

O INEAF É VANGUARDA COMO UNIDADE INTERDISCIPLINAR E NO APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR AMAZÔNICA

Luis Mauro Santos Silva⁵²

Há mais de 30 anos, uma ideia nova de formação me seduziu e me fez um migrante dentro do espaço amazônico. No ano de 1992 resolvo deixar Manaus, a minha cidade natal, para me tornar um paraense e docente-pesquisador na maior universidade da região norte - a Universidade Federal do Pará.

Tive a oportunidade de fazer parte do grupo de estudantes e profissionais das ciências agrárias que foram submetidos a um processo inovador de re-formação em contato direto e visceral com as agriculturas familiares paraenses.

Desde o final da década de 1980, um seletivo grupo de docentes-pesquisadores já construía parcerias Franco-brasileiras no sentido de marcar a formação acadêmica regional com uma vertente sistêmica para uma melhor compreensão das lógicas familiares de produção, no campo amazônico.

No ano de 1992, eu tive o privilégio de fazer parte da segunda turma do DAZ (Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental (DAZ/NAEA/UFPA) (Figura 1). O NEAF ainda não existia como unidade acadêmica na UFPA, mas estava em plena construção e

⁵² Agrônomo formado na UFAM; Doutor em Ciências, professor titular do INEAF/UFPA e Membro permanente da Academia Brasileira de Ciências Agronômicas (ABCA).

arregimentação de quadros para se estabelecer no campo acadêmico e da ação para o Desenvolvimento Regional.

Na verdade, os egressos do DAZ foram essenciais, tanto na consolidação do NEAF e seu dispositivo de P-F-D (Pesquisa - Formação - Desenvolvimento), quanto disponibilizar diversos profissionais “sistêmicos” para apoiar os inúmeros projetos e assessorias aos movimentos sociais do campo.

Em 1994, após a criação do NEAF, muita coisa foi realizada através do dispositivo P-F-D deste coletivo. Se investiu significativamente na interiorização do ensino, pesquisa e ação-desenvolvimento na maioria das regiões do estado do Pará. O NEAF criou equipes de P-D (Pesquisa - Desenvolvimento) como: LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins), LAET (Laboratório **Agroecológico** da Transamazônica), LABA (Laboratório **Agroecológico** do Baixo Amazonas) e LANEP (Laboratório **Agroecológico** do Nordeste Paraense), proporcionando um dos maiores investimentos na interiorização do apoio e fortalecimento da agricultura familiar paraense.

decisivas para a consolidação acadêmica desta unidade, bem como a garantia de redes de apoio e formação de muitos dos profissionais que compuseram ou ainda compõem o INEAF.

Dentre as atividades mais relevantes que pude contribuir no INEAF, considero que o envolvimento na criação e consolidação de novos projetos de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento (PFD) e projetos de ensino de graduação e pós-graduação, foi o mais relevante que fiz, ao longo de minha trajetória. É evidente que tais projetos não podem ser compreendidos sem os seus contextos políticos e socioambientais históricos, como também não se desvinculam das minhas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, pois só fazem sentido compreendidos na sua totalidade.

Considero o INEAF muito à frente do que podemos chamar de uma Unidade Acadêmica Interdisciplinar envolvida com demandas concretas da sociedade amazônica. Esse Instituto nunca se furtou ao compromisso de ousar, criando cursos que mais se aproximassem das aspirações do povo do campo, em seus mais diversos territórios, sem falar no ambiente plenamente acolhedor que o nosso INEAF oferece para a comunidade universitária e sociedade civil (Figura 2).



Figura 2 - Momentos no INEAF

Fonte: Acervo pessoal

Em síntese, o INEAF se tornou uma referência nacional e internacional quando o debate gira em torno da Amazônia e das agriculturas familiares.

Um tema muito pulsante que envolve o legado do INEAF é o da Agroecologia, pois mesmo antes de se iniciar este debate, já no início da década de 1990, este coletivo já desenvolvia ações de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento por meio de suas equipes que traziam em suas nominatas o termo e os princípios Agroecológicos (ver LAET, LABA e LANEP), como também já assumia o termo Agricultura Familiar como categoria socioproductiva. E mesmo quando decidiu não usar o termo Agroecologia, todas as ações do INEAF foram (e são) inspiradas e realizadas dentro de princípios fundantes da perspectiva Agroecológica.

Finalmente, é preciso afirmar que o projeto e o legado deste Instituto se mantiveram atuais e, ao mesmo tempo, um movimento de Vanguarda supra-acadêmico e uma lição para quem pretende implementar unidades acadêmicas interdisciplinares em compromisso concreto com a sociedade amazônica.

COLETIVO INTEGRADO UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

*Luiz Carlos Neves da Fonseca*⁵³

Eu, Luiz Carlos Neves da Fonseca, em comemoração aos trinta anos do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), rememoro meu encontro com o INEAF durante o processo seletivo para a formação da primeira turma do curso de Doutorado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (DAFDS - Turma 2019). Com minha aprovação no DAFDS, estabeleceu-se uma relação mútua de ensino e aprendizagem entre docentes e discentes, cuja centralidade está nas populações rurais amazônicas que vivem, cultivam, coletam e possuem integração com a natureza.

Para mim, o INEAF se apresentou como um coletivo integrado. Ao longo de 7 anos (2019 - 2025), compreendi a atuação profissional de cada docente e técnico-administrativo como o funcionamento de uma engrenagem que se movimenta, aproximando a universidade e a sociedade civil por meio de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em parceria com as famílias das comunidades rurais amazônicas tanto no campo quanto na academia.

Sobre essa relação mútua, explicarei com base em dois

⁵³ Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural da Amazônia, Graduado em Letras pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente da UFPA, mestre em Ciências Ambientais pelo Instituto de Geociências da UFPA. Doutor em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável pelo PPGAA do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA

momentos importantes, nos quais minha vida pessoal e profissional foi tecida diariamente com a trajetória do INEAF: i) Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/INEAF/UFPA) e ii) atuação profissional como Professor do Magistério Superior na Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES) do INEAF/UFPA.

i) Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/INEAF/UFPA)

Não posso deixar de abordar sobre a importância do corpo docente envolvido na elaboração da proposta de criação do curso de doutorado (PPGAA/INEAF/UFPA), os quais investiram seu tempo e seus conhecimentos até que o curso de doutorado se tornasse realidade. O futuro torna-se um presente melhor com profissionais responsáveis e dedicados a manter o barco em movimento e na direção da luz do farol que ilumina os modos de vidas das agriculturas camponesas familiares presentes nas florestas e nos rios amazônicos.

O meu doutoramento no PPGAA/INEAF/UFPA constituiu-se como um momento único, desafiador e importante ao permitir a consolidação, o aprofundamento e a superação de desafios. No segundo ano de doutorado (2020), houve um acontecimento histórico que marcou a humanidade. Houve o surgimento da Covid-19: doença infecciosa causada pelo vírus Sars- CoV-2 e caracterizada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nesse contexto, o mundo deparou-se com momentos adversos e delicados que trouxeram incertezas sobre a continuidade da vida e exigiram um conjunto de medidas sanitárias, como: distanciamento social (*lockdown*), uso de máscaras e de álcool em gel, restrição à

circulação de pessoas e suspensão de atividades e serviços cotidianos durante a primeira onda de Covid-19 no mês de março de 2020.

O avanço da cobertura vacinal contra a Covid-19 e a oferta diferentes fases da vacinação (primeira, segunda, terceira, quarta dose etc.), ao longo do ano de 2021, lançavam luz e esperança ao modelo tradicional da vida em sociedade: presencialmente. Assim, gradativamente, caminhava-se em direção à saída da pandemia da Covid-19.

Nesse período, remotamente, o professor Luis Mauro Santos Silva, meu orientador do doutorado, estimulou a realização de reuniões online do grupo de pesquisa “Agriculturas familiares amazônicas e o enfoque agroecológico (APOENA)”, envolvendo seus orientandos de graduação (Pibic e Pibex) e de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Dessa forma, houve um resgate do ambiente coletivo de construção do conhecimento e da motivação recíproca entre os membros do grupo. Por meio da solidariedade, continuamos juntos em nossas caminhadas pessoais e acadêmicas.

Após a pandemia, o cenário gradativo de reabertura permitiu a retomada do questionamento inicial de minha pesquisa de Tese pautado na compreensão de elementos constitutivos da agricultura familiar na Amazônia Paraense. Para tanto, os momentos de orientação com o professor Luis Mauro tornaram-se momentos de ensino e aprendizagem sobre as agriculturas familiares, com produção em pequena escala, diversificada e saudável, que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o qual atribui princípios da indústria à agricultura (agroindustrial) e ocasiona conflitos, tensões e impactos negativos no campo.

A realização da pesquisa de campo, com representantes das agriculturas familiares (de organizações coletivas e instituições públicas) em diferentes territórios do Pará, foi fundamental para tratar da complexidade no campo e atribuir visibilidade aos grupos sociais, atividades produtivas e demandas da agricultura familiar amazônica com intuito de que as Políticas Públicas sejam formuladas em sintonia com a materialização da vida das famílias agricultoras. Destaco que minha Tese de doutorado com o título: A Agricultura Familiar na Amazônia Paraense: a formação socioprodutiva, as demandas do campo e a formulação de políticas públicas foi defendida e aprovada no ano de 2023, tornando-me o primeiro Doutor em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo PPGAA/INEAF/UFGA. Esse fato me orgulha e estimula a seguir com minha atuação dedicada às populações rurais do território amazônico onde nasci e me forme em nível de graduação e pós-graduação.

ii) Atuação como Professor do Magistério Superior da FACDES/INEAF/UFGA

No ano de 2023, fui aprovado no processo seletivo simplificado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) para contratação como Professor do Magistério Superior (Substituto) no tema “Diagnósticos de manejos produtivos agrícolas em agroecossistemas familiares. Funcionamento do Estabelecimento Agrícola; Estudo dos Sistemas Agrários; Adaptação, trajetórias e planejamento de sistemas de produção; Relações Sociedade Natureza”.

Essa importante aprovação marcou o início de minha trajetória

profissional como docente no Magistério Superior no curso em Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR) da FACDES/INEAF/UFPA. Essa experiência oportunizou-me um posicionamento em sala de aula como facilitador no processo de ensino e aprendizagem entre professor e os(as) discentes da graduação, buscando abordar a(s) agricultura(s) familiar(es) e desenvolvimento rural com base no enfoque sistêmico.

Motivado pela dedicação e responsabilidade com o trabalho diante das demandas a cada período letivo, ministrei várias disciplinas em turmas do curso BDR da FACDES/INEAF/UFPA (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023), geralmente, aquelas disciplinas entre o 5º e 9º período. Tive a honra de ser escolhido pelos discentes/formandos da Turma 2019 como o professor homenageado (Figura 1). Esse momento está, certamente, entre os momentos felizes de minha vida. Ele começou, anteriormente, quando construí diariamente um caminho trilhado com passos firmes, foco na formação cidadã e profissional dos(as) estudantes e na busca pela melhoria da qualidade de vida de comunidades rurais amazônicas.

Figura 1 – Colação de grau da Turma BDR 2019.



Também, acompanhei as atividades de campo da Turma 2022 do curso de graduação em BDR durante a Vivência III (Figura 2) na Comunidade Santa Luzia na Forquilha, município de Tomé-açu - Pará (Professora Responsável: Soraya Carvalho) em setembro de 2024.

Figura 2 - Viagem de campo com a Turma BDR 2022 (5º semestre) para a vivência III na Comunidade Santa Luzia, no município de Tomé-açu - Pará.



Esse momento me marcou, pois eu fazia parte do corpo docente do INEAF, a casa que me formou. Eu contribuí para integração e diálogo entre a Universidade (docentes e discentes), representantes do

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), do Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e instituições públicas (ADEPARÁ, SEMED, EMATER, SEMAGRI).

Desse modo, foi possível a construção do debate sobre o Desenvolvimento Rural e as transformações socioambientais no campo: período de seca prolongado, saída da juventude do campo, organização rural, tipologias (Consórcios - açaí e cacau -, dendê, pimenta do reino, pastagem), comercialização, histórico da comunidade (cametaenses e cearenses), educação etc.

Portanto, nesta jornada como facilitador no processo de ensino e aprendizagem dos(as) discentes, contribui de modo muito feliz e responsável para a formação do(a) Bacharel em Desenvolvimento Rural, evidenciando que a organização, o funcionamento e as interrelações das agriculturas amazônicas variam no tempo e no espaço, de modo que é necessário e urgente não somente evitar um modelo único e exógeno de desenvolvimento, gerador de impactos socioambientais e alterações climáticas, mas também enfatizar o desenvolvimento rural territorial e sustentável no campo amazônico.

PARABÉNS AO INEAF PELOS SEUS 30 ANOS!

*Luke Parry*⁵⁴

Os aniversários são sempre importantes, mas quantos reivindicam tal importância como o INEAF completando os seus primeiros 30 anos de existência? Minhas conexões com o INEAF e seus funcionários, alun@s e protagonistas começou apenas em 2022, embora meu envolvimento com outros departamentos da UFPA tenha começado em 2010. Nestes poucos anos desde 2022, simplesmente fiquei maravilhado com a bela e justa missão e ações do INEAF. E em particular, o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Tive o privilégio de colaborar com os organizadores do PPG, fazer pesquisas, colaborações com colegas do INEAF e dar aulas na disciplina “Teorias do Desenvolvimento” durante meu período sabático de pesquisa fora da Universidade de Lancaster em 2023 e 2024. Tenho pensado muito no INEAF desde então. Muito raramente na minha vida profissional tive a oportunidade de encontrar um grupo de profissionais e alunos dedicados que compartilham um foco singular; trabalhando na busca de produção agrícola ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente aceita. O compromisso social e político de vocês com a Amazônia é extremamente admirável e importante. O INEAF representa, para mim, exatamente o que uma universidade pública deve ser em termos de como funciona e por que faz o que faz. Parabéns. Desejo a todos os membros do INEAF muita sorte nos próximos passos.

⁵⁴ Professor de Geografia Humana, Lancaster University, Reino Unido

Vocês podem contar com minha colaboração e apoio e espero sinceramente que um dia possa compartilhar mais dessa jornada com vocês em Belém do Pará.

Abraços,

Luke Parry

O INEAF FOI PIONEIRO NO DEBATE SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS PELA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA

Manuel Amaral Neto⁵⁵

O INEAF exerce papel importante em minha trajetória pessoal e profissional, nos últimos 30 anos. Conheci o Instituto quando estava concluindo o curso de agronomia da antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Tratava-se de uma proposta inovadora de aprofundar leitura sobre as agriculturas familiares amazônicas e refletir sobre suas estratégias de reprodução social em diferentes territórios na região.

A materialidade dessa proposta de formação teve a percepção de um caráter revolucionário para um jovem estudante universitário. O grande diferencial era seu aspecto interdisciplinar em uma proposta metodológica enraizada na problemática de grupos sociais que até então estavam às margens das formulações acadêmicas e das proposições de políticas públicas.

Após uma curta experiência profissional no início da carreira, fiz um sabático na Costa Rica, no Centro Agronómico Tropical de Investigación e Enseñanza - CAITE. Lá, conheci Socorro Ferreira, pesquisadora do CPATU-EMBRAPA, que me falou de um edital de seleção para o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT) em Marabá, sudeste do Pará. A EMBRAPA estava envolvida em um projeto que discutia a possibilidade de manejo florestal por colonos em região de fronteira. Esse tema me fascinou, dada a convivência no

⁵⁵ Coordenador Executivo do Instituto Internacional de Educação do Brasil

CATIE com colegas que trabalhavam com iniciativas semelhantes nas Américas. Sua aplicabilidade na Amazônia brasileira poderia trazer um grande diferencial em termos de geração de renda e conservação para o segmento da agricultura familiar.

Ao retornar da Costa Rica, em outubro de 1996, participei do processo seletivo do LASAT. Cabe destacar o aspecto inovador para a época. Após uma análise curricular e entrevistas, foi organizada uma missão de campo entre os finalistas. A viagem previa diálogos com a equipe de pesquisadores problematizando sobre o tema de manejo florestal em comunidades, além do deslocamento a uma comunidade envolvida no projeto. Estava concorrendo com outros três candidatos (dois homens e uma mulher) oriundos da ESALQ e esse processo proporcionou um intercâmbio de conhecimentos tão formidável que o processo em si já valeria a pena como uma grande experiência.

Tive o privilégio de ser selecionado. Além do desafio temático o trabalho envolvia outras dimensões pessoais para um recém-formado e recém-casado, de morar em um território demarcado pela existência de grandes projetos de mineração, expansão do agronegócio e de forte presença camponesa. Esses ingredientes impulsionavam violentos conflitos na luta pela terra: a região era conhecida como “Marabala”.

A morada em Marabá foi a mais intensa experiência de vida. Além de um grande amadurecimento pessoal, construí fortes laços de amizade que perduram até os dias de hoje. Além disso, adquiri referências acadêmicas que demarcaram minha trajetória profissional, sobretudo, na temática de gestão de recursos naturais com ênfase no manejo florestal comunitário e familiar.

Em Marabá, juntei-me a um seleto grupo de pesquisadores que supervisionava os estágios de campo dos alunos do curso de Especialização em Agriculturas Familiares e, também, estudava a dinâmica da agricultura familiar, através de um dispositivo de pesquisa-ação-desenvolvimento em diferentes territórios no Estado do Pará, nas regiões de Marabá, Altamira e Monte Alegre. Basicamente, a linha de pesquisa em que me envolvi estava dedicada a refletir sobre a importância da floresta para a sustentabilidade dos sistemas de produção praticados pelas famílias. Em uma das ações do projeto buscávamos construir referenciais técnicos e metodológicos e desenvolver atividades de manejo florestal como alternativa de conservação ambiental com geração de renda para as famílias.

Tratava-se de uma proposta inovadora no contexto amazônico. Curiosamente, em uma das mais importantes regiões de florestas tropicais sob domínio de comunidades do planeta, todo referencial técnico e acadêmico sob perspectiva de manejo é orientado para o modelo empresarial. Ademais, o trabalho dos pesquisadores e pesquisadoras do LASAT tinha o desafio de convencer as famílias e suas organizações dessa modalidade de manejo e, ainda, dialogar com setores da academia (EMBRAPA, depois Imazon) de adaptar sistemas de manejo florestal na escala comunitária. Diante disso restaria, ainda, o licenciamento dessa atividade pelos órgãos de fiscalização e controle ambiental diante da mais absoluta inexistência de normativas legais. Mesmo assim, aprovou-se o primeiro plano de manejo florestal para colonos pelo IBAMA no Pará.

O trabalho ganhou relevância para as famílias envolvidas e referência diante de outras iniciativas semelhantes que estavam sendo

implementadas na época. O LASAT participou ativamente do processo de articulação interinstitucional liderado por outras organizações, como o IEB, que estruturou o arcabouço legal a elaboração de políticas públicas para o manejo florestal comunitário e familiar na Amazônia brasileira.

Essa experiência foi refletida em meu mestrado no INEAF e até hoje faz parte da agenda de trabalho que desenvolvo profissionalmente no Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB. Atualmente, sigo colaborando com intervenções pontuais nos cursos de graduação e mestrado do Instituto e em vias de celebração de um Termo de Cooperação Institucional para impulsionar a agenda da agricultura familiar na região, bem como fortalecer a formação sobre o tema.

CAMPONÊS, ASSENTADO, EXTENSIONISTA, EDUCADOR E PESQUISADOR

*Manuel Fábio Matos Barros*⁵⁶

Eu sou Manuel Fábio Barros, camponês e assentado da reforma agrária. Minha trajetória acadêmica e profissional foi construída em diálogo permanente com a realidade do campo, os povos camponeses e as políticas públicas que buscam garantir desenvolvimento, justiça social e dignidade para as famílias rurais.

Em 1998, ingressei na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Campus de Altamira, no curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias, vinculado ao NEAF e ao Centro Agropecuário. Essa formação foi determinante para a construção do meu olhar sobre o desenvolvimento rural, pois se tratava de um curso com currículo pensado para formar profissionais comprometidos com a agricultura familiar e com a transformação social no campo. O NEAF e o Centro Agropecuário não apenas transmitiam conteúdos técnicos, mas também reafirmavam a importância da agricultura camponesa, do cooperativismo e da extensão como pilares para a construção de alternativas sustentáveis e emancipatórias. Essa base acadêmica se tornou o alicerce de toda a minha trajetória posterior, ao longo dos 25 anos de atuação profissional que se seguiram. Formei-me em 2001, integrando a segunda turma do curso.

⁵⁶ Doutorando em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (IFPA); Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (IFPA, 2015); Especialização em Economia (FIJ, 2013); Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Práticas Pedagógicas (IFPA, 2013). Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Agrárias (UFPA, 2001).

Logo após a graduação, atuei como professor e gestor da Escola Família Agrícola de Marabá (EFA), instituição marcada pela metodologia da alternância pedagógica. Foi nessa experiência que aprofundei a compreensão sobre a centralidade da família e da propriedade camponesa no processo educativo, bem como a importância de uma formação que dialoga diretamente com a realidade concreta dos alunos. A alternância mostrou-me que a escola do campo não pode estar dissociada do território, da vida e da produção das famílias rurais.

Em seguida, fui convidado a integrar a Cooperativa de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Copserviços, onde atuei como extensionista por aproximadamente nove anos. A cooperativa, referência regional, desenvolveu ações em cerca de vinte municípios, atendendo mais de 15 mil famílias assentadas da reforma agrária. Nesse período, participei da elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA), além da formulação, implantação e acompanhamento de projetos de financiamento voltados à agricultura familiar. Foi nesse trabalho de base, construído a partir da pesquisa participativa e da escuta comunitária, que compreendi plenamente a importância do papel do extensionista como mediador de saberes, articulador social e agente fundamental na execução de políticas públicas.

O extensionista, ao planejar ações junto às comunidades, não apenas organiza projetos técnicos, mas contribui para que a política pública chegue de maneira eficiente, proporcionando desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural. Minha

atuação nesse campo consolidou a certeza de que as famílias camponesas devem ser vistas como sujeitos ativos de sua própria história, protagonistas de processos que unem tradição, inovação e resistência.

No ano de 2009, ingressei como professor substituto no Instituto Federal do Pará (IFPA) e, em 2010, fui aprovado no concurso público para professor efetivo, passando a atuar no Campus Rural de Marabá. Esse campus tem como princípios orientadores a educação do campo, a agroecologia, o cooperativismo, o associativismo e a alternância pedagógica - valores que dialogam diretamente com minha trajetória. Ao longo desses anos, atuei como professor, pesquisador e extensionista, além de ter exercido funções de gestão, como Diretor de Extensão, Diretor de Assistência Estudantil e Diretor Geral.

Minha trajetória acadêmica também avançou para a pós-graduação. Em 2013, ingressei no Mestrado, com o objetivo de aprofundar meus estudos sobre cooperativismo e desenvolvimento rural. Uma década depois, em 2023, iniciei o Doutorado, no qual continuo pesquisando e propondo reflexões e caminhos para o fortalecimento do cooperativismo camponês no sudeste do Pará. Essa produção acadêmica complementa minha prática cotidiana, sempre comprometida com a construção de alternativas para a agricultura familiar, o associativismo e as cooperativas, compreendidos como instrumentos de resistência, organização e emancipação social.

Hoje, olhando para minha trajetória, percebo que o eixo que a atravessa é o papel do extensionista e do educador do campo. Desde a formação em Ciências Agrárias promovida pelo NEAF e o Centro

Agropecuário da UFPA até as pesquisas no Doutorado, passando pela atuação nas EFAs, na Copserviços e no IFPA, tenho buscado reafirmar a importância de práticas educativas e extensionistas que reconheçam a diversidade do campo e sua riqueza cultural, social e produtiva. Meu compromisso é com uma educação que se faz “do e para os povos do campo”, fundamentada na escuta, na participação e na valorização da agricultura camponesa como elemento central para o desenvolvimento sustentável e solidário.

Assim, minha biografia é também a história de um percurso coletivo, construído junto às famílias assentadas, cooperativas, escolas do campo e instituições de ensino e pesquisa. Sou camponês e assentado, mas também extensionista, educador e pesquisador comprometido com o fortalecimento das políticas públicas e com a luta por um campo vivo, organizado e protagonista de seu próprio futuro.

LEMBRANÇAS DE ANTES DO INEAF EXISTIR

Márcia Muchagata⁵⁷

Em 1990 fui a Conceição do Araguaia apoiar na realização de um curso de solos para agricultores, organizado pela Comissão Pastoral da Terra e ministrado pelo professor Alain Ruellan, então um eminente pesquisador e professor francês, que já tinha coordenado algumas instituições e que era amigo de muitos brasileiros. Lá conheci Emmanuel Wambergue e Vincent de Reynal. Mano, como é conhecido, já tinha muitos anos de atuação no sudeste paraense e Vincent era recém-chegado. Os dois me falaram com empolgação de um projeto que estava começando, com a participação da Universidade Federal do Pará, por meio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), quatro sindicatos de trabalhadores rurais da região de Marabá, a cooperação francesa e alguns outros parceiros.

Nesse tempo a região de Marabá ainda tinha 70% de mata (em comparação com os talvez menos de 30% que tem hoje). Nos anos anteriores a luta pela terra tinha sido intensa e uma ação do governo levou à desapropriação de castanhais e fazendas, deixando a terra para seus ocupantes, mas sem qualquer outro tipo de apoio. As estradas eram péssimas ou não existiam, havia muita malária em diversas

⁵⁷ Ph.D. em Estudos do Desenvolvimento pela University of East Anglia, com mestrado em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela mesma universidade. Engenheira Agrônoma pela ESALQ/USP, tem atuação de caráter interdisciplinar, com particular interesse em temas relacionados às interfaces entre segurança alimentar e meio ambiente. Trabalhou no Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins de 1991 a 1998. Desde 2004 é membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, desenvolvendo atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e atualmente é Gerente de Projetos na Secretaria de Segurança Alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social.

comunidades e as famílias se viravam do jeito que dava. A proposta do projeto era apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar daquela região.

Imediatamente me empolguei com a ideia e em janeiro de 1991 me juntei a este lindo projeto, o Centro Agroambiental do Tocantins, com seus dois braços, a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA), que reunia os sindicatos, e o Laboratório Socioambiental do Tocantins, o LASAT, responsável pelas ações de pesquisa em apoio aos agricultores e sindicatos. Jean Hébette, já então um respeitado professor do NAEA, e seu Almir Ferreira Barros, aguerrido e sábio sindicalista, eram as duas lideranças por trás da criação do CAT.

No LASAT fazíamos pesquisas em diversas áreas, como ações-teste de comercialização de produtos como castanha e arroz, análise das trajetórias dos agricultores e estabelecimentos, estudos em etnobotânica e etnopedologia, com metodologias muito inovadoras para a época, entre outras. As experiências do CAT e do LASAT foram reproduzidas, considerando contextos específicos, em Altamira e no Baixo Amazonas, essa de duração bem mais curta. Desde o início, o plano era realizar ações de formação, como parte do tripé pesquisa-formação-desenvolvimento, mas a escassez de jovens profissionais com compreensão mínima das particularidades da agricultura familiar que pudessem atuar conosco nos fez apressar o processo de formação.

A partir do CAT criamos o Curso de Especialização em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia - DAZ, um curso que alternava períodos de formação em Belém com trabalhos em campo, na casa dos agricultores, em cinco períodos de duas a três semanas. O curso era baseado no NAEA e além

da equipe do LASAT, tinha apoio de professores da então faculdade de agronomia do Pará, a FCAP, como Antônio Cardoso e Paulo Martins, de pesquisadores da EMBRAPA, como Tatiana Deane de Abreu Sá, assim como alguns pesquisadores franceses. Na época, por volta de 1993, essa proposta era absolutamente inovadora, com tempo de especialização considerado elevado - um ano - e era também uma proposta relativamente cara, que envolvia deslocamentos e toda uma logística. Desenvolver o curso foi objeto de muitas discussões e de superação de vários obstáculos

Tive vários papéis nessas duas primeiras turmas do DAZ. Apoio e acompanhamento dos estabelecimentos que iriam receber os estudantes, orientação dos trabalhos de campo, apoio na revisão dos trabalhos, tradução de material didático e fui responsável pela disciplina final do curso, pesquisa-desenvolvimento. Esse foi um grande desafio, pois na época praticamente não existia literatura disponível e tudo precisava ser traduzido e adaptado ao contexto da agricultura familiar amazônica. Mais tarde, saí para fazer um mestrado, depois um doutorado e principalmente por questões pessoais, só participei como professora novamente em uma edição do mestrado, que foi criado a partir do DAZ, e atuei em algumas bancas e orientações.

Esse trabalho de formação realizado no DAZ se desdobrou em outros arranjos institucionais, o NEAF, o Centro Agropecuário e agora o INEAF, que não mais acompanhei em proximidade. Ainda assim, o trabalho investido na formação por meio do DAZ é um dos que rendeu mais frutos. É uma alegria que vários dos meus primeiros alunos hoje sejam professores do INEAF, que eu encontre gente formada pelo

INEAF em diferentes regiões da Amazônia e que me reconheçam por terem lido alguns textos e traduções. O que me marca muito é ouvir dos estudantes daquele período o quão transformador foi a experiência e quanto o curso foi crucial para o trabalho que realizam em diferentes frentes.

Atualmente, o trabalho realizado pelo INEAF continua tendo um olhar e uma qualidade que não existem em outras regiões do país, com uma ligação forte com os movimentos sociais, com muito respeito ao saber dos agricultores. A compreensão inicial, da importância de conviver e compreender a lógica dos agricultores, as limitações e oportunidades de cada comunidade, continuam presentes e é um dos seus principais trunfos. Em função de todo esse investimento, o trabalho do INEAF sempre é considerado referência quando se discute formação em agricultura familiar e desenvolvimento sustentável.

Desejo vida longa ao INEAF!

IMERSÃO AMAZÔNICA E TRANSDISCIPLINARIEDADE

*Marcos Antônio Leite da Silva*⁵⁸

Minha história como cidadão paraense, docente do IFPA na educação do campo e agroecologia, começa em 1996 quando vim do Rio do Janeiro onde tinha terminado Licenciatura em Ciências Agrícolas na UFRRJ, selecionado para cursar a Especialização em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável no NEAF.

Foi um ano indo e vindo de Monte Alegre. Foi meu primeiro ano de imersão na realidade amazônica. Um marco na minha formação geral porque me trouxe elementos educativos que ainda não tinha experimentado. Aulas contextualizadas e imersão na realidade.

Após a imersão na realidade dos agricultores familiares da Gleba Nova Altamira do município de Monte Alegre, voltava pra Belém pra ter aulas que problematizavam aquela realidade defrontada.

Avalio que foi uma transdisciplinaridade alcançada com as disciplinas de Diagnóstico Agrônomo, Diagnóstico Zootécnico, Funcionamento do Estabelecimento e Economia do Estabelecimento. Em cada uma dessas disciplinas foram produzidos portfólios que se encontram hoje na biblioteca setorial do Centro Agropecuário.

O NEAF me proporcionou uma formação profissional voltada para as bases da agricultura familiar, me preparou para a vida com outras possibilidades, com outros olhares e perspectivas. Diagnóstico e pesquisa-ação, conhecimento tradicional, engajamento social e participação.

⁵⁸ Doutor em Fitotecnia. Campus Rural de Marabá – IFPA. Egresso do DAZ/INEAF/UFPA.

CAMINHOS FORMATIVOS: AS CONTRIBUIÇÕES DO INEAF NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE UMA JOVEM PESQUISADORA

Maria Grings Batista⁵⁹

Venho brevemente contar um pouco da minha trajetória formativa, como filha de migrantes gaúchos e nordestinos, chegados à Amazônia na década de 1970, em busca do sonho da terra própria e de melhores condições de vida. Nesta trajetória, anos mais tarde, também passo a ser migrante, agora em caminho inverso, na busca por formação acadêmica.

Peço licença, inicialmente, para contar um pouco da minha história e vínculo com a região onde nasci e cresci. Minha família materna chegou na região da Transamazônica nos idos anos de 1972, para serem colonos, como assim se autodenominavam. Após 30 dias de viagem, desbravando as estradas de sul a norte do Brasil, pai, mãe e 5 filhos (dentre eles minha mãe), chegaram no Km 156, seguindo a BR 230 após o município de Altamira. Muitas histórias vividas e contadas nesta jornada de chegada e de estabelecimento em uma região ainda pouco explorada, exuberante em recursos e belezas, mas carente em infraestruturas básicas, como estradas, postos de saúde, hospitais, energia elétrica e escolas! Nesta perspectiva, pensando no âmbito da educação, com as famílias constituídas e os filhos nascidos, apenas 1 dos irmãos seguiu na vida de agricultor familiar, meu tio, que ainda hoje vive no mesmo lote, do trabalho e na lida com a terra. Os

⁵⁹ Engenheira Agrônoma, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo PPGAA/INEAF/UFGA. Docente do Instituto Federal do Pará/Castanhal.

demais filhos seguiram por outros rumos, virando professores e dando início à primeira escola na então Agrovila do km 180. No entorno da escola que, por alguns anos, foi a casa onde minha mãe residiu, muitas famílias se chegam e se achegam, para garantir educação básica para as crianças nascidas ali. A partir da escola, às margens da então e, ainda hoje, empoeirada BR 230, no ano de 1988, o município de Uruará conquista sua emancipação política. E foi aí onde vivi desde o nascimento, cresci e estudei nas escolas públicas do município.

Em família de professores fui incentivada a continuar estudando após o término do segundo grau, com o sonho de fazer uma graduação. As oportunidades para acesso à universidade na época eram poucas e, em Uruará, não seria possível. Mas tínhamos um pequeno Campus Universitário da Universidade Federal do Pará - UFPA, em Altamira. No ano em que prestei vestibular estava iniciando a oferta do curso de Agronomia, derivado do curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias. Me inscrevi, fiz a prova e passei! Fiz parte da primeira turma de agronomia, turma de 2001 do Campus da UFPA de Altamira (imagem 01). Assim inicia minha história como, agora também, migrante e é, assim também, que o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF, começa a fazer parte da minha trajetória.



Imagem 01 - Turma de agronomia 2001, UFPA Campus Altamira 2001 - 2006;



Imagem 02 - Turma de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável 2007-2009;

Uma jovem do interior, na “capital” regional Altamira, cursando agronomia. Mas, não um curso qualquer de agronomia, um curso com enfoque na agricultura familiar e pensado pelo então Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - NEAF. Um currículo com disciplinas da abordagem sistêmica para o estudo de sistemas agrários e 3 estágios de vivência em comunidades rurais da

região. Um curso que abriu horizontes e possibilidades e que iria ser um fio condutor para toda minha trajetória, acadêmica e profissional, a partir dali algo que, até então, eu não poderia saber.

Em meu trabalho de conclusão de curso discuti assistência técnica e extensão rural - ATER, no município de Pacajá, sob a orientação do professor Iran Veiga, membro do NEAF, que incentivou a me inscrever no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Naquele momento eu também não poderia, ainda, saber que a ATER seria uma temática para sempre inserida em minha vida profissional, sendo a principal disciplina que ministro hoje no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA - Campus Castanhal.

Cursei o mestrado do então NEAF, no período de 2007 a 2009, migrando, mais uma vez, agora para a Capital Belém, tendo a honra e oportunidade de ser orientanda da Professora/Pesquisadora da EMBRAPA, Dalva Mota. Foi aqui que adentrei em temáticas de cunho mais sociológico como a divisão social do trabalho familiar entre agricultores familiares, a socialização para o trabalho das crianças, o papel e a importância do trabalho da mulher do campo. Novas possibilidade e caminhos.

Quando entrei no IFPA - Castanhal como docente, em 2010, pude contribuir na construção do curso de agronomia, curso este que foi fortemente influenciado pela proposta curricular do curso de agronomia pensado pelo NEAF, que cursei.

Como uma vez eu ouvi, hoje digo aos estudantes de agronomia: “sim, a agricultura familiar é a melhor opção para se alcançar um desenvolvimento rural justo, sustentável, que garante a segurança e

soberania alimentar no nosso país”; “sim, temos que caminhar para a superação de uma visão de mundo cartesiana, mecanicista, produtivista”; “sim, a abordagem sistêmica é uma opção para pensarmos em uma ciência holística, superando um modo de pensar linear e fragmentado para um modo de pensar integrado, interconectado, essencial para superar os desafios contemporâneos.” E sim, ainda temos resistência na compreensão destes conceitos entre estudantes e colegas profissionais, porém seguimos disseminando o que aprendemos e o que acreditamos.

Posso dizer, seguramente, que o INEAF ajudou a construir minha concepção de mundo, influenciou nas escolhas acadêmicas e profissionais que fiz e nos caminhos que trilhei. Continua sendo uma forte referência regional na formação de quadros profissionais para trabalhar na Amazônia, na construção de conhecimento científico relevante, no trabalho participativo junto aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Continua atuando na missão de abrir horizontes para jovens pesquisadores, muitos vindos do interior, como eu e tantos outros, influenciando vidas e construindo pessoas melhores.

INEAF: COMPROMISSO CRÍTICO E COERENTE COM O CAMPEPINATO

Maurício Gonsalves Torres⁶⁰

Celebrar os 30 anos do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) em um momento de acirramento da ofensiva do capital sobre os territórios amazônicos não é mero protocolo. É, antes de tudo, oportunidade para analisar a pertinência histórica de uma instituição que ousou construir e sustentar um claro compromisso de classe.

A Amazônia não é um espaço vazio. É território densamente povoado por significativa diversidade social – povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, colonos e outra miríade de grupos camponeses – cuja lógica de reprodução se choca frontalmente com a dinâmica expansionista do agronegócio, da mineração e dos grandes projetos. Esse não é um conflito entre o “moderno” e o “atrasado”, mas um antagonismo de classe fundamental: de um lado, a acumulação ilimitada que mercantiliza a natureza; de outro, a defesa da terra como espaço de trabalho, cultura e reprodução da vida.

Nesse cenário de antagonismos, a neutralidade acadêmica é uma ficção que, na prática, serve aos interesses do poder dominante. É precisamente aqui que reside, talvez, a maior virtude do INEAF. Ao eleger a "agricultura familiar" em seu nome, o Instituto já demarca um campo e um ângulo para sua observação e ação acadêmica. E sua

⁶⁰ Mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Há mais de 20 anos, atua como perito ad hoc do Ministério Público Federal (MPF) e, desde 2018, é professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA).

práxis transcende essa designação. No cotidiano de suas pesquisas e salas de aula, o sujeito que emerge é o campesinato em seu sentido mais denso: não apenas como tipo produtivo, mas como ator histórico na luta pela terra e pela resistência à expropriação.

Tal compromisso materializou-se em uma convergência notável: uma heterogeneidade de práxis teóricas e metodológicas — da agroecologia à análise da violência no campo, da etnografia à economia política — unidas por um horizonte político comum: o fortalecimento do campesinato e dos povos da floresta. O INEAF tem claro que seu papel não era falar por esses sujeitos sociais, mas construir, com eles, os aportes analíticos e técnicos para a sua luta.

Nesse sentido, o Instituto materializa uma lição fundamental, tão bem articulada por José de Sousa Martins: “é possível e necessário ser crítico mesmo sendo parcial”. O alinhamento à luta de camponeses não significa abandonar o rigor científico; significa, ao contrário, direcionar suas ferramentas para a desnaturalização das injustiças. A recusa da neutralidade é a condição de possibilidade para um conhecimento que sirva à emancipação. Nada mais coerente a se praticar em uma universidade *pública*.

Os desafios para os próximos 30 anos são ainda mais agudos. A pertinência histórica do INEAF dependerá de sua capacidade de não apenas manter, mas aprofundar o compromisso que o definiu. Celebrar o Instituto é, portanto, reafirmar que o conhecimento só ganha sentido quando se torna força material na transformação da realidade. Que os próximos anos sirvam, acima de tudo, para renovar esse compromisso.

O MOVIMENTO INEAF, ACOLHIMENTO, CONSTRUÇÃO SOCIAL E RETORNO

*Moacir José Moraes Pereira*⁶¹

Estava eu recém concursado na Universidade Federal do Pará - UFPA, como técnico administrativo. Quando da minha recepção na UFPA lembro de pedirem um mini currículo e ter tido uma rápida conversa com o setor de pessoal da UFPA para verificar o perfil do novo servidor e distribuir nas demandas da Universidade. Eis que, o responsável pela distribuição de novos servidores, Homero, me falou: Pelo que você me conta de suas aptidões, seu perfil e seu currículo, você se enquadra no NCADR (atual INEAF). Até hoje agradeço! Que feliz escolha!

No ano de 2012, fui recebido em 28 de fevereiro na sala da direção do então Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - NCADR. Primeiramente falei com um senhor de barba grande, que ficou como marca registrada do mesmo, Prof. William Assis. Este que se tornou um grande amigo de mais de uma década. Ao receber o documento de encaminhamento, o Prof. William, falou: “Espere um momento por favor”. Aguardei. Saiu da sala e voltou em alguns minutos com outro Professor, Flávio Bezerra Barros, um sotaque marcante do nordeste brasileiro. Os dois me olharam bem e perguntaram e expuseram a situação na unidade e, logo após, falaram:

⁶¹ Doutorando em Geografia, PPGEO/UFPA. Mestre em Ciências Ambientais pelo Instituto de Geociências-UFPA. Licenciado em Geografia. Atuou no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da UFPA como Técnico-Administrativo por 13 anos, secretário do PPGAA, Setor de Comunicação, foi membro da Editora do INEAF e da Revista Agriculturas Amazônicas: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.

“Você aceita o desafio de ser secretário do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas?”. Eu respondi: Claro!

Minha carreira enquanto servidor público da UFPA me fez cada vez mais viver entre ruralidades, sonhos, utopias, desafios e superações. No INEAF os desafios sempre foram grandes e sempre serão. Pois, é um grande movimento libertário das “gentes do campo”, um paneiro sendo tecido por várias mãos, vários sotaques e vários territórios. É um lugar de luta da “criaturada grande”, como dizia o escritor Dalcídio Jurandir, do qual muito me orgulha ser descendente. Neste local fui ouvido, desafiado a lutar e construir junto com colegas, amigos, companheiros e camaradas. Nele me formei enquanto servidor-cidadão, aprendi, ensinei, colaborei e cresci. Neste solo fértil deixamos, todos, muito suor, alegrias, desafios enfrentados, recomeços e sonhos que brotam em ações reais de desenvolvimento e qualidade de vida para as pessoas, através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Meus colegas técnicos administrativos, professores e colaboradores sempre juntos semeando o chão e buscando o desenvolvimento sustentável das Amazôniaas. Neste percurso coletivo, foram muitas trilhas, atuando como secretário do PPGAA, responsável pela comunicação, Editor, Coordenador de Projetos de Extensão, Colaborador em disciplina de Especialização, Estágio docência na Graduação, Aluno, Mediador de Palestras, organizador de palestras On-line, o sonho da Escola de Agroecologia, apoio ao SUCUPIRA, editor da Revista Agriculturas Amazônicas, apoio a pesquisas de campo e muito mais... quanta coisa boa! Quanto apoio recebi também dos colegas e amigos do INEAF quando passei por uma fase de adoecimento! Muito obrigado pela paciência e fraternidade!

Até que chegou a hora de partir. Bem, nunca parti. Para poder seguir em novas ações solicitei para ser lotado na Escola de Aplicação da UFPA, e de lá atuei com projetos de educação ambiental e agroecologia nas escolas públicas e, hoje, retomando junto ao NEA Ajuri ações de hortas escolares em breve, ou seja, ainda INEAF. Sempre com ações ligadas às agriculturas amazônicas. Pelas escolas públicas que atuei, sempre falei do INEAF e, como fruto disso, através dos projetos de extensão que tive e tenho honra de participar, alguns estudantes acabam se apaixonando pelo “movimento INEAF” e buscam cursar nesta instituição. Hoje estou cursando doutorado na linha de pesquisa geográfica de Desenvolvimento Territorial no PPGEIO e atuando junto aos amigos do LEDTAM-UFPA, fundado por um professor também com raízes no INEAF, Prof. Herrera, e o campo amazônico está como objeto principal, ou seja, sempre INEAF. Assim quando a vida me fez afastar dos amigos e companheiros deste relevante Instituto da UFPA, eu sempre digo, até breve! Aos INEAFianos... minha gratidão!

CAMINHOS ENTRECruzADOS

Moisés Dias

É interessante pensar como decisões tomadas no passado — muitas vezes envoltas em certa inconsciência quanto à sua real dimensão — podem se revelar fundamentais no nosso porvir.

Minha formação em técnico em agropecuária e em engenharia agrônômica, teve um perfil tecnicista e reducionista (Revolução Verde). Todavia, isso contrastava diametralmente com minha origem e meu histórico porque tanto meus pais como meus avós foram da agricultura familiar. Era inevitável a geração de conflitos internos, pois o que era repassado, na maioria das vezes, não dialogava com a realidade que eu conhecia. Na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP (atualmente Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA), tive a oportunidade de tomar uma decisão que somente mais tarde iria perceber sua real importância. Minha inserção no movimento estudantil local e na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB em nível nacional, me fizeram conhecer um outro caminho dentro de minha formação técnica e política: a agricultura familiar e as agriculturas alternativas (mais tarde agroecologia).

Ao se discutir novos parâmetros para compreender as populações do campo, da floresta e das águas e seus modos/lógica de produção, fui percebendo que essa abordagem melhor dialogava com a realidade que eu e minha família havíamos vivenciado. O ato de melhor compreender o contexto da realidade no qual se quer incidir, qualificava significativamente o meu agir enquanto profissional das

ciências agrárias e, ao mesmo tempo, era motivação em seguir nesse caminho.

Houve a necessidade de pavimentar um caminho paralelo de formação ao que vinha sendo construído na academia. Ainda na universidade, os eventos protagonizados pelo movimento estudantil foram determinantes para construir a segurança e a certeza de que o caminho a ser trilhado fazia todo sentido com a minha história. Fui selecionado para um estágio no Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA, no âmbito do Núcleo de Meio Ambiente - NUMA/UFPA. Durante dois anos em que permaneci no programa, tive contato com a perspectiva Chayanoviana sobre o campesinato e sua lógica de produção e, na parte prática, tive me aprofundando sobre os Sistemas Agroflorestais (SAFs), denominados Agricultura em Andares.

Ao concluir meu ciclo na faculdade, voltei a trabalhar no POEMA/UFPA, agora como profissional contratado. Em uma das atividades realizadas, ministrei dois minicursos para populações indígenas, no âmbito do Programa Raízes do Governo do Estado, em parceria com o POEMA/POEMAR, em Marabá. Nesta oportunidade, conheci as instalações da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia - FATA. Espaço no qual, dentre outras atividades, trabalhava a formação sindical dos agricultores assentados da reforma agrária, mas também foi o local onde surgiram as primeiras pesquisas voltadas diretamente para atender às demandas da agricultura familiar, realizadas pelo Laboratório Sócio agrônômico do Tocantins - LASAT.

Em articulação com lideranças locais, comecei a trabalhar na COPSERVIÇOS - cooperativa de técnicos que prestava serviços de

assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e assentados da reforma agrária no sudeste paraense. Uma de minhas funções era a elaboração de Planos de Desenvolvimento para Assentamentos - PDA, para os quais a cooperativa havia sido contratada e para o qual tivemos uma formação metodológica com professores/as do LASAT/UFPA, tendo noções sobre abordagem sistêmica, sistema agrário e tipologia, sendo fundamentais para minha formação e para a minha trajetória com a agricultura familiar.

Em seguida, como educador da Escola Família Agrícola de Marabá - EFA, fui trabalhar na FATA, em um projeto de formação de ensino médio profissionalizante. Este projeto foi financiado pelo PRONERA/INCRA e tinha como objetivo formar filhos de agricultores familiares assentados da reforma agrária. O projeto político-pedagógico se deu a partir da discussão entre movimento sindical e parceiros encabeçado pela FETAGRI Regional V, materializado pelo LASAT/UFPA.

Ao longo do percurso educativo de 106 estudantes, filhos de assentados da reforma agrária de 21 municípios da região sudeste paraense, foi fundamental o acompanhamento de professores/as do LASAT/UFPA e outras parcerias para transformar o projeto em um percurso formativo de três anos e, assim, possibilitar a formatura da primeira turma. A primeira experiência de formação em nível médio regular e profissionalizante sob a ótica da pedagogia da alternância do Brasil que formou 76 técnicos em agropecuária com ênfase em agroecologia.

No processo de construção de um perfil profissional alternativo ainda pude contar com a minha participação no curso de

especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (INEAF-UFPA/UFAC); na composição de uma equipe interdisciplinar de articulação do programa de ATES, coordenado pelo LASAT; trabalhando em um projeto de pesquisa-ação do LASAT/UFPA na região de Marabá; ministrando a disciplina de Sistema de Criação, como professor visitante, para uma turma do curso de agronomia da UFPA Campus Marabá e mais recentemente, participando em mais um curso de especialização em Recuperação Ambiental e Sistemas Agroflorestais na Amazônia (NAEA-INEAF/UFPA).

Minha trajetória profissional cruzou em diversos momentos com a trajetória histórica do INEAF, no espaço e no tempo, e acredito verdadeiramente que esses momentos de contato foram fundamentais para minha formação profissional alinhado a um tipo de agricultura que prioriza os povos do campo, da floresta e das águas da Amazônia e que dialoga com a minha origem.

Atualmente, como aluno de MAFDS/PPGAA ligado ao INEAF/UFPA. Estou pesquisando sobre os desafios da agricultura familiar na adoção de sistemas agroflorestais, no município de Irituia e percebo que este espaço não é somente um espaço de formação, mas de pensamento em ação, que constrói saberes e conhecimentos com os povos, com os territórios, com a prática.

Por fim, se naquele primeiro momento eu não sabia que pisava em solo fértil, hoje sei que esses caminhos não foram apenas entrecruzados – eles foram escolhidos, habitados e cultivados.

Parabéns, INEAF pelos 30 anos! Que possas continuar construindo caminhos entrecruzados.

CONTRUINDO TERRITÓRIOS DE CONHECIMENTO

*Natalia Ribas Guerrero*⁶²

Era uma manhã quente de agosto em Belém quando pisei pela primeira vez no INEAF. Estávamos em 2018, e o que motivava a visita era uma reunião de pesquisadores para debater um amplo compêndio de contribuições de povos e comunidades tradicionais para a biodiversidade. Uma das organizadoras da empreitada, a professora Sônia Magalhães, nos abria as portas do instituto para que ali pudéssemos planejar as articulações do que resultaria em uma obra de dezessete volumes publicada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Eu não tinha ideia de que, naquela mesma sala, quase sete anos depois, eu daria minha primeira aula como professora efetiva do magistério superior, entrelaçando minha trajetória definitivamente à do INEAF.

A cidade de Belém tinha, para mim, ainda um tanto de novidade, muito embora trabalhasse pelo Pará desde meados dos anos 2000. O contato com as dinâmicas fundiárias do oeste do estado, ainda no fim da minha graduação em Comunicação Social na Universidade de São Paulo (USP), fez crescer meu interesse pela intersecção de questões agrárias e ambientais no Brasil, em particular na Amazônia. E chamou minha atenção para a luta dos diversos povos e comunidades tradicionais da região, bem como aos vetores de ameaça

⁶² Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Mestre em Geografia Humana e doutora em Antropologia Social (Universidade de São Paulo - USP). Professora assistente do INEAF. Email: nat.guerrero@gmail.com.

a essa diversidade, decorrentes de ações combinadas de avanço do agronegócio, de megaprojetos ditos de “desenvolvimento”, e de paradigmas de conservação ambiental excludentes e colonialistas. Ainda vinculada à USP, levei essas inquietações para um mestrado em Geografia Humana, com um projeto envolvendo comunidades quilombolas na baixada maranhense, seguido de um doutorado em Antropologia Social, no âmbito do qual trabalhei com comunidades beiradeiras e colonos afetados por unidades de conservação restritivas na bacia do Xingu.

Ao longo de toda essa trajetória, tive o privilégio de caminhar junto do pesquisador e amigo Mauricio Torres, partilhando concepções não só teóricas sobre as dinâmicas territoriais conflitivas em territórios amazônicos, mas também concepções éticas do papel da pesquisa e da academia nesses contextos. No corpo docente do INEAF desde 2018, Torres sempre reiterava o quanto o instituto ressoava essa concepção, além de abrigar a interdisciplinaridade que também marcava nossa estrada conjunta.

Foi essa parceria com Torres que me faria retornar ao INEAF em 2023, para um estágio de pós-doutorado sob sua supervisão junto ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA). Ao longo dos dois anos de estágio, aprofundando meu conhecimento da história do instituto e das pessoas e projetos que o constituíram, tive a alegria de comprovar o que meu amigo adiantara: um sentido profundamente partilhado de compromisso com demandas dos territórios a partir de perspectivas críticas, e uma declarada disposição em fazê-lo a partir de construções conjuntas.



No decurso de quase dois anos de estágio pós-doutoral junto ao INEAF, dediquei-me a um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como apoio a processos administrativos.

E eis que, em outra manhã quente de Belém – desta vez de um chuvoso janeiro, meus olhos repassaram algumas centenas de vezes as palavras do diário oficial. O Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará me convocava a compor seu corpo docente. Na efeméride de 30 anos completos do instituto, eu visualizava caminhar junto os 30 anos seguintes.

É impossível dar conta do que a gente sente em um momento desses, pensando na estrada-rio que já foi, na que virá, na rede de pessoas e coletivos que caminharam e navegaram junto, contribuindo de tantas formas para que esse dia acontecesse. Sobressai também a alegria pela possibilidade de seguir construindo essas redes nas próximas décadas, a partir de uma perspectiva de ciência pública, em defesa de uma universidade pública.

Sabemos, contudo, que a realidade nos inscreve em um cenário sombrio, de aprofundamento da violência racista e colonialista, da predação dos territórios, de colapso climático, do sequestro neoliberal da possibilidade de construirmos os comuns, de mundos em que caibam muitos mundos.

Diante disso, é importante que a universidade, enquanto espaço de produção de um discurso de poder, se interpele de forma reflexiva e crítica. Que se produzam conhecimentos situados, de forma a avançar em projetos plurais de sociedade, que contemplem, valorizem e promovam a diversidade humana e não humana, e suas formas de coexistência. Entendo que o INEAF, por sua história e sua proposta, esteja em uma situação privilegiada para refletir sobre esse desafio, para que a defesa dos territórios de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas, seja também a defesa de territórios de conhecimento.

INEAF, UM COLETIVO PARA CHAMAR DE NOSSO

*Noemi Sakiara Miyasaka Porro*⁶³

Escrever sobre o aniversário do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) é, sobretudo, me presentear com memórias e desejos para um coletivo que me acolheu, pessoal e universitariamente. O INEAF são pessoas e relações que se constroem academicamente há 30 anos, na Universidade Federal do Pará. A construção universitária é sempre fértil nas diferenças e produtiva nas fricções, mas acima de tudo, consolida-se na contínua busca do denominador comum: geração de conhecimento científico. No INEAF, tive o privilégio de viver por 15 anos essa genial construção.

Como engenheira agrônoma, em 1986, iniciei minha carreira profissional junto a organizações de movimentos sociais do campesinato maranhense. Somente em 2008, voltei à academia, ingressando na Universidade Federal do Pará, através do hoje INEAF. Minha adaptação às regras e ao cotidiano da academia e no serviço público não foram tranquilas, posto que ocorreram em período de intensas mudanças no próprio INEAF.

⁶³Engenheira Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz da Universidade de São Paulo (1983). Mestra em Conservação Tropical e Desenvolvimento pelo Centro de Estudos Latino-Americanos da University of Florida (1997) e doutorado em Antropologia Social pela University of Florida (2002). Pesquisadora e professora aposentada pela Universidade Federal do Pará.

Apoiados por uma reitoria no comando de uma universidade também sob profundas transformações, revisamos nosso tripé pesquisa-formação-ação, então sob os nem sempre compreendidos e aceitos critérios da CAPES. Somente o espírito universitário permitiu que um coletivo, com tantas diferenças de formação e atuação, fundasse um doutorado e uma graduação, ao mesmo tempo em que nos adaptávamos aos crivos da CAPES. A despeito de nossas distintas convicções acadêmicas, travamos uma luta comum para que o conhecimento científico sobre sujeitos e objetos vinculados a agriculturas familiares continuasse a existir na universidade. E o INEAF se reinventou.

Compreendi que a universidade é um espaço social que não somente reflete a sociedade em que se insere, mas é estruturada para que as igualdades e diferenças que a constituem possam gerar e consolidar conhecimento científico. Em sua própria maneira, o INEAF vem construindo essa capacidade universitária: em determinados âmbitos é um mosaico, cada pedacinho se mantém distinto, mas juntos conseguem compor um todo com significado; em outros âmbitos, o INEAF é um amálgama, em que cada parte precisa se dissolver, se apagar, mesmo que temporariamente, para compor um todo também significativo. De uma maneira ou de outra, conhecimentos são gerados e precisam se consolidar em ciência, porque esta é a razão da existência do INEAF na UFPA.

O INEAF, como coletivo de docentes, discentes e técnicos reunidos pelo chamado da agricultura familiar, tem se renovado em suas diferenças salutares. Desejo que suas perspectivas e objetivos comuns se renovem também, sempre se ajustando às demandas

concretas dos movimentos sociais de agricultores familiares. Em 2023, me aposentei para iniciar novos projetos fora e com a universidade, mas permaneço em minha torcida incondicional ao espírito universitário desse coletivo INEAF, onde tanto aprendi. Feliz aniversário, Ineafinho lindo!

UMA VISÃO SOBRE O INEAF

*Paulo Fernando da Silva Martins*⁶⁴

O INEAF é uma unidade da UFPA que desenvolve ações integradas de formação (ensino), pesquisa e desenvolvimento (extensão) com foco na promoção socioeconômica das populações do campo (agricultores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas), constituindo um trabalho em prol do desenvolvimento socioagroambiental das comunidades envolvidas. Essas ações, que se dão de forma interdisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas de conhecimento (agrárias, sociais, antropologia, meio ambiente) foram consolidadas pela atuação de docentes pesquisadores com intensa atuação em espaços do "*hinterland*" paraense, inicialmente nos municípios de Marabá e Altamira, desde o final dos anos 1980. As ações se notabilizaram por buscar o entendimento das realidades vividas pelos agricultores nas suas localidades e municípios sempre através das percepções compartilhadas entre eles, os docentes e os discentes envolvidos.

Tudo começou com o projeto em que o professor Jean Hébette (1925 - 2016), educador, historiador, escritor, teólogo, missionário, economista e sociólogo belga-brasileiro, auxiliado pelo professor Raul Navegantes (1927 -- 2020), advogado, cientista político, ambos estudiosos do campesinato no NAEA⁶⁵, onde anos depois, eles se

⁶⁴ Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal Rural da Amazônia (1974). Mestre em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade Federal do Ceará (1978) e Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas pela Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP, 1986). Professor Titular Aposentado da Universidade Federal do Pará.

⁶⁵ Diversas obras foram encabeçadas por Jean Hébette, dentre as quais citamos: A invenção da Amazônia (1974), O cerco está se fechando (1991), CAT - Ano Décimo:

tornaram coordenadores e Vincent De Reynal, nascido em Fort De France, na ilha da Martinica, que estudara na Escola de Agronomia da França tendo sido aluno, dentre outros, de Michel Sebilotte (1934-2010) renomado agrônomo francês de origem argelina.

De início, o projeto que se desenvolvia através do diálogo direto com os dirigentes dos sindicatos e organizações de municípios da região de Marabá, buscava compatibilizar posse e uso da terra de forma a cumprir a pertinente função social promulgada pela constituição de 1988. Para isso, em sequência à obtenção das terras se fazia necessário ocupá-las de modo que produzissem conforme suas potencialidades, considerando as condições agroambientais.

O projeto iniciado por Jean Hébette ocasionou diversas iniciativas. No âmbito das organizações sociais foi criado, em 1988, o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), que viria a ser o responsável pela Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA). No ambiente acadêmico da UFPA, entre as atividades criadas, na área das ciências agrárias, até então restritas à antiga Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), atualmente UFRA foi criado o Curso de Especialização em Desenvolvimento Agroambiental da Amazônia (DAZ), em 1992, e o programa Pesquisa-Formação-Desenvolvimento (PFD), executado pelo Núcleo de Estudos Integrados da Agricultura Familiar criado em 1996, NEAF como ficou conhecido no exterior. Informações sobre o PFD estão resumidas na obra “Agricultura Familiar. Métodos e Experiências de Pesquisa-Desenvolvimento”, publicada em Belém pela Alves Gráfica Editora em 2001.

Etnografia de uma Utopia (2000) e Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (2004).

O programa PFD, fazendo parte do projeto coordenado por Jean Hébette, contou com apoio da Comunidade Europeia, incluindo, entre outras instituições, o *Groupe de Recherches et d'Échanges Technologiques* (GRET) com a participação de Christian Castellanet, agrônomo e doutor em ecologia e Philippe Sablayrolles, agrônomo e doutor em Economia e Desenvolvimento, atualmente professor do INEAF.

Minha participação nas atividades relacionadas às origens do INEAF iniciou no final da década de 1980 quando participei de uma atividade com agricultores em Marabá, coordenada por Emmanuel Wambergue, membro da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia⁶⁶, cujo objetivo era discutir com os agricultores questões relacionadas com as características dos solos que eles possuíam em seus estabelecimentos rurais. Para isso eles levaram amostras de solos para o encontro. A partir daí passei a ser envolvido com as atividades do CAT através de convites frequentes, sendo essa participação oficialmente dividida em duas fases. A primeira de dezembro de 1991 a dezembro de 1998, em que eu era professor da antiga FCAP por consequência de um convênio em que fiquei cedido por 20 horas semanais à UFPA. A segunda, de agosto de 2006 a abril de 2025, depois de haver prestado concurso para atender a edital do Centro Agropecuário em que fui aprovado e admitido para exercer atividades na área Meio Biofísico e Gestão de Recursos Naturais, atuando no curso de Mestrado em Agriculturas Amazônica e Desenvolvimento

⁶⁶ A FATA havia sido fundada em agosto de 1988 e Emmanuel Wambergue atuara antes na Comissão Pastoral da Terra (CPT-PA) prestando apoio jurídico e moral à Agricultura Familiar em conflitos Agrários na região de Marabá (12/1976 a 05/1981). Para mais detalhes consultar CV Lattes de Wamberg (<http://lattes.cnpq.br/0654822613729162>)

Sustentável (MAFDS). Este curso que surgiu em consequência da Especialização DAZ foi reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2000, como Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA).

No que se refere ao INEAF, as atividades do projeto, que utilizavam a infraestrutura da UFPA, para se perenizar, precisavam ser institucionalizadas, se corporificando como unidade acadêmica. Para isso dois professores tiveram atuação destacada: Antônio Cardoso, agrônomo que fora transferido da FCAP para a UFPA, e que contou com o apoio da professora Solange Ferreira, aposentada da FCAP, e William Gomes Vale, médico veterinário, professor de ambas as instituições. Eles tiveram papel fundamental na criação da unidade acadêmica Centro Agropecuário em 1994, que na época era constituído por 2 núcleos: NEAF e NECAN (Núcleo de Estudos sobre Ciência Animal). Este último Núcleo em 2010, de comum acordo, passou a compor o Campus de Castanhal. O Centro Agropecuário foi sucedido pelo Núcleo de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural em 2007 e depois pelo INEAF (Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares) em 2017, cuja grafia incorporou a sigla inicial NEAF.

Já decorreu 37 anos desde a origem, 31 anos desde a institucionalização da unidade, e hoje podemos observar os frutos do trabalho dos idealizadores e de quantos a eles se associaram, ou mesmo chegaram depois dos primeiros. Considero, como participante, agora um pouco afastado pelo gozo da aposentadoria, que são frutos sazonados que se materializaram como profissionais formados de diferentes áreas, diversos dos quais passaram a atuar na própria

unidade. Frutos que também se materializam a cada ano, formados pelo programa de Pós-graduação em Agricultura Familiar (PPGAA) e pelo Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR) da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES), oferecendo oportunidades e possibilidades especialmente aos que se interessam pelo estudo e o desenvolvimento da agricultura familiar e do campesinato.

Belém, 22 de julho de 2025.

INEAF 30 ANOS. ACOLHIMENTO E APRENDIZADO

Paulo Roberto Lopes de Souza Júnior⁶⁷

Durante os dez meses em que atuei como estagiário na Secretaria Executiva do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA), vivi uma das experiências mais significativas da minha trajetória acadêmica, profissional e pessoal. O INEAF não foi apenas um espaço de aprendizado técnico, mas um verdadeiro lar de acolhimento, respeito e crescimento. A cada dia, tive a oportunidade de aprender, colaborar e contribuir com atividades que me fizeram evoluir enquanto estudante de Administração e, sobretudo, como ser humano.

No cotidiano da Secretaria Executiva, desempenhei diversas funções administrativas e operacionais que me proporcionaram um aprendizado prático intenso. Aprendi a controlar, redigir, encaminhar e responder e-mails institucionais, sempre com atenção à linguagem formal, à clareza e à eficiência na comunicação. Desenvolvi habilidades na elaboração e organização de documentos oficiais, como portarias, documentos ad referendum, processos de progressão funcional, estágio probatório e solicitações de pró-labore. Esses documentos exigiam atenção aos detalhes e conhecimento das normas e fluxos institucionais, competências que foram sendo refinadas ao longo do estágio.

Uma das atividades mais marcantes foi minha participação no processo seletivo de concurso público para docentes. Acompanhar esse processo desde a fase de preparação até a execução me deu uma visão

⁶⁷ Estudante de Administração e estagiário no INEAF.

ampla sobre a seriedade, a burocracia e a importância da gestão pública universitária. Tive a oportunidade de colaborar com a produção de atas, participar de reuniões institucionais, acompanhar discussões sobre decisões estratégicas e administrativas e entender como o INEAF opera em sua complexidade.

Além disso, fui responsável por alimentar e organizar planilhas no Excel, atividade que me permitiu aprimorar meus conhecimentos em controle e análise de dados. Realizei também a digitalização, organização e cópia de documentos, além de contribuir com a organização do almoxarifado, garantindo que os materiais fossem armazenados de forma acessível e lógica. Cada tarefa, por mais simples que parecesse, foi tratada com responsabilidade e atenção, pois compreendi que todas eram fundamentais para o funcionamento da instituição.

No entanto, o que mais marcou minha experiência foi o ambiente humano e acolhedor que encontrei no INEAF. Trabalhar ao lado de pessoas tão competentes e generosas como o meu gestor, professor e amigo Sr. Luis Mauro, bem como a professora Soraya, o servidor Diego e a querida Tatá, foi um privilégio. Eles foram, cada um à sua maneira, fontes constantes de inspiração, aprendizado e apoio. Com eles, aprendi não só sobre rotinas administrativas, mas também sobre ética, empatia, liderança e comprometimento com o serviço público.

Essas pessoas não apenas me ensinaram a ser um profissional mais preparado, como também me acolheram de forma genuína e respeitosa. Serei eternamente grato por terem me feito sentir parte da família INEAF. Eles não apenas me deram uma oportunidade de

estágio, mas me reconheceram como indivíduo, com minha história, identidade e valores. O respeito e o acolhimento à minha orientação sexual, a forma carinhosa como trataram meu namorado e minha família, tudo isso me marcou profundamente. Sentir-se respeitado e acolhido no ambiente de trabalho é algo raro e valioso – e no INEAF, isso foi natural e sincero.

A experiência de estagiar nesse instituto tão comprometido com o desenvolvimento da agricultura familiar e com a construção do conhecimento científico na região amazônica me fez enxergar a importância de cada trabalho executado nos bastidores da universidade. Sentir que, mesmo como estagiário, eu contribuía para o bom funcionamento de uma estrutura que impacta positivamente a vida de tantos agricultores, pesquisadores e estudantes, foi algo motivador.

Foi, também, uma honra ter feito parte da história dos 30 anos do INEAF. Saber que, de alguma forma, estive presente nesse marco institucional, colaborando com meu esforço e dedicação, me enche de orgulho e gratidão. Serei sempre um defensor e admirador do trabalho que o Instituto realiza e levo comigo cada aprendizado, cada conversa, cada tarefa desempenhada com carinho.

Concluo essa etapa com o coração cheio de gratidão e com a certeza de que saio muito maior do que entrei. Mais do que habilidades técnicas, levo comigo valores, memórias e amizades que levarei para a vida toda. Obrigado, INEAF, por tanto.



INEAF. DOIS MOMENTOS QUE ME MARCARAM, DO INÍCIO ATÉ AGORA, UMA HISTÓRIA LONGA

Philippe Sablayrolles⁶⁸

Quando foi criado o Centro Agropecuário da UFPA, no início dos anos 1990, a Universidade criou laboratórios de pesquisa-desenvolvimento em Altamira e Marabá, com apoio da cooperação internacional, e com base em acordos políticos com os movimentos sociais da agricultura familiar daquelas regiões. Os Laboratórios (LASAT, LAET) praticaram a pesquisa-ação comprometida com o desenvolvimento desses atores territoriais. Amplas reflexões sobre o diálogo, os papéis respectivos, os espaços de autonomia, das lideranças camponesas e dos pesquisadores. A Universidade assume então um papel de interlocução direta com os camponeses nessas duas grandes regiões. O Centro Agropecuário se estrutura contratando os jovens pesquisadores formados na pesquisa ação para seu novo quadro de professores. O ânimo dessa turma naquela época, se encontrando na academia, um espaço dimensionado para contribuir na luta social, e trabalhando em cooperação no dia a dia com as lideranças camponesas: ciência com consciência!

Quando o Centro Agropecuário, tornado Núcleo (NEAF) e posteriormente Instituto (INEAF), decide implementar a graduação em Belém, ao lado do Programa de Pós-graduação, o Bacharelado em

⁶⁸ Agroeconomista, participou nas fases iniciais do INEAF, como coordenador do DAZ e da primeira turma do Mestrado, sediado em Belém e Altamira. Após coordenar projetos de desenvolvimento da agricultura familiar, pela cooperação internacional, nos anos 2000 e 2010, integrou novamente o INEAF via concurso público, e desenvolve ações voltadas para o associativismo e cooperativismo da agricultura familiar.

Desenvolvimento Rural, primeiro curso nesta temática na região Norte (2018), já tinha criado cursos de graduação em Altamira e Marabá, que foram absorvidos nos campi recém-emancipados. O curso de Belém visa, a priori, um público institucional – o INCRA, o ITERPA, a EMATER - que têm dificuldade em trabalhar com agricultura familiar –, e de filhos e filhas de agricultores, de povos e comunidades tradicionais da Amazônia, respondendo à demanda dos movimentos sociais, seguindo a genética do grupo INEAF. O Curso é focado sobre as lógicas de produção familiares, alternando estágios de vivência nas casas dos agricultores, e partir desta compreensão, recolocando as problemáticas do desenvolvimento rural em perspectiva. O INEAF produz uma pesquisa com os estudantes em 2022 sobre o cenário do mercado de trabalho para os formados: sua capacidade de diálogo com os atores rurais, sua familiaridade com a produção científica, sua formação multidisciplinar entre ciências técnicas e sociais, estão valorizados pelas instituições.

Em termos de temáticas o INEAF consolida sua expertise em temas clássicos da agricultura familiar, desenvolvimento territorial, sistemas agroflorestais, agroecologia, cooperativismo e associativismo e, aberto as demandas do campo, entra em questões da atualidade como identidade quilombola, certificação orgânica, impactos dos grandes projetos, bioeconomia, mudanças climáticas...

FRAGMENTO PARA O LIVRO DE 30 ANOS DO INEAF

*Raquel Rodrigues dos Santos*⁶⁹

Me integrei ao INEAF há menos de dois anos, como Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Logo nessa chegada, me senti muito acolhida.

Fui conhecendo a trajetória das pessoas e do instituto em conversas nos almoços coletivos na copa, (com docentes, técnicos e discentes); em eventos no auditório Dona Dijé, com a presença de lideranças do campo; em reuniões de Colegiado e de Conselho, com recorrentes referências históricas; em atividades de campo em comunidades rurais, pelo Bacharelado em Desenvolvimento Rural; na mobilização para a greve nacional dos técnicos, docentes e discentes. Acredito que esses espaços, da maneira como se dão no INEAF, não sejam tão comuns em institutos acadêmicos. E eles me parecem, ao mesmo tempo, reflexo e continuidade das bases que moldam o mesmo.

Devo dizer que admiro os/as colegas docentes. Há entre eles/elas um grande engajamento para com a agricultura familiar amazônica; há conhecimento profundo da realidade do campo amazônico; há comprometimento com suas pessoas e movimentos sociais; há comprometimento também com a formação de pessoas para atuar junto a esses campos. Há, ainda, um esforço em dialogar entre colegas para tornar esses aspectos coletivos, como precisam ser para se dar. E entre o corpo técnico, também encontrei pessoas prestativas e proativas.

⁶⁹ Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas.

Como venho de uma trajetória mesclada entre ativismo e academia científica, me sinto identificada com esse grupo e esse espaço. E vejo que se sentem também, discentes do Bacharelado em Desenvolvimento Rural e da pós-graduação em Agriculturas Amazônicas. Aliás, essa é uma outra característica admirável do INEAF: a reunião de discentes de trajetórias tão distintas e enraizadas no campo. Há quem venha de assentamentos rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas... Há pessoas com longa trajetória em movimentos sociais, organizações da sociedade civil e serviço público voltados para comunidades do campo. Toda essa “mistura” me parece compor um espaço profícuo para se criar alternativas e soluções para tantos desafios das realidades onde atuamos. Um espaço para se sonhar...

Assim, fico realizada por estar aqui. Pelo INEAF permitir que possamos viver o trabalho como um ideal compartilhado.

Ao INEAF e às pessoas que o constroem diariamente: parabéns pelos seus 30 anos! Que venham muitos anos profícuos pela frente!

Momento final de atividade de campo no Quilombo Santa Quitéria (município de Acará-PA) com docentes do INEAF, discentes da turma 2021 do Bacharelado em Desenvolvimento Rural, discentes do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas e membros da comunidade. Foto: Calebe Maia, julho de 2025.



VIVA O INEAF: 30 ANOS DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E IMPACTO NA AMAZÔNIA

Renata Kelly Costa de Vilhena⁷⁰

É uma honra imensa fazer parte da história do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), que celebra trinta anos de dedicação. São três décadas de Formação, Pesquisa e Ações de Desenvolvimento, sempre voltadas e construídas em parceria com as populações tradicionais da Amazônia.

Minha trajetória junto ao INEAF, que à época era o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), começou de forma marcante: em um evento sobre Redes Rurais (2012), tive meu primeiro contato com os professores, numa experiência enriquecedora e inspiradora. Desde então, os laços se fortaleceram. Fui convidada a participar de outro evento (Seminário Internacional Carajás 30 Anos) do Núcleo, desta vez como bolsista, o que me proporcionou uma convivência mais próxima com a equipe. Nesse período, tive o privilégio de aprender com o professor William, um mestre ímpar, cuja generosidade e exemplo profissional me ensinaram “um tantão” e me impulsionaram a dar mais um passo em minha trajetória acadêmica e

⁷⁰ Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (2020). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (2016). Pesquisadora do BioSE/ CNPq - Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Biodiversidade, Sociedade e Educação na Amazônia - BioSE/CNPq. Secretária Executiva do planejamento e execução de atividades para o desenvolvimento de produtos culturais do Projeto Jornada Sociocultural da Transamazônica e BR 163, com entidade executora do projeto a Fundação de Amparo e desenvolvimento da Pesquisa (FADESP).

trabalhar em outro evento, o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (2015).

O INEAF me abriu portas para o mestrado. Conciliar todas as demandas desse período, como a organização do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia (2018), em paralelo às exigências do mestrado, foi desafiador, mas profundamente transformador. Além disso, atuei, junto ao meu orientador, professor Flávio Barros, em diversos projetos, incluindo o programa Busca Ativa (Auxílio Emergencial da Cultura) e os editais da Lei Aldir Blanc (2020), aos quais sou especialmente grata pela acolhida, pelos ensinamentos e pela persistência. Estendo também este reconhecimento a Ceça e Thomaz. Creio que o INEAF, de certo modo, vivenciou um processo semelhante: se antes sua atuação se concentrava no mestrado, hoje se expandiu para a graduação, o doutorado e inúmeros projetos de alcance regional. Essa evolução comprova a força, a resiliência e a dedicação dos professores e técnicos que constroem, dia após dia, a história do instituto.

Carrego nesse período gratidão profunda à minha mãe, por sua força, fé e dedicação; às minhas irmãs, especialmente Dayse; aos meus sobrinhos, pelo carinho constante. Um agradecimento à Anael, pela irmandade, pelo apoio e por me ajudar a superar desafios.

Meus amigos de mestrado (MAFDS 2018), os companheiros “Ineafianos” (Jack, Kátia, Naiara, Murilo e Moacir) e do BIOSE/ AJURI, assim como os alunos de Desenvolvimento Rural (BDRs 2018 e 2019), marcaram minha caminhada com momentos de aprendizado e amizade. Aos professores do INEAF e do Programa de Pós-Graduação

em Agriculturas Amazônicas, expresse minha admiração pelo conhecimento compartilhado.

Registro meu reconhecimento à UFPA e ao INEAF, pela estrutura e pela defesa de um ensino público de qualidade; ao CNPq e à CAPES, pelas bolsas de estudo concedidas; e à Izaurina e sua família, pelo acolhimento. Às moradoras de comunidades quilombolas da Bocaina, Dona Anália e Dona Silas, agradeço o apoio e o carinho durante o trabalho de campo, essenciais para a pesquisa durante o mestrado.

Participar dessa história é, para mim, motivo de orgulho e de renovada esperança na força da educação, da pesquisa e do trabalho coletivo, característica marcante dos “Ineafianos”. Que o INEAF siga firme em sua missão, ampliando saberes, fortalecendo comunidades e inspirando novas gerações, com ainda mais conquistas e realizações nas décadas que virão.

MINHA FÉRTIL RELAÇÃO COM O MAFDS/NEAF/INEAF/UFGA

*Sergio Roberto Martins*⁷¹

Minha fértil relação com o MAFDS/NEAF/INEAF/UFGA teve início em setembro de 1999 pelas mãos de Tatiana Deane de Abreu Sá, pesquisadora da EMBRAPA e naquele tempo então líder do Projeto SHIFT-Capoeira, me convidando para participar de mesa redonda do Seminário “Manejo da Vegetação Secundária para a Sustentabilidade de Agricultura Familiar da Amazônia Oriental” (Seminário de Encerramento do Projeto SHIFT-Capoeira, Fase 2). Encerrado o Seminário me levou até a UFGA apresentando o grupo de professores, no qual estava inserida, integrantes do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável em vias de iniciar. A conexão foi imediata. Em curto espaço de tempo fui convidado a interagir com o Mestrado na qualidade de Professor Colaborador.

Naquele tempo então vinha me dedicando a aprofundar aspectos semânticos do pretendo novo paradigma denominado Desenvolvimento Sustentável no evento Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) como desdobramento da Conferência de Estocolmo realizada em 1972. Ao mesmo tempo me somava a vários grupos oriundos dos movimentos da “Agricultura Alternativa” como contraponto à “Revolução Verde” (também conhecida como processo de “modernização conservadora da agricultura”, baseado na agroquímica, melhoramento genético e

⁷¹ Professor Aposentado (Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas). Dr. Engenheiro Agrônomo.

mecanização do campo) que tomou corpo no Brasil desde meados dos anos 60. Destes movimentos de resistência ao modelo conservador emerge a Agroecologia como nova ciência do campo da complexidade, espaço privilegiado para minhas inquietações acadêmicas e cidadã. Para tanto há que se valorizar a extrema importância da política pública então vigente no estado gaúcho como propulsora da Agroecologia, catalisando iniciativas de organismos de extensão rural, pesquisa e de ensino, bem como lideranças da Agricultura Familiar. Não é por acaso que em 1999 acontece o Primeiro Seminário Estadual de Agroecologia do Rio Grande do Sul.

Neste contexto me deparo no MAFDS com importantes elementos de expansão de consciência. Por exemplo, ali entendo na prática acadêmica a pluralidade da Agricultura Familiar, expressada no próprio título do Mestrado: AGRICULTURAS FAMILIARES. Episteme que era visível entre grupo de professores do curso e de mestrandos em busca de formação.

Neste espaço de construção de conhecimento senti um enorme potencial de interações que poderiam contribuir para a afirmação de uma episteme capaz de ler a realidade a partir da formação e atuação. Conduziam-me estímulos “Freireanos” em que ler a realidade não é tão somente tomar consciência passivamente das condições de vida: são as ações que criam consciência das contradições para rejeitá-las, superá-las, não reproduzi-las e assim criar o novo. Deste modo permite conhecer o contexto da realidade, suas causas e ver a possibilidade de superá-las. Preceitos plasmados no livro de Paulo Freire: *Conscientização: Teoria e prática da Libertação*.

O cotidiano de minha colaboração no MADFS dependia inicialmente de vencer a distância física, pois ainda não vigoravam contatos virtuais: um trajeto que atravessava literalmente o país em seus extremos de sul à norte (distância de aproximadamente 4.000km), mas recompensado pelo contato direto com uma realidade ambiental (em todas suas dimensões: física, social, econômica, étnica etc.) que até então se limitava a povoar minha imaginação. Outra peculiaridade era a dificuldade de acesso dos mestrandos às informações sobre os temas a serem aprofundados. Bibliografias sobre os temas de sustentabilidade, Agroecologia, agriculturas familiares, ainda eram de pouca circulação. Como solução me dedicava a multiplicar o material que dispunha (razoável acervo garimpado nos últimos anos) e levava em mãos até o NEAF onde era fotocopiado e distribuído aos mestrandos. Aspectos didáticos eram veiculados em transparências, disquetes e CDs, meios disponíveis de então. Contudo, eram questões menores que em nada limitavam a riqueza do fazer pedagógico nas interações com os demais professores e especialmente com os mestrandos.

Impactava-me muito a entrega, compromisso, afinho, interesse, seriedade dos mestrandos. Cada qual trazendo para o grupo suas histórias pessoais, sua realidade, sua percepção do mundo e desejo manifesto de transformá-lo. Ou seja, era visível o processo da legítima produção do conhecimento, onde as informações compartilhadas em sala de aula eram processadas cognitivamente num entrelaçamento virtuoso entre processos individuais e coletivos.

Fazendo um paralelo entre aquele período (início do novo século que se avizinhava) e o atual, é necessário pensar sobre os

enormes desafios impostos hoje ao INEAF. No ano 2000 a violência no campo e na cidade era o pano de fundo que desafiava pensar nas transformações da realidade. Mestrandos relatavam dramas vividos, presenciados até mesmo no âmbito familiar fruto da grilagem, da destruição da floresta, da garimpagem predadora, dos impactos socioambientais, dos assassinatos de caboclos, lideranças do campo, ribeirinhos e povos indígenas, da expansão do monocultivo etc. Ao mesmo tempo se vivenciava no mestrado um espaço de sonhos, utopia, esperança, resistência, ação. Espaço de sinergia para construção do novo, do diferente, do possível, de luta. Quiçá a chegada do novo século embalava a ideia de novas perspectivas nas relações local/global, particularmente de um novo momento histórico no Brasil do ponto de vista da afirmação democrática e que refletiria mais adiante no âmbito da expansão acadêmica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão rural. Um contraste brutal com o que se observa hoje (passados um quarto de século): um contexto de incertezas, medo, violência global, instabilidade, desinformação, dinâmica de inteligência artificial (com sua faceta de desinteligência), etc.

É nesse campo paradoxal que o MAFDS continua sendo desafiado. Contudo, sua história como espinha dorsal do NEAF e posteriormente do INEAF vem sendo construída mostrando sua capacidade de superação e importância na formação de tantos atores sociais que tem se mostrado como fundamentais para as transformações que o país necessita. Os exemplos são inúmeros. Mestrandos de então hoje são lideranças e referências tanto no âmbito nacional como internacional no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e setor produtivo nas temáticas promovidas pelo INEAF. Nesses

últimos trinta anos tenho tido o lugar privilegiado de poder dar este testemunho. Além da interação direta com o MAFDS, tenho observado a riqueza de sua produção científica como parecerista das revistas que emergiram deste valoroso grupo de professores, nas análises que participei via MEC e CAPES dos cursos de graduação e pós-graduação que nasceram como desdobramento das iniciativas destes docentes muitos dos quais oriundos como mestrandos do NEAF.

Tudo isso está na base de minha fértil relação com o MAFFS/NEAF/INEAF/UPA, conforme expresso no título do presente testemunho. Que o INEAF siga nesta grandiosa trajetória da qual a sociedade brasileira necessita e tanto agradece. Sigamos em frente!

AS CONTRIBUIÇÕES DO INEAF NA MINHA COMPREENSÃO DO MUNDO

*Silvia Teixeira da Silva*⁷²

Minha trajetória no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) foi marcada por aprendizados que transformaram a forma como compreendo o meu trabalho e o meu papel junto a Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Povos Originários. Quando cheguei ao Instituto, trazia na bagagem muitas vivências de campo e experiência prática, mas pouco conhecimento sobre o universo acadêmico e sobre como a pesquisa poderia me ajudar a sistematizar essas vivências e transformá-las em conhecimento científico.

Minha formação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), concluída em 2011, foi a base inicial desse caminho. Com o tempo, minha atuação técnica deu lugar ao papel de agente de desenvolvimento, um papel fundamental, pois conecta-se às ciências sociais, trazendo às comunidades uma perspectiva que vai além da técnica. Apesar disso, percebia que muitas ações implementadas junto às comunidades deixavam lacunas e precisavam ser repensadas. Eu mesma me inquietava e questionava os modos como algumas iniciativas eram conduzidas, que muitas vezes demonstravam falta de compreensão sistêmica sobre o contexto dos grupos.

⁷² MSc. em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará e da Embrapa Amazônia Oriental.

Em 2015, decidi tentar o mestrado no INEAF. Fui aprovada, mas naquele momento veio um novo chamado para trabalhar com grupos tradicionais no Maranhão, e adiei essa etapa acadêmica, mas posso afirmar que foi a decisão mais assertiva que tomei naquele momento. Com o tempo, compreendi que era necessário retomar esse projeto e buscar uma formação que me permitisse responder às minhas inquietações e compreender melhor qual era o meu papel junto aos grupos com os quais já trabalhava há tantos anos.

O INEAF representou esse ponto de virada. Foi uma experiência exigente, que me desafiou a olhar de maneira crítica para a realidade, a revisitar conceitos e a aprofundar o estudo sobre as ciências sociais, o campesinato, os modos de vida comunitários e as dinâmicas que estruturam esses territórios. Nada foi simples: a cada passo havia sempre o questionamento — o “por quê?” — presente nas orientações da minha primeira orientadora, Dra. Noemi Sakiara Myiasaka Porro, e posteriormente da Dra. Natalia Ribas Guerrero, que seguiu comigo até o final dessa imersão acadêmica, uma pessoa fundamental nesse processo. Foi nesse percurso intenso que encontrei nas ciências sociais uma perspectiva que ampliou meu olhar, permitindo compreender não apenas as práticas sociais, mas também os sentidos, as percepções e os sentimentos das pessoas diante de seus territórios e de suas relações. Aprendi que nem sempre o que parece ser uma boa solução é, de fato, a solução mais adequada.

No INEAF também tive contato com a antropologia imagética, um campo que me possibilitou explorar as dimensões visuais e simbólicas da vida comunitária. Dessa experiência nasceu a exposição

fotográfica **“O Cotidiano E A Constância Dos Saberes Em Sumaúma Do Japão - MA”**, um marco importante na minha trajetória.

Hoje, sigo sendo engenheira florestal, pesquisadora e MSc em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, com um legado enriquecido pelo que aprendi no INEAF: a importância de unir prática e teoria, de reconhecer e valorizar os saberes tradicionais e de compreender que a pesquisa pode e deve dialogar com as comunidades, respeitando seus modos de vida e suas visões de mundo.

NEAF, NCADR, INEAF ... 30 ANOS

Sônia Maria S. B. Magalhães Santos⁷³

As três siglas acima dizem respeito a uma mesma utopia.

Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar ...

Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural ...

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares ...

E é para celebrar esta utopia que escrevo aqui, juntando-me a tantas outras pessoas neste ano de 2025 - não necessariamente um ano de muitas esperanças. Malgrado a histórica condenação da organização fascista que de 2020 a 2023 planejou mais um golpe contra o Brasil democrático, este é um ano de tensões e apreensões com o futuro de nossa democracia ... eleições majoritárias se avizinham ... temo por este meu, nosso, país que historicamente tem vergado os seus sofridos ombros para a(s) ditadura (s).

Foi na época em que saíamos da ditadura civil-militar iniciada em 1964, que ouvi falar sobre o NEAF. E o conheci por meio de Jean Hebètte. Paradoxalmente, em Amsterdam. Isso mesmo! Estando em Belém, fomos nos conhecer além-mar! Do norte global, falávamos sobre os conflitos na Amazônia, gerados pela expropriação

⁷³ Professora Associada na Universidade Federal do Pará, vinculada ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Líder do Grupo de pesquisa Sociedades, Ambiente e Ação Pública. e co-coordenadora do Comitê de Pesquisa Sociologia Ambiental e Ecologia Política da Sociedade Brasileira de Sociologia. É Vice-Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2023-2024).

camponesa, capitaneada pelo estado dos grandes projetos ... Carajás! Tucuruí! Estes, filhos diretos do mesmo projeto que gestou a Transamazônica e a Polo-noroeste. Era o 46º Congresso Internacional de Americanistas, 1988, que redundou na publicação “O cerco está se fechando”, uma edição da UFPA em conjunto com a FASE. Lá se encontram pesquisadores e pesquisadoras engajadas (os) na utopia da autodeterminação dos povos e da integridade do mundo camponês – socioeconômica e territorial! Lá se encontram os pilares da utopia que o INEAF abraçou.

Uma década depois, começa a minha aproximação com o NEAF ... o NEAF do Jean – cuja história do seu ponto de vista, ou melhor, de um ponto de vista que mais se aproxima do dele e que eu conheço, está no livro “CAT – a etnografia de uma utopia”. E aqui uma confissão: participei de sua edição e influenciei diretamente no título. Raul Navegantes, o companheiro de utopia, estava junto.

O centro da aproximação com o NEAF foi, portanto, o CAT (Centro Agroambiental do Tocantins). Ou melhor, um curso de especialização, que reunia o Departamento de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi, no qual eu era pesquisadora e a Universidade Federal do Pará, intitulado Produção Familiar Rural e Ciências Sociais, que fazia parte do Projeto Integrado intitulado “Desenvolvimento da Produção Familiar no Campo Paraense”, coordenado por Jean e Raul. Iniciamos a discussão sobre este Curso em 1995, lá no CAT, na rua Governador José Malcher. No curso, pessoas, professores em abundância: Raul Navegantes, Conceição D’Incao, Lourdes Furtado, Cristina Maneschy, Lúcia Sá, Christian Castellanet, Fátima Carneiro, Heraldo Maués e muitas outras, muitos outros. Do

Curso de Especialização, em suas duas edições, para a minha participação no trabalho do CAT em Marabá foi um pulo. Estágio dos estudantes, experiências do projeto de horta comunitária, a FATA (Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia) e lá estávamos envolvidos com a EFA (Escola Familiar Agrícola). Naná, Maria de Nazaré Angelo-Menezes, estava na EFA conosco.

Mais reflexões, novas discussões. Naquela época ou pelo menos entre nós, não se falava de trabalho voluntário. Falava-se do trabalho do pesquisador, do compromisso deste com as sociedades, com os grupos que estudava. Pesquisa e extensão, pesquisa-ação, valorização do conhecimento tradicional - que depois se tornaria moda e adentraria ao jargão político e jurídico - era uma opção metodológica, ou melhor, epistemológica. Do mesmo modo não se falava sobre jornada de trabalho, não havia aritmética de produção. Pesquisávamos, discutíamos, escrevíamos - simples assim! Na mesma utopia, partilhamos o mesmo grupo de pesquisa no CNPq, depois coordenado por Cristina Maneschy. Fizemos “No mar, nos rios e na fronteira. Faces do Campesinato no Pará”; “Vivendo a terra ocupada”; “Políticas Públicas e Acesso à Terra no Estado do Pará: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira (1995-2002)”; “Estudo sobre participação política em associações rurais na Amazônia Oriental”; “Transformações Sociais no Meio Rural: estudos de caso no Norte e Nordeste Brasileiros”; aulas conjuntas; coorientações; seminários, discussões⁷⁴.

Tudo alicerçava a utopia!

⁷⁴ Falei sobre este período em:
<https://www.campuscameta.ufpa.br/index.php/2017/81-135-fevereiro-e-marco/139-o-sabio-da-travessa-das-mercês>

Corta! Uma década depois ... chego ao NCADR! Acolhida na sala de Aquiles Simões e Paulo Fernando Martins.

Os pilares da utopia revestidos de novos figurinos e adereços! Apogeu do PRONAF! Conquistas d' O Grito da Terra! Desafios da Reforma Agrária! Desterritorialização! Povos e Comunidades Tradicionais ... E o Núcleo é de Ciências Agrárias e de Desenvolvimento Rural! Muitos desafios para uma antropóloga concursada para dar aula de antropologia!

Perceberia depois que já ali germinava a volta (por cima?) para o NEAF. Os constrangimentos eram muitos: da CAPES, da Universidade, de pares equidistantes, mas sobretudo das práticas e das reflexões de suas pesquisadoras e pesquisadores: Soraia, Laura, Naná, Noemi, Miriam, Paulo, Aquiles, William, Mauro, Gutemberg, Fábio ... A utopia não sussurrava, gritava.

Por meio das siglas parecia haver uma reconversão ... INEAF. Só que não, a utopia sempre esteve e segue lá, em seus pilares. Com força e muito trabalho. Adereços? Figurinos? Que venham todos, subsumidos ... à utopia que sustenta essa história!

INEAF E A MININHA HISTÓRIA!

*Soraya Abreu de Carvalho*⁷⁵

Em julho de 1994, depois da minha formatura em Zootecnia na Universidade Federal de Viçosa, parti rumo a Belém para fazer o curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ), na Universidade Federal do Pará pelo Centro Agropecuário. Assim começou o meu percurso profissional e minha relação com o INEAF, quando decidi fazer a especialização em Belém, depois de obter informações deste curso por uma amiga que também estudava em Viçosa. A busca por uma formação que tivesse como foco a agricultura familiar foi que me motivou vir para Belém, já que eu vinha de um curso em que o olhar era tão somente focado no animal. Fiz a seleção para o DAZ em São Paulo, fui selecionada e começamos o curso em agosto de 1994. Tínhamos uma bolsa que me permitiu ter minha independência financeira.

Nossa turma era bem diversa em termos da procedência das pessoas, tínhamos representantes de vários estados do país. Nossa atividade de vivência no curso foi realizada no município de Anapu e Medicilândia, na Transamazônica, em articulação com o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) e os Movimentos Sociais da época como o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica - MPST, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Igreja Católica. No caso

⁷⁵ Zootecnista, natural de São João del Rei - Minas Gerais. Doutora em Agriculture, Alimentation, Environnements et Santé pelo AgroParisTech, França (2010). Professora Associada 2 da Universidade Federal do Pará, Brasil.

de Anapu, tivemos a oportunidade de trabalhar na área onde a irmã Doroty atuava, no Centro Nazaré, no km 95, em Anapu. O LAET, era uma equipe de pesquisadores com perfil pluridisciplinar, vinculada ao Centro Agropecuário da UFPA e que foi instalada no município de Altamira. A equipe foi criada em 1993 e da parceria com o MPST foi criado o PAET (Programa Agroecológico da Transamazônica). O programa tinha como objetivo: “Contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável, ao longo prazo, e a melhor gestão dos recursos naturais, através de um programa de pesquisa-formação-desenvolvimento participativo na Transamazônica, baseado numa parceria permanente entre as organizações representativas dos agricultores familiares (“trabalhadores rurais”) e uma equipe interdisciplinar de pesquisa e pesquisa-desenvolvimento envolvendo instituições de pesquisa, ensino e desenvolvimento nacionais e internacionais e órgãos territoriais” (LAET- MPST, 1994). No período da especialização (1994-1995) ficamos entre idas e vindas entre Belém e Altamira. Foram muitos aprendizados, principalmente para mim, no campo da abordagem sistêmica. O contato com a escola francesa me permitiu, enquanto zootecnista formada em curso clássico, enxergar o componente animal na unidade de produção para além dele mesmo. No final de 1995, já finalizada a especialização, fiz o concurso para professor substituto para atuar em Altamira na equipe do LAET e Campus da UFPA. Neste mesmo ano fui morar em Altamira e começamos a discutir o projeto para o novo curso a ser ofertado no campus com a parceria entre Centro Agropecuário e Campus de Altamira.

Em 1997, entrei no quadro do Centro Agropecuário como professora efetiva e neste mesmo ano tivemos o primeiro curso ofertado de Licenciatura em Ciências Agrárias no Campus de Altamira e, em 2001, o curso de Agronomia. Em 1999, fui fazer o mestrado (Diplome d'Études Aprofondies - DEA) e em 2010 o doutorado na França no Institut National d'Agronomie Paris-Grignon - INAPG, a partir da parceria com o CIRAD, tendo como orientador o pesquisador Jean François Tourrand.

Foram 17 anos (1995 - 2012) morando e atuando em Altamira. No decorrer destes anos foram muitos projetos, aulas, pesquisas, amizades e lutas por uma agricultura familiar mais fortalecida. Em 2012 foram finalizadas as atividades das equipes do NEAF em Altamira e Marabá e os docentes foram deslocados para Belém. Nesta nova fase, foram novos desafios no campo profissional e pessoal. Morar na capital não era, a princípio, meu objetivo, mas o tempo foi moldando tudo isso.

Nesta nova fase a equipe do Ineaf começou a discutir com as organizações e instituições parceiras a construção de um novo curso de graduação para ser ofertado em Belém e a criação do doutorado. Em 2018, foram criados os cursos de graduação como Bacharelado em Desenvolvimento Rural - BDR e o curso de doutorado Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - DAFDS, quando passamos, a partir de então, a ser Instituto e não mais Núcleo. O fato de fazer parte desta história de 30 anos do Centro Agropecuário, NEAF, NCADR e hoje INEAF é um orgulho muito grande pois a minha história profissional e pessoal se misturam com a minha vinda para o Pará e minha história de vida!



Foto 1 - Turma DAZ/INEAF juntos com as famílias e irmã Dorothy em Anapu em 1995. Foto: Soraya Abreu de Carvalho.

Referência

Castellonet, C.; Alves, J.; David, B. A parceria entre organizações de produtores e equipe de pesquisadores: a pesquisa participativa no PAET. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. V.1, n.1,139-161, 1996.

A CURIOSA TRAJETÓRIA DE CRUZAMENTOS ENTRE A LINHA DE TEMPO DO INEAF E A MINHA

Tatiana Deane de Abreu Sá⁷⁶



A ideia de elaborar um livro para celebrar os 30 anos do atual Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, INEAF, me fez viajar no tempo até atividades voltadas à criação de uma figura que evoluiu até chegar ao atual Instituto!

Em meados dos anos 1980 Belém sediou intensa discussão sobre agricultura familiar, envolvendo instituições de pesquisa, ensino, extensão, que avançou na proposição de estratégias voltadas à agricultura familiar nas instituições envolvidas e a criação de centros de formação voltados ao campesinato amazônico. Nesse âmbito, a Embrapa criou o Grupo de Articulação Pesquisa e Extensão, GAPE, e o movimento então contou com a cooperação da ONG francesa GRET (Group de Recherches et Échanges Technologiques), e a UFPA teve liderança com foco na formação. Participei desse movimento e considero este período como o ponto inicial de cruzamento da minha linha de tempo com a do INEAF.

⁷⁶ Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental – e-mail:
tatiana.sa@embrapa.br

No início de 1988 saí para doutorado, retornando em 1991, quando soube dos progressos na formação voltada ao campesinato amazônico na UFPA em parceria com instituições estrangeiras e a Embrapa, e fui convidada a dar aulas no Curso de Especialização em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Ambiental, DAZ, oferecido pelo então Centro Agropecuário. Iniciei ministrando aulas de Climatologia Agrícola, e aí tem início o segundo cruzamento de minha linha de tempo com o INEAF, que teve continuidade com a criação, em 1996, do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, MAFDS, onde passei a dar aulas de Agroecologia, com as pesquisadoras Ima Célia Guimarães Vieira, do MPEG e a saudosa Maria do Socorro Andrade Kato, da Embrapa Amazônia Oriental, cabendo a mim o segmento agroclimático. Além da experiência nas aulas, para discentes de várias formações e procedências, contribuí na orientação de discentes. Esta fase de cruzamento das linhas de tempo durou até o início de 2006. Em fevereiro de 2005 assumi uma diretoria executiva da Embrapa, em Brasília e, no início de 2006, devido à restrição religiosa de um aluno em ter aulas aos sábados, tive de interromper essa fase de atuação no INEAF.

Ao voltar a Belém, em dezembro de 2012, após seis anos em Brasília e quatorze meses em pós-doutorado no Instituto de Sociología y Studios Campesinos, ISEC, da Universidad de Córdoba, Espanha, encontrei nova oportunidade de atuar no INEAF, em mais um cruzamento de linhas de tempo, que se estende até o momento. A antiga disciplina de Agroecologia havia passado a ser optativa e Osvaldo Ryohei Kato, seu titular, a havia juntado à disciplina de

Sistemas Agroflorestais, SAFs que vinha realizando visitas a experiências em SAFs (Sá et al, 2017). Minha sugestão então foi de reformular a ementa da disciplina, no componente Agroecologia. A abordagem adotada está narrada em Sá et al. (2024) e constou em adaptar o conteúdo das disciplinas do Mestrado em Agroecologia oferecida pela Universidad Internacional de Andalusia, UNIA/ Universidad de Córdoba, UCO à disciplina Agroecologia e Sistemas Agroflorestais do hoje INEAF, mantendo a visita a experiências agroflorestais. Nessa configuração, ministro aulas que tratam de tópicos teóricos da Agroecologia, complementadas por aulas ministradas por Osvaldo Ryohei Kato, Walkymário de Paulo Lemos e Débora Veiga Aragão da Embrapa Amazônia Oriental e Luis Mauro Santos Silva, da UFPA.

Nessa fase recente, que já cobre doze anos, tenho convivido com turmas bem diversas quanto à formação e origem geográfica, o que tem gerado intensa troca de informações e oportunidades de construção de conhecimento. Também nessa fase tenho co-orientado discentes, participado de bancas de qualificação e defesa de dissertações de mestrado, teses de doutorado, e de memoriais para promoção a Professor Titular, tendo como candidatos ex-mestrandos da primeira turma do MAFDS!!! Também tenho colaborado em outras disciplinas do INEAF, como é o caso da disciplina Mudanças Climáticas & Amazônia, oferecida por Frederico Brandão e Valério Gomes, onde ministrei aula nos anos de 2023 a 2025.

A cada ano cresce a convicção da relevância do INEAF, contribuindo para a formação de amplo contingente de perfis diferenciados com potencial de atuação em várias frentes na Amazônia

e além, em temas complexos que exigem abordagens inter e transdisciplinares!!! Desconheço outra figura que ofereça cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado com o foco e abordagem que caracterizam o INEAF!!! Creio que seria oportuno elaborar sínteses integrativas dos resultados da produção científica dos diversos cursos e das atividades dos docentes do instituto, ampliando a visualização e utilização da contribuição já disponibilizada pelo INEAF

Meus melhores votos de sucesso ao INEAF no enfrentamento dos grandes desafios de várias ordens que lhe esperam!

Referências

SÁ, T. D. A.; KATO, O. R.; GHIRARDI, V. Adaptações do conteúdo do curso de mestrado agroecologia: um enfoque para a sustentabilidade rural, da Universidade Internacional da Andalusia, Espanha, para duas experiências de ensino da agroecologia no estado do Pará, Brasil. v. 19 n. 1 (2024): Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, RJ <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/issue/view/14>

SÁ, T. D. de A.; KATO, O. R.; LEMOS, W. de P.; SILVA, L. M. S. A experiência das disciplinas integradas Agroecologia e Sistemas Agroflorestais no Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, UFPA/ Embrapa Amazônia Oriental. Cadernos de Agroecologia, v. 12 n. 1 (2017): Anais do II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - Resistências e Lutas pela Democracia - Seropédica (RJ) . <https://revista.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/22324>

TESTEMUNHO DE TEÓFILA NUNES

*Teófila da Silva Nunes (Dona Teo)*⁷⁷

Fazer uma residência agrária no INEAF foi muito importante para mim. Porque estava em um momento sozinha, que foi assim de repente. E para mim, então, quando eu cheguei no INEAF, quando eu comecei a estudar e fazer essa residência agrária, conheci um campo de professores muito empenhados na construção de conhecimento, das parcerias nessa construção, valorizando a nossa prática e construindo conhecimento, orientando os agricultores para novos conhecimentos e valorizando a agroecologia e a agricultura familiar.

Então, me senti mais segura para continuar tocando o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (LAPO), porque estava já sem meu marido, o mestre Mamede, e precisava dar continuidade ao legado que nós estávamos construindo no LAPO. Os professores e professoras me animaram estudar, e fazer aquele curso possibilitou conhecer outras pessoas e ampliar mais a questão da leitura, da questão camponesa. Foi somando conhecimento que eu tinha a partir do Movimento Sem Terra, porque também é agregar à minha escola, que na verdade tem diferenças que se somaram.

Então acho importante o INEAF para a sociedade, na Amazônia. É muito importante esse olhar sobre a Amazônia, com professores e professoras comprometidos com a defesa da natureza e

⁷⁷ Militante do MST, pedagoga, residência agrária pelo INEAF/UFPA

da nossa Amazônia, isso é importante! Esse também é o legado do INEAF.

São professores e professoras, mulheres fortes, amigas e parceiras que ainda hoje eu tenho. Então parabéns para pessoas que estão assumindo o INEAF, parabéns a todos aqueles e aquelas que construíram e estão construindo instituto tão importante, tanto para a Universidade Federal do Pará, como para nós, para os movimentos sociais e para o campo.

MEU DEPOIMENTO SOBRE MINHA HISTÓRIA COM O INEAF/UFPA

Thomas Ludewigs⁷⁸

Cheguei ao INEAF em 2020. Tudo aconteceu muito rápido neste ano. O sonho de poder viver mais próximo à minha amada Silvia, o encantamento com a Natureza das Ilhas de Marajó e do Combú, com as inúmeras riquezas e belezas do Pará, tudo foi tomando forma, e se concretizando, junto, e graças ao coletivo do INEAF. O Instituto acolheu a proposta de permuta com a colega Laura Ferreira Darnet. Ela foi aceita para a minha vaga junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) em Brasília, e eu fui recebido, da melhor forma possível, para ocupar a vaga dela junto ao INEAF. Isso possibilitou que eu retomasse minha antiga paixão profissional de atuar na Amazônia, junto a seus Povos e Florestas, com o respaldo institucional da maior instituição de ensino superior da Amazônia e do Brasil, a UFPA.

Como Engenheiro Agrônomo, sempre me identifiquei com a proposta de produzir alimentos de forma sustentável, seja na dimensão ecológica, respeitando a Vida e a harmonia na relação ser humano-ambiente, assim como nas dimensões social e econômica, valorizando a pluralidade de saberes, fazeres, direitos, escolhas...

⁷⁸ Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), 1991. Mestrado em Agricultura Sustentável, com ênfase em Sistemas Agroflorestais pelo Centro Agronômico Tropical de Investigación y Ensenanza (CATIE - Costa Rica), 1997. PhD em Ciências Ambientais pela Indiana University (IU - EUA), 2006. Foi professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB) de 2009 a 2020. Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Qual a minha satisfação em encontrar, aqui no INEAF, um grupo profissional, de pessoas de carne e osso, imbuídas destes mesmos princípios! E, muito mais que eu poderia esperar, posto que não conhecia: pessoas conectadas entre si, com este mesmo ideal transformador!! Que não apenas se identificam com estes princípios, mas que fazem deles suas bússolas, nas ações do dia a dia, nas parcerias de longa data estabelecidas com coletivos da agricultura familiar, de defesa dos direitos humanos, dos povos e comunidades tradicionais, da luta pela valorização e conservação desta Imensa, Exuberante, Maravilhosa Floresta Amazônica, tão rica em Vida, Cultura e Conexões!!

Mal sabia eu, que iria encontrar, junto à Família INEAF, um experimento em andamento, no qual se almeja construir e compartilhar Ciência com base em princípios éticos de solidariedade! Mal sabia eu, o quanto ainda há, a ser aprendido e apreendido, em matéria de construção coletiva destes valores. Mal sabia eu, e confesso que ainda muito pouco sei, do exemplo de luta de tantos irmãos cidadãos amazônidas, por uma sociedade mais justa e fraterna; exemplos estes que se apresentam, no viver e conviver acadêmico Ineafiano, de forma tão espontânea, quando a gente menos espera! Mal sabia eu, que o significado de “vestir a camisa” de um coletivo de trabalho, princípio apenas tangenciado em minhas experiências progressas, iria se desdobrar de forma tão contundente, em seus afluentes de utopia a ser posta em prática, mas também de oportunidades de crescimento, através da necessária mudança de hábitos e atitudes, em direção à saída da velha e conhecida “zona de

conforto”; do exercício necessário, que mal começou, de “quebrar a casca” do individualismo...

Mal sabia eu que um destes instrumentos iria me bater à porta: o compromisso com a gestão da Faculdade de Desenvolvimento Rural (FACDES).

Ao chegar ao INEAF, fui logo apresentado ao PPC do curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural. A proposta do curso me encantou, creio que por representar, na forma de processo em andamento, muito das mudanças que eu quero ver no mundo. Como profissão nova, pouco conhecida, que se propõe a abrir um novo campo profissional, há muito o que fazer: muitas pontes a serem construídas, muitos dogmas a serem rompidos, muitas formas de atuação junto ao meio rural, a serem reconhecidas. A pesquisa sobre o mundo profissional BDR: as instituições atuantes na Amazônia e suas demandas, nos apresentou um novo e fascinante desafio, qual seja o de conhecer o perfil dos profissionais almejados por estas empresas. E o questionamento inevitável: estamos indo na direção certa? Estamos investindo tempo e recursos suficientes, na formação das competências que realmente importam, no sentido de produzir as mudanças que queremos ver, e de aproximar nossos egressos das oportunidades profissionais junto a estas instituições? Este seja talvez o maior desafio que me provoca a querer contribuir, de fazer parte de uma mudança para melhor, que me motivou a abraçar o compromisso e a oportunidade de atuar na gestão, como coordenador de curso e diretor de faculdade. Talvez seja essa a melhor oportunidade de vivenciar meu agradecimento a este singelo grupo que me acolheu, de vestir essa camisa com orgulho e de materializar o pertencimento a este Lugar.

Estas são algumas reflexões que me vêm à mente, ao recordar minha trajetória junto ao INEAF/UFGA. Mal sabia eu, que este sentimento de gratidão, por fazer parte deste coletivo, iria assumir tamanha proporção, à medida que me compele a dar mais de mim, para merecer, ainda que em uma mínima parte, a dádiva de estar aqui, e agora; fazendo parte disso tudo, e de tanto que ainda está por vir!

“NO MEIO DO CAMINHA TINHA O (I)NEAF”: ENTRE PASSOS E LEMBRANÇAS NA CONSTRUÇÃO DA MINHA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral⁷⁹

No final da década de 1990, voltava para Belém depois de ter morado e trabalhado por quatro anos em Marabá, um período singular para o início da minha formação profissional. Quando cheguei em Marabá, era recém-formada em agronomia. Foi nesse momento que tive a sorte de interagir com uma equipe de pesquisadores, do Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins (LASAT), da Universidade Federal do Pará, tão diversa, interessante e comprometida com a pesquisa sobre a realidade camponesa.

Recém-formada e sem perspectivas imediatas de emprego, participei de eventos científicos, compareci a manifestações políticas organizadas pelos camponeses ligados às organizações sindicais e atuei como voluntária em alguns eventos em que o LASAT estava envolvido. Pouco tempo depois, ingressei como assistente de pesquisa em um projeto que se concentrava no conhecimento sobre a pecuária, atividade marcante na região, onde produtores praticavam uma agricultura associada à criação de gado e o extrativismo. Desenvolvi atividades de acompanhamento em estabelecimentos nos municípios de Nova Ipixuna, Itupiranga e Marabá, com diferentes tipos de sistema de produção. Realizava pesquisa sobre os custos de produção da atividade, mão de obra e práticas de manejo etc.

⁷⁹ Analista Socioambiental do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), coordenadora de ações de gênero e sustentabilidade - Programa Territorialidades do IEB.

Durante um ano e meio, viajei todos os meses para coletar as informações. Em muitas dessas jornadas, estive acompanhada por alguns pesquisadores, com quem aprendi bastante. Um deles era o Rosinaldo da Costa Machado, carinhosamente chamado de Rosi, que atuava no projeto de pesquisa e que se tornou um grande amigo, e infelizmente, nos deixou de forma tão precoce nesta vida. Também fiz outras amizades que cultivo até hoje, laços que permanecem vivos, apesar do tempo e da distância ao longo dessa caminhada.

Nesse período, também conheci uma pesquisadora da Universidade da Inglaterra que veio realizar em Marabá sua pesquisa de Doutorado no campo, sobre o perfil das contribuições das mulheres em áreas de colonização. Era bem comum o LASAT receber pesquisadores oriundos de cooperação acadêmica com diferentes universidades.

Tivemos a oportunidade de viajar juntas, apresentei-a às famílias de duas localidades que eu acompanhava mensalmente. Acompanhei-a durante entrevistas com as mulheres, e as questões de sua pesquisa começaram a despertar minha curiosidade. Isso me levou a observar outros aspectos antes não observados durante minhas idas a campo, especialmente no que diz respeito à compreensão de porque algumas mulheres, embora envolvidas em diversas atividades do sistema produtivo, eram “excluídas” de espaços públicos, como o comércio, a representatividade nos sindicatos e associações locais.

Essa inquietação em relação à condição feminina foi sendo alimentada a partir dos primeiros contatos com estudos sobre mulheres e gênero. Alguns deles foram apresentados pela própria

pesquisadora inglesa e, posteriormente, outros chegaram até mim, por meio das minhas experiências acadêmicas e profissionais. Percebi que as mulheres acumulavam várias responsabilidades dentro de casa para a manutenção doméstica e na produção, mas vista como “marginais à produção” Woortmann, (2001)⁸⁰.

De volta a Belém em 2000, prestei serviço de assessoria a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI. Desenvolvia atividades de assessoria no âmbito da Secretaria de Mulheres daquela organização. Isso me permitiu vivenciar momentos importantes e de aprendizado naquela convivência com homens e mulheres que atuam nesse ambiente político, como a participação em Congressos da Federação, reuniões de diretores e delegados sindicais, reuniões da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Brasília, Plenárias de mulheres, constituindo-se como importante fonte de registros e percepção sobre os desafios que as mulheres enfrentavam no sindicalismo e para fazer valer os seus pontos de vistas como sujeitos sociais e políticos.

Convivendo com algumas lideranças femininas, observava-as, muitas vezes, disputando espaços com os homens dentro das organizações sindicais. Ao mesmo tempo, conheci a atuação delas em várias frentes, como em experiências produtivas e de comercialização. Além das informações compartilhadas por pessoas integradas ao movimento sindical, de que o aumento da participação feminina estava se modificando. Tudo isso foram sendo apresentados para mim

⁸⁰ Woortmann, Klaas (2001). *Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas: Chayanov e Sahlins*. Republicado em Revista *Habitus*, Vol. 2, n. 1, pp. 93.

como temas “bons para pensar”, para usar a expressão cunhada por Lévi-Strauss (1975)⁸¹ falando sobre totemismo.

Essas reflexões me levaram a explorar o tema no ambiente acadêmico, mas por motivos diversos não consegui fazer logo. A ideia de fazer uma pós-graduação foi retomada em 2005 e, parafraseando Carlos Drummond, “*no meio do caminho tinha o NEAF*”, não como uma pedra, mas como um lugar onde eu poderia refletir melhor. Sabia muito bem da proposta da interdisciplinaridade que o Programa propunha. Nesse reencontro o professor Gutemberg, grande referência no campo de sindicalismo rural, foi quem me acolheu com essa proposta, compartilhando sua experiência e aprofundando as reflexões comigo nessa caminhada. Mais tarde dei continuidade à minha trajetória acadêmica com o Doutorado em Ciências Sociais. Atualmente trabalho com ações voltadas à inclusão socioproductiva de mulheres, por meio do fortalecimento de suas capacidades e do estímulo ao protagonismo feminino e sem jamais esquecer as lembranças inspiradoras dos momentos vividos em Marabá.

⁸¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. Totemismo hoje. Petrópolis: Vozes, 1975.

Logomarcas na trajetória do INEAF



Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins / NEAF de 1989 a 2012.



Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar, de 1994 a 2004.



Especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental, desde 2004.



Laboratório Agroecológico da Transamazônica, de 1994 a 2012.



Laboratório Agroecológico do Baixo Amazonas, de 1997 a 1999.



Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, de 2004 a 2017.



Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, atual logomarca.



Especialização em Gestão de Sistemas Agroextrativistas de Uso Comum na Amazônia, desde 2018.



Faculdade de Desenvolvimento Rural, desde 2018.



INEAF

Editora do Ineaf, desde 2023.



Núcleo de Estudos Agroecológicos, desde 2015.



Grupo de Pesquisa Biodiversidade, Sociedade & Educação na Amazônia - BioSE, desde 2013.



Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, desde 1996.



Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, desde 2000.

Diretores do INEAF 199-2025

Período	Diretor	Vice-diretor
1994-1996	Antônio Cardoso	William Gomes Vale
1997-1999	Paulo Martins	Rosinaldo Machado
2000-2004	Iran Pereira Veiga Junior	-
2005-2006	Iran Pereira Veiga Junior	Laura Angélica Ferreira
2006-2007	Maria de Nazaré Ângelo Menezes	Iran Pereira da Veiga Junior
2008-2012	Paulo Fernando da Silva Martins	Laura Angélica Ferreira Darnet
2012-2016	William Santos de Assis	Soraya Abreu de Carvalho
2016-2020	Flávio Bezerra Barros	Noemi Sakiyara Miyazaka Porro
2020-2023	William Santos de Assis	Paulo Fernando da Silva Martins
2024-2028	Luis Mauro Santos Silva	Soraya Abreu de Carvalho

**Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas
Familiars e Desenvolvimento Sustentável**

Período	Coordenador	Vice Coordenador
1996-2000	Heribert Schmitz	Philippe Sablayrolles
2001-2004	Maria de Nazaré Angelo Menezes	Socorro Kato
2004-2006	Laura Angélica Ferreira Darnet	Gutemberg Armando Diniz Guerra
2006-2007	Gutemberg Armando Diniz Guerra	Dalva Maria da Motta
2008-2009	Maria das Graças Pires Sablayrolles	Dalva Maria da Mota
2010-2012	Gutemberg Armando Diniz Guerra	Dalva Maria da Mota
2012-2014	Flávio Bezerra Barros	Walkymário Lemos
2015-2016	Flávio Bezerra Barros	Noemi Sakiara Miyazaka Porro
2017-2018	William Santos de Assis	Laura Angélica Ferreira Darnet
2018-2019	Livia de Freitas Navegantes Alves	Dalva Maria da Mota
2019-2020	Lívia de Freitas Navegantes Alves	Ângela May Stewart
2020-2022	Ângela May Stewart	Dalva Maria da Motta
2022-2024	Monique Medeiros	Maurício Gonsalves Torres
2023-2024	Monique Medeiros	Cesar Martins de Souza
2025-2026	Carlos Valério Aguiar Gomes	William Santos Assis - Natalia Ribas Guerrero

Diretorias/Coordenadores da Faculdade de Desenvolvimento Rural

Período	Diretor(a)	Diretor(a) Adjunto (a)
2018-2022	Soraya Abreu de Carvalho	Luís Mauro Santos Silva
2022-2024	Philippe Sablayrolles	Fábio Halmenschlag
2024-2026	Thomas Ludewigs	Daniel Palma Perez Braga



INEAF

Instituto Amazônico
de Agriculturas Familiares

30 ANOS

APOIO

